

# meridional

REVISTA DE ESTUDOS DO MEDITERRÂNEO | NÚMERO 1 | 2021







# MERIDIONAL REVISTA DE ESTUDOS DO MEDITERRÂNEO

## DIREÇÃO

Maria da Graça A. Mateus Ventura

## CONSELHO EDITORIAL E AVALIADORES EXTERNOS

Ana Isabel Soares, Frederico Mendes Paula,  
Isabel Drumond Braga, João de Melo, José  
Alberto Tavim, José Carlos Vilhena Mesquita,  
Lídia Jorge, Maria Augusta de Lima Cruz

## COLABORAM NESTE NÚMERO

Adriana Nogueira, Afonso Cruz,  
António Cabrita, António Jorge Afonso,  
Carlos Osório, Eduardo Lourenço,  
João J. B. Ventura, João Mariano, Lídia Jorge,  
Marco Sousa Santos, Maria da Graça Ventura,  
Nuno Júdice, Paulo Girão,  
Pedro Teixeira Neves, Salvador Santos

## EDIÇÃO

Instituto de Cultura Ibero Atlântica  
Sul, Sol e Sal

## REVISÃO

Isabel Brito

## DESIGN

Sul, Sol e Sal

## CAPA

fotografia de João Mariano

## IMPRESSÃO

Gráfica Comercial

## DEPÓSITO LEGAL

492387/21

## ISSN

2795-4226

DEZEMBRO DE 2021



ICIA

Casa das Artes  
Urbanização Santo Expedito  
Três Bicos  
8500-714 PORTIMÃO

icia.geral@gmail.com  
www.icia-portugal.org



Sul, Sol e Sal  
Rua Sá de Miranda, n. 23 -25  
8100-625 Loulé

sulsolesal@gmail.com  
www.sulsolesal.pt

# ÍNDICE

## 4 **TODOS OS NOMES**

### **EDITORIAL**

6 MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA

### **CRÓNICAS**

10 EDUARDO LOURENÇO – *O mar de Ulisses*

12 LÍDIA JORGE – *Sagres*

18 JOÃO J. B. VENTURA – *Sob o céu de Tânger*

### **POESIA**

34 NUNO JÚDICE – *Reflexão no cais*

36 PEDRO NEVES – *Remadores*

38 SALVADOR SANTOS – *Embarque*

### **ENSAIOS**

40 MARCO SOUSA SANTOS  
*A memória da comunidade escrava na arte produzida no Algarve da Época Moderna*

56 PAULO GIRÃO  
*Vivendo com os vírus: a gripe pneumónica e a COVID-19:*

### **DOSSIÊ - MANUEL TEIXEIRA GOMES**

94 CARLOS OSÓRIO  
*Manuel Teixeira Gomes, estudante em Coimbra (1870-1877)*

120 MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA  
*Manuel Teixeira Gomes, um dom particular o dispusera a ser viajante*

162 ANTÓNIO JORGE AFONSO  
*Manuel Teixeira Gomes em Béjaïa: o Magrebe e a Europa no dealbar do século XX.*

### **DOSSIÊ FOTOGRÁFICO**

190 JOÃO MARIANO

### **RECENSÕES**

198 *Em todos os sentidos*, de Lídia Jorge (2020)  
ADRIANA NOGUEIRA

200 *A night at the Hopper*, de Pedro Teixeira Neves (2021) – ANTÓNIO CABRITA

203 *Selvagem*, de Salvador Santos (2021)  
LÍDIA JORGE

206 *Entre as águas*, de João Mariano (2021)  
AFONSO CRUZ

209 *As Platibandas do Algarve*, de Filipe da Palma (2021) – MARCO DE SOUSA SANTOS

ADRIANA NOGUEIRA é doutorada em Literatura - Literatura e Cultura Clássicas, pela FCHS da Universidade do Algarve onde é professora auxiliar desde 2006. Desempenhou vários cargos na UALG. É diretora Regional da Cultura do Algarve desde 2018 e autora de vários livros sobre a Cultura clássica, sobretudo grega. AFONSO CRUZ é escritor, ilustrador, cineasta e músico da banda *The Soaked Lamb*. Publicou mais de trinta livros, entre romances, conto, ensaio, poesia, teatro, não-ficção, e ilustrou outros tantos. Recebeu vários prémios e distinções dos quais destacamos os mais recentes: Prémio da União Europeia para a Literatura, Prémio Sociedade Portuguesa de Autores (2013), Prémio Nacional de Ilustração (2014) e Prémio Fernando Namora (2015). ANTÓNIO CABRITA, escritor, crítico literário, guionista e tradutor, tem mais de vinte livros publicados, em Portugal, Brasil e Moçambique. De entre os seus livros destacam-se: *Inferno*, 2001, *Bagagem não Reclamada*, *Anatomia Comparada dos Animais Selvagens* (Prémio PEN Clube 2018), *Éter* (finalista do Prémio PEN Clube 2016), *A Paixão segundo João de Deus* e *Fotografar contra a luz*. Como tradutor, realça-se a sua antologia de poesia hispânica, *As Causas Perdidas* (2020). ANTÓNIO JORGE AFONSO é doutor em História da Expansão Portuguesa (Universidade de Lisboa) com a tese “Os cativos portugueses nos banhos magrebins (1769-1830). O Islão, o corso e a geoestratégia no ocidente do Mediterrâneo”. Especialista na História do Magrebe, tem publicado numerosos artigos e capítulos de livros em obras coletivas. É investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e vice-presidente do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica (2021-2024). CARLOS OSÓRIO é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, e Mestre em Produção, Edição e Comunicação de Conteúdos Multimédia pela FCSH da Universidade do Algarve. Exerce funções como docente de Português na Escola Secundária Poeta António Aleixo, em Portimão. É autor de vários livros sobre fotógrafos de Portimão. EDUARDO LOURENÇO (1923- 2020), ensaísta, professor e filósofo, foi um dos pensadores mais notáveis da cultura portuguesa. Foi leitor de Língua e Cultura Portuguesa nas Universidades de Hamburgo e Heidelberg, na Alemanha, Montpellier, Grenoble e Nice, em França. Entre as várias distinções que Eduardo Lourenço recebeu, destacamos: o Prémio Camões (1996), o Prémio Pessoa (2011) e o Prix du Rayonnement de la Langue et de la Littérature Françaises da Academia Francesa (2016). Em França, recebeu a condecoração de *Officier de l'Ordre de Mérite*, *Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres*; em Espanha, a *Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil*. Em Portugal foi galardoado com o grau de *Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada*, assim como da *Ordem do Infante D. Henrique* e da *Ordem da Liberdade*. JOÃO J. B. VENTURA é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Universidade de Lisboa), Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação (ISCTE), Master em Gestão de Instituições e Empresas Culturais (Universidade de Barcelona) e pós-graduado em Ciências Documentais (Universidade de Lisboa). Foi leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Sorbonne (Paris III). É autor do livro *Bibliotecas e esfera pública*. Foi diretor da *Atlântica*, Revista de Cultura Ibero-Americana. Entre 1998 e 2003, desempenhou as funções de Delegado Regional da Cultura do Algarve. Foi diretor artístico do TEMPO - Teatro Municipal de Portimão (2009-2020) e Presidente da Direção do ICIA (2014-2021). JOÃO MARIANO, residente em Aljezur, é fotógrafo e editor. Atualmente desempenha funções de CEO e diretor de arte na agência 1000olhos - Imagem e Comunicação. Desde o final do século passado que tem vindo a desenvolver projetos no sul de Portugal, em particular na Costa Vicentina. Ao seu primeiro livro *Guerreiros do Mar* (1998), seguiram-se o *Lugares Pouco Comuns* (2000), *Trabalho\_de\_Fundo* (2001), *Alambiques & Alquimistas*

(2007), entre outros. Na mesma linha de trabalho foi editado em 2010 o livro *Mariscadores | Ria de Alvor: histórias de um lugar* e, em 2021, *Entre as águas*. LÍDIA JORGE, escritora, tem uma vastíssima obra no domínio da ficção, da poesia e do ensaio. Reconhecida em Portugal e no estrangeiro, recebeu vários prémios com destaque para o Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura (2014), Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura (2014), Prémio Vergílio Ferreira (2015), Prémio Urbano Tavares Rodrigues (2015), o Grande Prémio de Literatura DST (2019) e o Prémio FIL de Literatura em Línguas Românicas de Guadalajara (2020). Foi condecorada com a *Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal*, *Dama da Ordem das Artes e das Letras de França* e *Oficial da Ordem das Artes e das Letras de França*. É membro do Conselho de Estado, por convite do atual Presidente da República. MARCO DE SOUSA SANTOS é licenciado em Património Cultural e Mestre em História da Arte pela Universidade do Algarve. Frequenta atualmente o curso de doutoramento em História da Arte na Universidade de Coimbra. Foi um dos vencedores da 1ª edição do Prémio Nacional de Ensaio Histórico António Rosa Mendes (2015) e em 2017 venceu a 2ª edição do mesmo Prémio. É autor de livros e artigos que versam sobretudo temas relacionados com a arte religiosa portuguesa da época Moderna e com a história e património da região algarvia. MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA é doutora em Letras pela Universidade de Lisboa. Como historiadora, tem centrado os seus estudos e publicações na História da Ibero-América e do Algarve e Andaluzia. É investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa e do CHAM – Centro e Humanidades. É membro da Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA) e da Asociación Española de Americanistas (AEA). Cofundadora do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica (Portimão), é atualmente de novo Presidente da Direção. Dirige a Coleção Travessias do ICIA e a Revista *Meridional*. NUNO JÚDICE é poeta, ensaísta e ficcionista com uma obra vasta e diversificada, reconhecida internacionalmente. Foi galardoado com inúmeros prémios literários, entre os quais os mais recentes: Prémio Ibero-Americano Rainha Sofia de Espanha (2013), Prémio Internacional de poesia Argana da Maison de la poésie du Maroc (2014), Prémio de poesia Poetas del Mundo Latino Víctor Sandoval, México (2014), Prémio Internacional de Poesia Camaione, Itália (2017). Foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada e Grande-Oficial da mesma ordem. Professor jubilado da Universidade Nova de Lisboa, é Director da revista Colóquio-Letras da Fundação Calouste Gulbenkian, desde 2009. PAULO GIRÃO é licenciado em História pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e Mestre em História Regional e Local (Universidade de Lisboa) com uma dissertação sobre a Gripe Pneumónica no Algarve. É docente do Quadro de Agrupamento da Escola Básica Manuel do Nascimento, em Monchique. Associado e secretário da Mesa da Assembleia Geral do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica de Portimão. PEDRO TEIXEIRA NEVES é licenciado em Relações Internacionais. Dedicou-se ao jornalismo desde 1994, tendo trabalhado no Semanário (1994 a 1998), sido jornalista e chefe de redação da revista Arte Ibérica (1998 a 2001), colaborou como redator e editor na Agenda Cultural de Lisboa (1999 a 2001) e em 2001, fundou a revista Magazine Artes que dirigiu de 2001 a 2007. Fundou ainda, a revista *Ticketline magazine* na qual foi editor e jornalista de 2008 a 2010 e é um dos críticos do site PNET literatura (Portal e Comunidade de Literatura dos Países de Língua Portuguesa). Entre 2006 e 2021 publicou 14 livros. SALVADOR SANTOS, poeta e editor, frequentou o curso de Estudos Portugueses na Universidade do Algarve. Mantém colaboração na imprensa regional. No Postal do Algarve criou e dirigiu o suplemento de artes e letras «Caderno de Artes.S». É editor na Sul, Sol e Sal. Publicou o seu primeiro livro de poesia em 2021, *Selvagem*, Edições Dom Quixote.

# Editorial

Maria da Graça A. Mateus Ventura



Era ao longo da costa que passavam as rotas da seda e do âmbar, que se entrecruzavam os caminhos do sal e das especiarias, do azeite e dos perfumes, as vias dos utensílios e das armas, das artes e do saber, das profecias e da fé.  
A Europa nasceu no Mediterrâneo.

Pedrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico*, 2009 [1987]

Interrogação sobre o tempo, o passado que nos moldou, o presente que nos envolve, a História não cessa de ensaiar múltiplas leituras do mundo. No Mediterrâneo, enquanto espaço geocultural, ancestral encruzilhada de civilizações justapostas no tempo, sucessão de mares, de paisagens, reconfigura-se a memória e a História do *Mare Nostrum* que se prolonga terra adentro.

Cruzar o Mediterrâneo em todas as direções, seguir os Homens, as mercadorias, os navios, as ideias, as religiões, as artes de viver. Eis o propósito da *Meridional*, desafiando a terra e o mar, escalando os picos íngremes, contornando as ilhas e os promontórios, enfrentando os desertos, seguindo os nómadas, detendo-se nas velhas e novas urbes, questionando o caleidoscópio de sentimentos que une e diferencia o Mediterrâneo através da literatura, da história e da imagem.

O nosso território referencial é o da oliveira que, da Arménia, se expandiu de lés a lés, de Sul para Norte, por toda a bacia mediterrânica. Mas também o da figueira, da amendoeira, da alfarrobeira, do rosmaninho, do sal, das especiarias e dos perfumes.

A *Meridional* é uma revista anual aberta à participação de todos, em regime de convocatória aberta. Conta com um conselho editorial e uma equipa de avaliadores externos. Todos os trabalhos submetidos serão sujeitos a *peer review*.

A diversidade de géneros, de sensibilidades e de pontos de vista a incluir nesta revista traduzem a ampla variedade de espécies de oliveiras (Costanza Ferrini, 2003): ensaios, crónicas, poesia, ficção, álbuns temáticos de fotografia e recensões.

O número inaugural conta com a participação de autores de diferentes áreas no domínio da literatura, da história e da fotografia.



# CRÓNICAS

# O mar de Ulisses

Eduardo Lourenço

Quando se instalaram nas suas margens, os gregos inventaram-se deuses. É um acontecimento sem precedentes na história conhecida da humanidade. Ainda não terminou. Hollywood recicla nos seus ecrãs as aventuras da raça naturalmente celeste. De todas, a única história infinita é a de Ulisses. Por sua causa, o Mediterrâneo tornou-se um mar diferente, o único que é finito e sem fim. Ao contrário dos argonautas, Ulisses não busca nenhum velo de ouro. Navega apenas para regressar a um porto que conhece e o conhece. O que não pode encontrar sem descobrir, errando entre monstros e sereias, a forma do seu rosto. Entre o mundo exangue dos mortos e o paraíso do sonho do esquecimento deve encontrar a passagem estreita para aquela ilha onde será de novo o rei de si mesmo. Não apenas um herói que os deuses perdoaram, mas um deus, um homem cansado pela sua audácia olhando o sol de frente sem morrer. Durante milhares de anos, o Mediterrâneo foi o palco da ópera humana que por comodidade chamamos história. Não se exclui que o não continue sendo. Todos os heróis do Ocidente cruzaram as suas margens tão familiares como fantasmas desfeitos na sua luz excessiva, agora de tão branca. Heróis a sério e da imaginação, uns alimentando a outra. Nenhum iguala Ulisses, o herói do mistério claro como um templo grego devorado pela luz onde as suas colunas se recortam. O que os outros buscam, ouro, glória, inteligência, é o que ele deve perder para ser quem é: pura errância no mar mais conhecido e, de súbito, oculto, enigmático na sua circularidade divina de labirinto sem saída. O que Ulisses inventou foi a primeira viagem no tempo onde ninguém viaja para sítio algum que não seja um regresso. Assumido e aceite como um nascimento.

Publicado *in Revista Atlântica de Cultura Ibero-americana*, nº 03, Outono-Inverno 2005 - 2006.  
*In memoriam*

# Sagres

Lídia Jorge

“Por que razão evitar a palavra outrora? – Outrora não havia o ruído das estradas, os céus só de muito longe a longe eram riscados pelas rotas dos aviões, e as partidas eram feitas em grandes navios, com lenços brancos a acenar e longos mugidos que amarravam para sempre os corações amantes às pedras dos cais. Os soutiens das mulheres eram agudos como se fossem funis, e os sapatos dos homens rangiam à medida das suas passadas como se fossem de tábua. A música que se escutava era ainda predominantemente executada em presença, os lábios e os dedos próximos, a vibrarem contra os instrumentos, objectos então familiares nas nossas vidas. Hotel era ainda uma realidade mágica que só tinha consistência nos filmes americanos, e o telefone, um objecto de luxo que distinguia os senhores das vilas. Transpor distâncias geográficas, breves que fossem, era ainda uma tarefa assinalável. – Muita coisa, pouca coisa? Só o suficiente para dizer que, se penso em Sagres, é em Sagres desse outrora que penso.

Regressando lá, a esse outro tempo, em que se ouvia o pêndulo dos relógios das torres marcarem as horas íntimas de cada um, Sagres de outrora não se me afigura um cabo nem um promontório, mas apenas uma luzinha brilhando no escuro da penumbra imensa em que se transformou o passado, a luz intermitente dum farol que a espaços riscava a noite, quando a noite ainda podia ser escura. Porque de dia a terra esmorecia desse lado, as formas das casas iam-se perdendo ao longe, confundindo-se com a rala vegetação da paisagem, e quando a lonjura quebrava a linha perceptível e se transformava ela mesma no próprio fio do horizonte, aí a distância tornava-se lilás, e desaparecia de encontro ao mar azul que por sua vez também desaparecia no céu anilado. Sagres encontrava-se lá, um espaço imerso nesse lugar vago, onde a Terra acabava diante da nossa vista e desaparecia como uma espécie de tira de fumo. Quando o Outono chegava, a distância transformava-se em alguma coisa mais palpável, passava a ser uma proveniência, uma direcção precisa, um ponto cardeal de onde sopravam os ventos que fustigavam as árvores. Era o local de onde provinham as chuvas arrebatadas de Novembro, as que entravam pela chaminé e aspergiam a toalha da mesa de gotas e salpicos, atingiam as nossas camas numa humidade ainda quente. Mas Sagres, o verdadeiro Sagres de outrora, era muito mais do que uma barra esfumada ou as intempéries que de lá provinham.

Sagres era uma pátria nocturna, uma espécie de olho vigilante na noite que vinha ter connosco à varanda, quando subir as escadas durante a noite, para ver as estrelas ou distinguir o rebordo das nuvens, se transformava numa aventura nas nossas parcas vidas. Também a Geografia ainda era uma abstracção, mas o que a nossa mãe contava é que se caminhássemos por cima do mar, a partir daquela luz, e seguíssemos sempre em frente, se nos imaginássemos permanentemente a andar por cima das ondas, apesar das nossas pernas curtas, dentro de dois, três anos, chegaríamos à América do Norte. Se caminhássemos para sul iríamos ter a África, se nos dirigíssemos para Sudoeste – e ela indicava essa direcção imprecisa com o seu braço, que nos parecia gigante – então chegaríamos aos países da América do Sul. Demoraríamos muito, sofreríamos muito, no entanto seria bom, pois se lá chegássemos, em todos esses lugares, encontraríamos parentes.

É possível que essas cenas de explicação de geografia humana familiar acontecessem também de dia, mas a imagem desse Sagres de outrora, sempre a associa às explicações da noite. A nossa varanda abria-se exactamente a meio do Algarve. Mais próximo brilhava o farol do Cabo Carvoeiro, depois piscava aquele frouxo olho de Sagres, tremido, longínquo. Quanto mais tremido e mais distante, mais doloroso, mais potente, como se o seu braço de luz fizesse a ponte entre nós que havíamos ficado e todos esses que haviam partido. Não o nego, aquela luz nas noites de outrora era um lugar que separava e unia a nossa gente. Gente sem passado nem futuros assinaláveis, gente que era apenas um só corpo desunido, disperso pelo mundo. A verdade é que ninguém dali havia partido, àquele lugar ninguém iria chegar, e no entanto, no relato escuro da varanda, era como se tudo ali tivesse acontecido, como se Lisboa, seus cais e aeroporto, onde as partidas reais se davam, não existissem em lugar nenhum. A partir da nossa varanda, aquele lugar sudoeste parecia ser o único ponto cardeal das nossas vidas. Mas, logo na primeira curva da infância, viria a História e viriam os mitos.

Primeiro, a História. As coisas passaram-se assim – A professora do Liceu mandou apagar da cabeça todas as histórias de luzes e varandas, para nos contar como certo dia, quinhentos anos antes, um príncipe português, casto e visionário, tinha resolvido abandonar a corte, armado de seus cavalos e escudeiros, para vir assentar casa e villa no Sul de Portugal, e aqui dar início aos Descobrimentos Marítimos. A professora parecia estar



enamorada desse príncipe. Segundo a sua narrativa de fábula, o príncipe havia descoberto, ao atravessar o Algarve, em direcção do Norte de África, que o Promontório de Sagres, muito mais do que um rochedo, era uma grande mão aberta cujo dedo indicador estendido apontava para o futuro do Mar. Em sua bata branca de oficial impecável, a professora falava da villa, do príncipe, dos sábios italianos que ali tinham chegado para falarem da rota das estrelas, dos engenhos, dos barcos e dos mapas da pequena Terra Cónnita da época, e a mão aberta do Promontório de Sagres, mais do que um local de partida era um local de chegada que em simultâneo ligava o seu rochedo ao extremo Sul de África, à Índia, à China e ao Japão, ao cabo Horn, como se toda essa façanha de séculos tivesse jorrado da testa do Príncipe, prodigiosamente, segundo a mesma lei de simplicidade que movia o ponteiro da professora por cima do planisfério. A História tinha então a forma duma mulher enamorada. Sob o impulso daquela professora em estado de paixão, desenhámos Infantes Dom Henrique sentados nos rochedos, caravelas no seus ombros e ao seu colo, fizemos prosa e versos, houve exposições e prémios. Aquela mulher tinha razão – Sagres, segundo a sua História, não tinha nada a haver com a tira lilás que se avistava da varanda, nem com a luz intermitente que apontava para a distância do mundo que nos era contemporâneo. – Mas como disse, ainda haveria os mitos.

Aliás, de modos diferentes, eles nunca tinham estado ausentes. Talvez uma parte do afecto seja mito, talvez toda a memória também o seja. O que sabemos nós da construção do pensamento? Mas Mitos mitos, aqueles que resumem os sentidos da existência com a síntese dum alfinete afiado, esses começariam a ficar cada vez mais explícitos. Afinal, por alguma razão superior, Sagres se situava em terras de Portugal. O assunto era tão sibilino quanto resultava claro. – Por alguma razão de ordem teleológica, tão estranha à vontade humana quanto a chuva ou o trovão, tinha havido Sagres para que Portugal pudesse ter enviado primeiro as caravelas, depois as fundas naus sem fundo, com a Cruz de Cristo arvorada nas velas e a doutrina cristã escrita nos livros. O Império de Cristo havia tido sua cabeça em Portugal. Todo o Portugal, ponta extrema da Europa, afinal não passava duma lança de Fé chamada Sagres. É preciso lembrar que nesse tempo as raparigas usavam véus para entrarem nos templos do Senhor, os cabelos das suas cabeças ainda precisavam desse abafo contra os seus próprios males.

A pouco e pouco, o Mito havia tomado conta das nossas vidas e, por isso, subir acima da varanda da nossa casa já não era subir acima da varanda da nossa casa para ver o céu à transparência. Um véu não era um véu. O simbólico havia-se instalado com sua poderosa corte de substância entre o real e o imaginado. Só os cegos iam a Sagres e nele viam um rochedo perigoso por onde todos os navios provenientes do Mediterrâneo e do Atlântico, na rota da Europa, tinham obrigatoriamente de passar. Só os cegos. Então, felizmente, fomos a Sagres. Ainda estávamos vivos e intactos.

Fomos, fazia vento, já o disse de outros modos. Éramos adolescentes. Tudo isso aconteceu outrora, quando as estradas ainda corriam às curvas entre veigas e outeiros, amarradas aos caprichos do terreno. Fomos. Chegámos lá depois duma tarde de viagem num carro que carburava mal. A distância que nos separava era curta, mas nós achávamos que por mais que andássemos nunca chegaríamos lá. E, de súbito, ali estávamos em pé, sobre as costas dum rochedo. Uma pedra gigantesca, uma escarpa nua, onde o vento assobiava como se nos quisesse arrebatá-lo para outra parte. E, então, à medida que os redemoinhos nos levavam os cabelos, foi simples imaginar quantos enxovais por estrear se haviam misturado com a areia, quantas quilhas, quantos mastros, quantas sepulturas abertas nas ondas, para que a distância entre continentes, ao longo dos séculos, tivesse sido transposta. Foi possível compreender como por cada príncipe sonhador que a História oferece, sempre foram necessários exércitos incontáveis de outros homens, cujos nomes só estão escritos entre os grãos de areia onde ficaram seus desejos e seus ossos. Tudo isso foi entendido, durante essa primeira visita ao rochedo.

Mas foi preciso mais tempo, sobretudo mais densidade no tempo, para que eu mesma entendesse que em Sagres, como em toda a escarpa nua que se prolonga pelo Mar, existe o aceno que leva para longe o nómada das águas. Existe o inquieto, o curioso, o móvel, o trotamundos sem destino à vista, o inqualificável. Aquele que sente, na sua carne e no seu espírito, que à medida que se vai afastando da sua casa, mais se aproxima da verdadeira morada. E assim se sabe que sempre que se fala do espírito do Príncipe, seus cálculos astronómicos e seu Mapa-múndi de Fra Mauro, sempre se terá de falar daquele outro infante múltiplo, sem retrato, que habita na sombra do seu silêncio e se chama Humanidade. Era essa a palavra que eu

desejaria ver escrita em letras gigantescas nas escarpas da futura Sagres. Em volta dos seu relógio de sol desenhado no chão, cujos ponteiros não falam, Humanidade. – Todos os que partiram, ou não partiram de lá, ao longo dos séculos, mereceriam essa homenagem. Os ignorados, aqueles cuja vida anónima encontra no enrolar e desenrolar das ondas a sua única metáfora, seriam esses o seu destinatário.”

Publicado *in Revista Atlântica de Cultura Ibero-americana*, nº 1, Portimão, ICIA, 2004

# Sob o céu de Tânger

João J. B. Ventura

Mais tu n'es qu'un mirage Tanger  
Avec ton front azuré avec  
Tes charmes de brume confondants  
Baignant dans les eaux mélangés de la mer.  
Tu n'es plus qu'un nom griffonnée sur le mur du temps,  
Trace obscure d'une mémoire à la dérive,  
Qu'une image procurant des caresses ombilicales,  
Pour le villégiateur bronzant dans  
l'insignifiance mordorée des sables,  
Pour les chasseurs de souvenirs à mettre en albums  
Pour les entichés de bibelots  
Et la frime de t'avoir vu.

“Tanger”, Abderrahman Benhamza<sup>1</sup> (1995)

Hoje, ao passar os olhos pela prateleira magrebina da minha biblioteca, abrirem-se-me as *malas de papel* de Paul Bowles. Numa encontrei a sua autobiografia *Memórias de um nómada*<sup>2</sup>, onde, por instantes, o vi escrever so-fregamente, e deixar cair no papel “sem parar” uma torrente ininterrupta de palavras: contos, novelas, traduções de amigos marroquinos e, sobretudo, relatos de viagens. Noutra estava o seu mais célebre romance, *Um céu que nos protege*<sup>3</sup>, onde diz que a diferença entre o turista e o viajante reside no tempo. E noutra, ainda, *Deixai a chuva cair*<sup>4</sup>, o romance sobre a “nervosa” Tãnger, a cidade por onde Bowles errou durante grande parte da sua vida. Como tantos outros escritores, também Bowles sucumbiu ao “síndrome de Tãnger” e se fez desaparecido na “cidade branca”, correspondendo ao mito simpático do ocidental que rejeita o estatuto social da sua origem para se ocultar na distância libertadora do Norte de África.

1 Abderrahman Benhamza figura entre os nomes ilustres da literatura de expressão francesa e da crítica de arte em Marrocos.

2 Bowles, Paul (2007). *Memórias de um nómada*. Lisboa: Assírio & Alvim [*Without stopping, an autobiography*, 1972].

3 Idem (2017). *Um céu que nos protege*. Lisboa: Quetzal. [*The sheltering sky*, 1949].

4 Idem (2018). *Deixai a chuva cair*. Lisboa: Quetzal. [*Let It Come Down*, 1952].

Pendant des années, il y avait toujours eu un paquebot qui chauffait à New York en partance pour Tanger. Ils l'avaient tous pris: Paul et Jane Bowles, Truman Capote, Gore Vidal, Jack Kerouac, Bill Burroughs, Brion Gysin, Tennessee Williams. Le premier à faire la ligne New York-Tanger fut Paul Bowles. Venu pour un été, il est resté toute une vie<sup>5</sup>.

Bowles era um americano tranquilo a fugir e em fuga do *mal-de-vivre* urbano. Tinha chegado com Aaron Copland, tentando romper com o nomadismo cosmopolita que o levava a viajar, primeiro, pela Europa, e depois pelo Extremo-Oriente e pela América Central, e também com incursões mais ou menos prolongadas em Paris e Nova Iorque. Em 1947, decidiu ficar em Tânger donde partia em viagens pelo deserto:

Não escolhi instalar-me em Tânger. Aconteceu. Devia ser uma estadia breve. Queria continuar, indefinidamente. A preguiça fez-me adiar a partida. Um dia, tive de render-me: o mundo estava muito povoado, os hotéis eram menos bons, as viagens menos agradáveis e as paisagens menos belas. Quando estava noutro sítio, lamentava não estar em Tânger. Estou aqui porque cá estava quando percebi a que ponto o mundo piorou. Já não queria viajar mais<sup>6</sup>.

Outros, loucos por viajar e por fugir da América, a quem Bowles fazia chegar os ecos tangerinos de aventura e do “lento desregramento dos sentidos” (tão caro a Rimbaud) vieram a seguir. Jack Kerouac, que acabara de publicar *Pela estrada fora*, descobre Tânger em 1957:

Et soudain, lente procession de musulmans en blanc, ce furent les toits blanc posés dans l'anse du petit port de Tanger, à même l'eau. Ce rêve d'une Afrique tout de blanc vêtue – Terrible ! – qui l'avait rêvée ? Rimbaud, Magellan, Delacroix, Napoléon! Ondoiment de draps blancs sur les terraces<sup>7</sup>.

5 Rondeau, Daniel (1997). *Tanger et autres Marocs*. Paris : Gallimard.

6 Idem. *Baptism of solicitude*. Apud Edmund White, “Paul Bowles: The Desert and Solitude” *The New York Review*, July 14, 2011 (Tradução do autor).

7 Kerouac, Jack (1973) *Les anges vagabonds*. Paris: Gallimard [1<sup>a</sup> ed. *Lonesome travel*, 1960].

Kerouac encontra-se com William Burroughs e com Allen Ginsberg, ali chegados em 54, formando a trindade tangerina da *Beat Generation*. Juntos, cozinham bolos *majoun* (mistura de mel, especiarias, haxixe e kif<sup>8</sup>) que saboreiam vagorosamente com chá de menta bem quente. Às vezes, “dão longos passeios proféticos através dos campos de pequenas flores brancas”. E quando não andam em explorações tangerinas, o quarto nº 9 do Hotel Muniriya ressoa com o bater das teclas da máquina de Burroughs a escrever o *Festim nu*, a sua única obra cuja criação tem por referência Tânger, transformada numa utopia distópica e íntima. Um desregramento dos sentidos levado a cabo por um *junkie* num território fantasmal, a *interzone*.

Não obstante o festim tangerino – no caso de Burroughs, será melhor dizer o inferno tangerino – que estes anjos vagabundos experimentaram durante a sua passagem por Tânger, pouco ficou da cidade na sua obra.

Ceux qui se sont trompés sur cette ville ce sont les poètes de la *Beat Generation*. Ils se croyaient en Afrique, dans le désert, au bout du monde. Tanger lui fournissait de quoi fumer, et de quoi s'évader. Ils se sont vite rendu compte que ce lieu n'est qu'un fantôme de plus dans leur panoplie de rêveries faciles. Ce n'est même plus un souvenir. Pour eux, ce fut un nom, un nom qui sonne bien, mais ce nom est une erreur. La preuve, Tanger n'existe pas dans leurs textes. Ou alors, c'est une ville imaginaire qui laboure leurs phrases...<sup>9</sup>

Ao contrário, Bowles cruza a sua biografia com a da “cidade branca”, criando um mito à sua volta. Avio a minha mala de viagem com as malas de papel de Bowles e vou a Tânger aqui tão perto de Portimão. Tânger que oferece a possibilidade de aqui tão perto ir longe. Fronteira transponível no sentido nortesul, mas não no inverso onde se erguem muros intransponíveis encimados por arame farpado. Aí as águas já não unem, separam, fazendo com que o lado de cá do mar não fique perto mas longe: “Un cercle précis, une frontière mobile, une sorte de ligne de séparation entre deux eaux, celles calmes et plates de la

8 O kif é produzido a partir de cristais, retirados das folhas e flores das plantas *cannabis*. Pode ser fumado de várias maneiras, inclusive utilizando cachimbos, um vaporizador ou um papel de enrolar.

9 Jalloun, Tahar Ben (1993). “Tanger: une paresse créative». *Magazine Qantara*, nº 6. Paris: Institut du Monde Arabe.

Méditerranée et celles véhéments et fortes de l'Atlantique"<sup>10</sup>, escreve Tahar Ben Jalloun.

Tânger que foi um próspero enclave de alma cosmopolita e irrepetível, com um estatuto próprio sob o auspício internacional, forjou o mito da cidade mais intrigante do norte de África, na qual Michael Curtiz se inspirou para rodar Casablanca, cuja história de refugiados europeus fugidos ao nazismo, de espíões e de contrabandistas que frequentam o Rick's Cafe de Bogart só poderia ocorrer numa cidade-fronteira, simultaneamente, tolerante e canalha.

Era a Tânger das três religiões repartidas entre igrejas, mesquitas e sinagogas, e um cabaret como aquele do filme de Curtiz. Nas suas ruas havia mais de setenta bancos, negócios duvidosos, espíões de todos os matizes, cafés repletos de fumo e de ardor político, e nunca encerravam portas. Nalgumas vilas sumptuosas da Vieille Montagne, ou em certos palacetes na medina, as festas duravam até ao amanhecer. Eis a Tânger desaparecida onde vingavam a corrupção e a desordem, e onde se movimentavam vigaristas e assassinos, excêntricos e ninfomaniacos, homossexuais e magnates. «Um antro de jogos de azar onde os jogadores negociam os planos secretos de todos os exércitos do mundo"<sup>11</sup>, segundo Jean Genet.

Faço-me à estrada de manhã cedo, desafiando a Via do Infante, e depois a Autopista del Centenário, e pelo meio-dia apanho o ferry em Tarifa. Menos de hora depois, avisto - como Bowles a viu quando ali chegou pela primeira vez, em 1931, com vinte anos, "a cidade branca encavalitada nas suas colinas, espreitando as montanhas da Andaluzia do outro lado do estreito de Gibraltar".

Em menos de cinco minutos, um "petit-taxi" azul celeste com uma risca amarela conduz-me desde a Gare Maritime até ao mítico Hotel Continental com a sua colorida fachada, uma das primeiras imagens que os viajantes viam quando chegavam a Tânger e que, agora, volta a sê-lo, graças à renovação da área portuária que recuperou a muralha portuguesa e eliminou os edifícios que lhe tapavam as vistas.

Guardo as malas de papel de Bowles no quarto. Atravesso o salão decorado com mosaicos e amplos vitrais. Lá estão o velho piano de cauda e o fonógrafo. No terraço, com vista sobre o porto, bebo um chá de menta, porque ali não servem álcool.

10 Jelloun, Tahar Ben (2006). Partir. Paris: Gallimard.

11 Genet, Jean (1949). Le journal du voleur. Paris: Gallimard.



Segundo olhar sobre a “cidade branca, muito branca, tatuada de minaretes verdes”<sup>12</sup>. À direita e à esquerda, abre-se um panorama de construções caiadas de branco empilhadas na colina. Minaretes. Terraços. Correrias de crianças turbulentas na Rue dar Baroud. Mais abaixo, gente fervilhando no cais. O chamamento do *muezzin*<sup>13</sup> para a oração, vindo da Grande Mesquita ali bem perto.

Parto à descoberta da cidade guiado por Bowles e pelo *google maps*. Caminho pela Rue dar Baroud, cruzo o arco da Porte de La Marine, passando pela Grande Mesquita, e subo a rua que leva ao Petit Socco<sup>14</sup> onde uma parte da história da cidade foi feita por escritores, poetas e artistas nos legendários cafés que ainda rodeiam a mítica praceta tangerina outrora o epicentro da vida quotidiana de Tânger.

O Petit Socco, no centro da medina, rodeado de cafés por todos os lados, acolhia uma sinfonia de conversas. No início dos anos 30, a clientela diminuía após a meia-noite, mas depois da guerra, nos anos 40 – quando Tânger estava apinhada de turistas e de residentes estrangeiros – os estabelecimentos continuavam movimentados até ao alvorecer<sup>15</sup>.

Hoje, a praceta perdeu grande parte do antigo encanto. Gatos famélicos, vendedores de relógios de contrafação e turistas. Ainda assim, o Café-Pension Fuentes permanece como um lugar autêntico carregado de história e tingido de um charme um tanto desbotado. Paredes revestidas de azulejos e um salão no primeiro andar com varanda a dar sobre a praça. A clientela é composta sobretudo por marroquinos e por alguns turistas nostálgicos do passado glorioso do lugar, agora, ali, como eu, à procura de uma epifania. Nas suas mesas de mármore, o pintor Antonio Fuentes esboçou vistas da cidade, tornando-se numa espécie de Toulouse-Lautrec de Tânger; Camille Saint-Saëns compôs a “Danse Macabre”; Tennessee Williams escreveu uma peça de teatro; e Saint-Exupéry fez ali o seu domicílio durante uma temporada,

12 Darío, Rubén. (2016). *Tierras solares*. Sevilha: Editorial Renacimiento [1ª. edição na Nicarágua: 1905].

13 O muezzin é, no Islão, o encarregado de anunciar em voz alta, do alto das almádenas (ou minaretes), o momento das cinco preces diárias.

14 O Petit Socco era um alargamento da Rua Direita portuguesa onde nessa altura já existia um mercado.

15 Bowles, Paul (2013). “Tânger” [1990]. *Viagens - Compilação de escritos, 1950-1990*. Lisboa: Quetzal.

fascinado pela “cidade estranha” cujo ambiente lhe causava “belas vertigens”.

Enquanto vou vagarosamente saboreando o segundo chá de menta da manhã, observo o vaivém na praça, espécie de mosaico disparando em todas as direções. Grupos discutindo no meio da praça. A Rue du Commerce que, outrora, levava às casas de amores tarifados; a Rue de La Marine, antiga Rua Direita portuguesa<sup>16</sup>, que se inclina até ao porto; a Rue Curro las Once que conduz à Place Taqqadum para, depois, através de um dédalo de ruelas estreitas e tortuosas, se chegar à American Legation e, cruzando a Avenue de Portugal, até ao cemitério judeu; e a Rue des Siaghines que leva ao Grand Socco ou, antes, virando à direita pela Rue des Almohades, antiga Rue des Chrétiens, e depois pela Rue Ben Raisoul, ao alto da medina.

Sigo ao longo da comprida Siaghines, passagem obrigatória para o Grand Socco, onde antes se alinhavam nos lados da rua dezenas de bancas minúsculas de cambistas judeus fazendo tilintar nas suas mãos grandes moedas para chamar os clientes e cujos vestígios ainda são visíveis em inscrições nalguns estabelecimentos. E eis-me na Place 9 de Avril, le Grand Socco, “devant les portes mêmes de la muraille fortifiée qui enferme son labyrinthe de ruelles”<sup>17</sup>. Hesito por momentos antes de atravessar o fluxo do tráfego caótico que para ali conflui a fim se redireccionar ou para estacionar. Um turbilhão de automóveis com condutores carregando nervosamente nas embraiagens e nas buzinas. Táxis azuis celeste à espera de passageiros.

Dia de mercado. Uma vasta praça ladeada de cafés, pequenas lojas de artesanato, bancas improvisadas de vendedores ambulantes, camponesas do Rif vestidas com roupas multicolores e grandes chapéus de palha. Restos de uma Tânger desaparecida onde já não se veem os contadores de estórias, os pregadores, os charlatões, os encantadores de serpentes, os músicos e artistas de circo que o tempo e os homens varreram da praça, vulgarizando-a. A cidade de hoje atraçoando a cidade antiga.

Ou talvez não. Tânger, a cidade-literária do mito de Bowles renova-se. No outro lado da praça, um edifício chama a minha atenção pelo seu visual colorido *art déco*. Construído em 1938, o cinema Rif encontrava-se à beira da ruína antes da fotógrafa franco-marroquina Yto Barrada o comprar em 2005. Desde 2007, acolhe a cinemateca de Tanger, tornando-se num dos

16 A antiga Rua Direita Portuguesa era formada pelo conjunto Rue de la Marine-Rue Siaghine, ligando a Porta do Mar à Porta do Campo.

17 Kessel, Joseph (1952). Au Grand Socco. Paris: Gallimard.

raros cinemas de autor de Marrocos com ação educativa junto das crianças dos bairros vizinhos. “É o pulmão cultural da cidade à porta da medina, reinventando o antigo espírito de convivialidade do Grand Socco” - explica Malika Chaghal, diretora da instituição.

Transponho a majestosa porta Bab El Fahs<sup>18</sup> e adentro-me na medina<sup>19</sup>. Perco-me no labirinto de ruelas tortuosas ora passando por curtos túneis por baixo das casas ora galgando longos lanços de escadas, até chegar a uma pequena ruela que sobe em escadaria, a Sidi Hosni, rua dos costureiros, onde homens rebobinam fios de todas as cores. Subo a escadaria íngreme da Rue Amrah até à porta da Casbah<sup>20</sup> para disfrutar a magnífica vista sobre o Estreito.

E depois novamente o Grand Socco e o grande sufoco. Escapo-me em direção à Place de France. Soberba vista sobre a baía desde a esplanada – “la terrasse des paresseux”<sup>21</sup> como era, ainda é, conhecida -, debruçada sobre a baía. Sento-me na esplanada do decadente Café de Paris, na esquina do Boulevard Pasteur, bebendo mais um chá, em frente do palacete e dos jardins do Consulado de França. Aberto em 1920, era ponto de encontro de Jane e Paul Bowles, Jean Genet, Truman Capote, Tennessee Williams, Williams Burroughs... - e de espões durante da II Guerra Mundial. Vejo-o agora invadido por turistas.

Desço o Boulevard. Depois, no nº 54, dou com uma montra, um cenário de livros. Entro na legendária Librairie des Colonnes, estação de paragem obrigatória para passeantes literários. Belíssima, com as suas estantes, mesas, escaparates de madeira de cedro. Por cima da caixa, o retrato do rei Mohammed VI. E lá estão também Ángel Vasquez, Mohamed Choukri, Jean Genet, Paul Bowles, Juan Goytisolo. testemunhas da diversidade linguística de Tânger: espanhol, tamazight<sup>22</sup>, francês, inglês.

18 Bab Fahs, antiga Porta do Campo portuguesa.

19 Nas cidades árabes, a medina é um aglomerado urbano organizado dentro de muralhas, ou seja, protegida dentro de uma fortificação.

20 Casbah é o nome dado às cidadelas cercadas por muros ou muralhas existente em diversas cidades do Norte da África.

21 Terrasse des Parésseux ou Praça de Faro, desde que Tânger e Faro se geminaram em 1985.

22 A língua falada pelo povo Amazigh, escrita com o alfabeto Tifinagh. Existem três línguas Amazigh: Tarifit, no Rif, Tamazight, no Médio Atlas e Tachelhit ou Chleuh, no Alto Atlas e no Suss. A única que é escrita é o Tamazight, que se tornou a língua Amazigh universal de Marrocos.



16 TANGER. — LE PETIT SOCCO.



*Edition spéciale des Magasins Modernes*

Tanger, Rue des Siaghines e Petit Socco, 1925.

Fundada por Gallimard, em 1949, rapidamente, se tornou no epicentro da vida literária tangerina. Bowles, chegado a Tânger dois anos antes, era presença constante e íntima das livrarias conhecidas como as “irmãs” Gero-fi e utilizava a livraria como caixa pessoal de correio. Também Marguerite Yourcenar, Paul Morand, Roland Barthes ou Amin Malouf, sempre que visitavam a “cidade branca” passavam pela livraria. Juan Goytisolo, chegado a Tânger nos anos sessenta, fez ali sua iniciação na cultura árabe, tornando-se cúmplice da livraria:

Me han hablado de una excelente autobiografía de un tal Chukri, traducida al inglés por Paul Bowles. La ha leído? En cuanto lleguemos me haré com un ejemplar en la Librairie des Colonnes. Es usted amigo de las hermanas Gerofi en Tânger, supongo. Quién no conoce las hermanas Gerofi en Tânger! Cómo! No sabe quiénes son? Pero es imposible! Permítame decirle que no lo creo. Son el motor de la vida intelectual de la ciudad<sup>23</sup>.

Depois das “irmãs” Gerofi, a livraria foi dirigida, entre os anos 1973 e 1998, por Rachel Muyal, judia tangerina e vizinha da livraria desde a sua abertura. E depois por Pierre Bergé e Simon-Pierre Hamelin que, a partir dela, criaram, em 2006, a revista *Nejma* – “estrela” em árabe, título que presta tributo a Kateb Yacine –, inscrita na continuidade da revista *Souffles* que, quarenta anos antes, cristalizou à sua volta um dos mais ricos movimentos literários, artísticos e intelectuais de Marrocos. «Écrire, faire écrire, tracer le mot, dans la terre, à Tanger – sur cette terre que le mythe dit première», tal é o mote desta revista que revisita escritores que vão desde Kateb Yacine e Mohamed Choukry a Paul Bowles e Jean Genet, visando estender pontes entre as duas margens mediterrâneas e com o mundo, fiel ao legado cosmopolita, tolerante e diverso da cidade entre-deux-mers.

O jovem livreiro que me atende põe-me nas mãos o romance de culto *La vida perra de Juanita Narboni*<sup>24</sup>, de Ángel Vázquez, uma crónica histórica da Tânger do pós-guerra a caminho da decadência, e *Le pain nu*<sup>25</sup>, o romance autobiográfico de Mohamed Choukri sobre a sua errância nos anos 40 no

23 Goytisolo, Juan (2000). Carajicomedia. Barcelona: Seix Barral. Barcelona.

24 Vázquez, Ángel (2017). La vida perra de Juanita Narboni. Barcelona: Seix Barral [1ª ed. 1976].

25 Choukry, Mohamed. (1980). Le pain nu. Trad. do árabe por Tahar Ben Jalloun. Paris: Maspéro.

submundo de Tânger, lado a lado com a fome e a delinquência. - “Se ainda não os leste, tens de os ler!” – diz-me. E fala-me do trabalho da poetisa tangerina Rachida Madani, da escrita de Abdellah Taïa e de Zoubeir Ben Bouchta. Da movida literária atual. – “A verdadeira. Não a postiga dos estrangeiros dos anos 50” – adverte-me. Saio com uma mala cheia de livros.

Vou andando sem parar. Reencontro-me à porta do *The Paul Bowles Room*, na antiga American Legation<sup>26</sup>. Entro. Ali estão ainda as suas malas de viagem que correram o deserto e o mundo. Primeiras edições dos seus livros, manuscritos, documentos, fotografias, a sua máquina de escrever. Imagino Bowles sentado sobre as malas como no retrato ali exposto:

O Paul Bowles do estereótipo, o homem dourado, exilado enigmático, elegantemente vestido, com uma boquilha para cigarro entre os dedos, luxuriando ao sol de Marrocos, vivendo de remessas de dinheiro, oferecendo de vez em quando as suas alarmantes e altamente requintadas ficções ao mundo em geral<sup>27</sup>.

“O retrato tem um grão de verdade, mas há muito mais para conhecer”, escreve ainda Theroux. Se Bowles ali estivesse falaria da disciplina errática das viagens. De nomadismos. Do mar de Conrad. Do silêncio do deserto. De Graham Greene e Raymond Chandler. Da híbris marroquina. Sim, também de Jane Bowles. De Kafka, Gerturde Stein e Flannery O’Connor. A prisão do corpo. A morte libertadora. Os labirintos do kif. A poesia de Mohamed Choukri. E a prosa do contista Mohamed Mrabet. A escrita como ritual. O concerto de oboé e clarinete que nunca chegou a terminar.

Impossível não imaginar neste refúgio Déco o encontro entre John Malkovich e Debra Winger à procura de si próprios em *Um chá no deserto*. A voz de Bowles, no filme, prenunciando que, mais tarde, todos acabariam por se perder, irremediavelmente, nas areias sedutoras e fatais do deserto.

Apanho um “petit-taxi” que me leva encosta acima entre terrenos baldios até ao Edifício Itesa onde Bowles viveu desde os cinquenta anos até poucas semanas antes da sua morte, em 1999, aos oitenta e oito anos. Subo umas escadarias amplas de mármore até ao quarto andar e bato à porta do apartamento 20. Espero. Em vão. Ninguém responde. Não verei a sua última morada. A mesma que foi visitada por Mick Jagger e Brian Jones, seus vizinhos

26 Na American Legation existe uma maqueta da Batalha de Alcácer Quibir.

27 Theroux, Paul (2013). *As viagens de Paul Bowles. Viagens. Compilação de escritos, 1950-1993*. Lisboa: Quetzal.

por algum tempo no andar de baixo do Itesa, e que vieram a Marrocos para escutar os sons dos fazedores de perfumes e gravar os Master Musicians of Jajouka que seria considerado o primeiro álbum de world music. Primeiro que ninguém, Bowles tinha descoberto esta música nas suas deambulações por Marrocos enquanto musicólogo.

Porque Bowles já não mora ali, saio. Na rua, que se inclina em direção ao mar, avisto um pedaço azul do estreito de Gibraltar. O que ainda salva Tânger é a sua topografia.

A cidade está construída ao longo das cristas e das ladeiras de uma série de pequenas colinas que descem até ao mar [...] Ao fundo de cada rua há quase sempre uma vista natural, pelo que o olhar automaticamente resvala sobre aquilo que esteja mais à mão, para ir pou-sar numa vinheta de porto marítimo com navios, ou de cordilheira montanhosa, ou de mar com uma distante linha de costa<sup>28</sup>.

Desço a ladeira da Vieille Montagne por entre os ciprestes que ladeiam a estrada que me devolve à medina. Adentro-me na mesma topografia percorrida por Bowles:

Ruas cobertas como corredores, com portas abrindo para quartos dos dois lados, terraços ocultos muito acima do mar, ruas feitas de degraus, impasses escuros, pequenas praças em terrenos inclinados, semelhantes a cenários de ballet construídos em falsa perspetiva, com becos que conduzem para direções diferentes; sem esquecer o clássico repertório de túneis, baluartes, ruínas, masmorras e penhascos.<sup>29</sup>

Atravesso o parque Marshan e cruzo a avenida Mohammed Tazi. Adentro-me por ruelas sinuosas. Há homens trabalhando cestos, o cobre, a lã. A padaria onde Bowles comprava o pão na esquina, mesmo antes dos degraus do Café Baba. De quando em vez, tenho de inverter os passos em becos sem saída. De súbito, umas toscas letras amarelas pregadas numa parede branca ao lado de uma porta de ferro indicam: “Café Hafa, fundado em 1921”. Não há guia turístico em papel ou na web que não lhe faça referência abonatória.

28 Bowles, Paul (2013). “Mundos de Tânger” [1958]. Viagens - Compilação de escritos, 1950-1990. Lisboa: Quetzal.

29 Idem (2007). Memórias de um nómada. Lisboa: Assírio & Alvim. [1972].



À direita, duas filas de degraus descendo numa falésia sobranceira ao mar conduzem a pequenos terraços em socacos com roseiras e árvores, oferecendo sombra e uma vista magnífica sobre as águas do Estreito, com o recorte da costa espanhola ao fundo. Desde há quase um século que o café fundado por Ba Mohamed e pelo seu irmão Ba Idriss é lugar de encontro de escritores, poetas, criadores, marinheiros ou músicos que ali se misturavam.

Entro, e logo um intenso aroma de chá de menta me inebria. Mesas de cimento revestidas de azulejos e ferro onde a pintura tenta disfarçar a ferrugem. Não há carta de pratos ou de bebidas. Ali só servem chá de diferentes sabores e aromas, e para comer, *bissara*, um puré de feijão.<sup>30</sup>

Se a história do Hafa está ligada aos fragmentos da biografia dos escritores e outros artistas que ali passavam as tardes (como Bowles, Mohamed Choukri, Abou Bakr Lamtouni, Juan Goytisolo ou Jean Genet), a sua notoriedade deve-a, também, à simplicidade do lugar e ao acolhimento igualitário da clientela, sem olhar ao seu estatuto social.

É ali que, ao fim da tarde, as andorinhas rodopiando no céu cor de malva que me protege, os gatos roçando e ronronando entre as pernas, por entre delicados saracoteios de copos de chá de menta, que me despeço de Tânger e de Bowles:

O mais espantoso é que ao fim de [tantos anos] [o Hafa] ainda pareça o mesmo, ainda seja tão delicadamente como era. (...) As gaiotas pairam e volteiam ao vento, e de vez quando um navio passa vagorosamente, indo ou vindo do estreito de Gibraltar.” (...) A velha Tânger que eu conhecera em 1931 não perdurou. Quando regresssei depois da guerra, em 1947, ela estava praticamente irreconhecível. Os prédios de apartamentos haviam crescido, as árvores haviam sido abolidas, tinham sido abertos arruamentos nos campos em volta.” (...) Nos anos decorridos desde que vim a Tânger pela primeira vez e fui capturado pelos seus encantos, o burgo de 60 mil habitantes tornou-se uma cidade com dez vezes essa dimensão e, a avaliar pela variadíssima construção em curso, ela continuará a expandir-se enquanto durar o presente surto de prosperidade. (...) a Tânger que eu conheci só existe na memória<sup>31</sup>.

30 A *bissara* marroquina é um puré de favas secas temperado no prato com um fio de azeite e cominhos.

31 Idem (2013). “Tânger” [1990]. Viagens - Compilação de escritos, 1950-1990. Lisboa: Quetzal.

Tânger deu tudo a Bowles. O pequeno teatro de rua sobre o qual a cortina não se fechava nunca, os amores proibidos, a malandragem, as histórias guardadas nas suas malas de papel, sobretudo aquelas que guardou em Deixai a chuva cair, o romance percorrido por uma musicalidade interior onde retrata uma cidade que há muito deixou de existir, ou que talvez nunca tenha existido a não ser na sua imaginação transfiguradora. E Bowles devolveu tudo a Tânger, criando à sua volta o mito que me faz, uma e outra vez, regressar uma cidade que já não existe.

Nos últimos dez anos, Tânger redesenhou-se a partir da sua orla marítima. O mega-programa “Tanger-Métropole”, lançado pelo rei Mohammed VI em 2013 com um investimento de mais sete mil milhões de euros, dos quais um quarto alocado às áreas marítimas, transformou radicalmente a cidade. O antigo porto histórico foi totalmente remodelado, em 2010, com a abertura do novo centro marítimo de Tanger-Med, e é por lá que agora se chega à cidade. O traçado de muitas ruas na “cidade moderna” foi refeito para tornar o tráfego mais fluído. As fortificações portuguesas foram restauradas. Uma nova marina foi construída junto ao modernizado porto de pesca, no final de um grande passeio ribeirinho ao longo da baía abrindo para o horizonte na outra margem mediterrânea. Tânger que sempre viveu olhando Espanha está agora ligada à capital Rabat por um comboio de alta velocidade.

Embora nesta deambulação em que me deixei perder e reencontrar nos passos de Bowles eu seja levado a constatar que Tânger perdeu a sua aura, no meu imaginário tangerino “a cidade branca”, ainda que envelhecida na medina e metamorfoseada na frente-mar, ocupa o lugar contraditório, mas cativante, de uma cidade gémea da Alexandria de Lawrence Durrell ou da Istambul de Orhan Pamuk. Uma cidade que é como um mosaico que dispara em todas as direções. E um palimpsesto onde sob a escrita visível e debotada das suas ruas estreitas e sinuosas e dos edifícios decadentes e enrugados da cidade antiga, se esconde outra escrita invisível que narra histórias nas quais se movimentam os fantasmas dos escritores que criaram o mito da cidade branca e internacional.

POESIA

## REFLEXÃO NO CAIS

Há aqui uma toada simples de lamento, que pode ser por quem naufraga, pode ser por quem desembarca, e pode ser sobretudo por quem não chegou a embarcar. Assim, no fundo musical que imagina, o lenço batido pelo vento da despedida, semelhante a uma vela batida pelo vento do temporal, estala na cabeça de quem o vive, impedindo-o de adormecer. O que é importante, porém, é não olhar para longe. Nada de linhas de horizonte; nada de sonhos com os antepassados. Fixando bem o chão que pisamos, na beira do cais, a mistura de pedras e de areia forma um mapa que, se for lido com uma visão mais subtil do que racional, nos indicará o caminho para sair do porto a que o destino nos prende. Então, pondo o lenço no bolso, e com ele os ventos da viagem, seguiremos apenas com a música do regresso, apartando com as mãos o grande silêncio de quem não mais voltará.

memó judice

## REFLEXÃO NO CAIS

Há aqui uma toada simples de lamento,  
que pode ser por quem naufragou, pode ser  
por quem desembarcou, e pode ser sobretudo por  
quem não chegou a embarcar. Assim, no fundo  
musical que imagino, o lenço batido pelo vento  
da despedida, semelhante a uma vela batida pelo vento  
do temporal, cria um ritmo que, podendo parecer  
arbitrário, estala na cabeça de quem o ouve,  
impedindo-o de adormecer. O que é importante, porém,  
é não olhar para longe. Nada de linhas de horizonte; nada  
de sonhos com os antípodas. Fixando bem o chão  
que pisamos, na beira do cais, a mistura de pedras  
e de areia forma um mapa que, se for lido com  
uma visão mais subtil do que racional, nos indicará  
o caminho para sair do porto a que o destino  
nos prendeu. Então, pondo o lenço  
no bolso, e com ele os ventos da viagem,  
fiquemos apenas com a música do regresso,  
afastando com as mãos o grande silêncio  
de quem não mais voltará.

Nuno Júdice

## REMADORES

íntimo da história e dos sonhos, sul por inteiro  
onde o burro zurra, a abelha distrai a tarde,  
a luz se incendeia em manicómio astral  
e a figueira disputa o divino ao protocolo dos céus...  
podia começar a cantar-te assim, que talvez seja  
o que muitos exigem ao poeta, modo lírico,  
palavras perfumadas, dissolventes de carícias  
e outros equívocos que por vezes vestem literatura.  
e, porém, o que hoje sabemos, o que hoje ouvimos,  
o que hoje vemos com assustadora inocência e claridade...  
assim, tento, ao invés, mergulhar nas tuas próprias águas,  
imaginar-te por dentro e penso que talvez tu próprio  
estejas farto de azuis e pratas fascinadas, de canções  
e brilhos de punhais, de mitos e unguidas aves,  
memória e voo de altos sentimentos, vaidades humanas  
a que és alheio, ilha ou licorne. talvez antes  
te desesperem séculos de nomadismo  
dentro de ti mesmo, partidas e chegadas tantas  
que cheguem para mil odisséias, mil bestas e heróis,  
louros e sangue, versos e naufrágios, banhos de fé,  
banhos de sangue, sol e ciladas, incontáveis outras formas  
de silêncio e sobrançeria. como, pois, entender-te  
de modo a que um poema te decifre? que sabemos  
do secreto azul que em ti vigora e rege o teu movimento legionário,  
testemunho atento do homem breve, cego e surdo

à sua própria agiotagem? – fraca e cinza gente somos!  
excedem-te os teus limites, ausentam-se as tuas margens,  
o teu princípio e fim se confundem no a vir,  
mas o vazio que te emprestam é a incompreensão maior,  
tudo aquilo que te tingem de deuses naufragados, o eco  
impalpável do obscuro, o grito esboroado de tudo o que sabemos.  
perguntar-te não me aventuro, de transparências trazemos todos  
a boca cheia de verdades e boas intenções, prefiro sim  
imaginar-te praia pacificada, cais morno, abandono,  
promessa de passagem, luz que canta, lume e cisne.  
o resto é vento, esmalte de enigmas, são magnólias,  
laranjeiras e olivais, a praia antiquíssima de vinhas a arder,  
o resto é um rumoroso véu sobre a nossa pequenez,  
eternos remadores das tuas galés de fogo.

Pedro Teixeira Neves

## EMBARQUE

Lá fora acontece a noite, em mim, há muito, acontecida.  
As laranjas escurecem no luto dos ramos.  
A aranha urde, nos teus olhos, a sua teia obscura. A luz  
em mim, há tanto tempo amadurecida.  
Agora, são mil anos depois, a madrugada do desterro.  
O tempo da insónia. A cabeça a gemer o inverno  
como uma casa atada ao vento por arames.

Na janela, a noite arredonda-se e abre-se como uma flor  
para mostrar a lua.  
Pouso o livro. O poema onde se dizia a cidade  
aglomerada nas margens do rio.  
A tristeza líquida que se juntava às águas do Guadalquivir.  
As galés do exílio como sepulturas.

Em cada pessoa a monção das chuvas.  
Os navios, uma frota de corações partidos à superfície das lágrimas.  
Sobre o rio, sobre todos os rios, a lua desenha os caminhos do desterro.  
Por essa estrada de prata vou, Mutamid, embarcado contigo.

Salvador Santos



# ENSAIOS

# Memória da comunidade escrava na arte produzida no Algarve da Época Moderna

Marco Sousa Santos



Figura 1 – Óleo sobre tela com *Família de negros em adoração a Nossa Senhora do Rosário*, século XVIII, Igreja Matriz de São Pedro de Faro. Foto do Autor.

## Introdução

Tanto quanto foi possível apurar, o primeiro a chamar a atenção para a existência, na região algarvia, de um rico e singular conjunto de representações artísticas associáveis à comunidade de escravos de origem subsariana que viveram nesse território em contexto Moderno foi o historiador de Arte Francisco Lameira, que identifica diferentes exemplos dessa prática em templos localizados na cidade de Faro<sup>1</sup>. Esta circunstância, que não se documenta na generalidade do país, estará sobretudo relacionada com aspetos históricos especificamente relativos à região em causa. De facto, ao analisar esta questão, convém ter presente que o Algarve vai ser o primeiro território da Coroa portuguesa no qual desembarcam, a partir de meados do século XV, levas regulares de escravos africanos, que, em meados da centúria de Quinhentos, era uma população que ascenderia a cerca de 3.500 indivíduos.

Apesar de a maior parte dos escravos se encontrarem fixados nos grandes centros populacionais do litoral algarvio, mormente em Vila Nova de Portimão, Lagos, Faro e Tavira, onde a percentagem de escravos chegará a rondar, em determinados períodos, os 10% da população total, também nas zonas mais interiores do barrocal e da serra algarvia a mão de obra escrava, de origem subsariana, está presente, chegando a representar percentagens apreciáveis da respetiva população<sup>2</sup>. Ou seja, em contexto Moderno, os es-

1 A questão foi abordada no âmbito do programa televisivo *Visita Guiada*, da RTP2, emitido a 29 de setembro de 2014, que foi apresentado por Paula Moura Pinheiro e teve como convidado o referido Francisco Lameira, doutorado em História da Arte e docente da Universidade do Algarve, e incluiu a visita a quatro igrejas farenses, a saber: a Sé, a Matriz de São Pedro, a igreja do extinto convento de Santo António dos Capuchos e a igreja da Ordem Terceira do Carmo.

2 Magalhães, Joaquim Romero de (1970). *Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos; Saunders, A. C. (1982). *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Coleção Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa da Casa Nacional da Moeda; Santos, Marco Sousa (no prelo). *Contributos para a história da escravatura no Algarve da Época Moderna (1444-1773)*. Loulé: Editora Sul, Sol e Sal.

cravos subsarianos e os seus descendentes, pretos, mulatos ou baços, livres ou forros, são uma presença constante e enraizada na sociedade algarvia, circunstância que ajuda a explicar essa vontade, e até necessidade, de os incluir, também, na iconografia regional. Feita esta breve, mas indispensável, nota introdutória, vejamos cada um dos casos identificados, procurando, na medida do possível, perceber o contexto em que foram produzidas e como as mesmas se encaixam no que será a narrativa mais abrangente.

### **A memória da comunidade escrava na arte produzida no Algarve da Época Moderna**

Dentro do universo das manifestações artísticas associáveis à comunidade escrava produzidas na região algarvia, em contexto Moderno, julgamos haver uma que, pela sua monumentalidade e riqueza iconográfica, se destaca das demais. Falamos do óleo sobre tela atualmente exposto na igreja paroquial de São Pedro de Faro, obra datável da 2ª metade do século XVIII, na qual foi representada uma família de negros, trajados à europeia, a adorar Nossa Senhora do Rosário. No centro da representação encontra-se uma figura masculina, porventura o patriarca da família, ajoelhado em frente da própria Virgem do Rosário que, pairando sobre uma nuvem e cercada por cabeças de querubins, segura no regaço o Deus-Menino, que, por sua vez, estende um rosário de contas vermelhas na direção do referido homem. Este enverga uma casaca vermelha com elaboradas mangas de renda e sapatos. Como detalhe curioso refira-se o facto de o homem ostentar na orelha visível uma argola de metal, elemento que nos parece remeter para a herança cultural africana do indivíduo. Junto a esta figura principal surgem duas crianças negras, um rapaz, que segura nas mãos um rosário de contas negras, e uma rapariga, ele trajado de branco e ela com um vestido vermelho de gola ren-

dada e chapéu da mesma cor, rematado por penacho, ambos também com sapatos. Em 2º plano, por detrás da figura central, foram representados dois jovens com casacas em tons de verde e uma mulher, com saia dourada, blusa branca, xaile, argola na orelha e, presa no cabelo, o que parece ser uma joia formada por pequenas pérolas e fitas vermelhas, a qual segura no seu colo outra criança vestida de branco e enrolada num xaile cor-de-rosa.

Objetivamente, não há como saber se estas figuras representam pessoas reais, ou se, em alternativa, se trata de uma representação fantasiada, talvez baseada numa gravura. Nem essa será, parece-nos, a questão essencial. O facto é que este quadro existe, alguém o encomendou, financiou e providenciou a sua colocação num dos templos da cidade de Faro. Em relação ao local de colocação da peça, julgamos que o mais provável é que esta pintura tenha sido encomendada para a Matriz de Santa Maria, a atual Sé de Faro, e não para a Matriz de São Pedro. Esta hipótese é de algum modo sustentada pelo facto de nem nas visitasões de meados do século XVI nem nas memórias paroquiais de 1758 se poder documentar a existência de alguma capela ou confraria dedicada à Senhora do Rosário na igreja de São Pedro<sup>3</sup>, ao contrário do que acontece em relação à atual igreja da Sé onde, pelo menos desde 1554, há notícia da presença de uma “imagem de Nossa Senhora do Rosário a que têm os pretos sua confraria”, a qual contava, à data, com quinhentos confrades<sup>4</sup>. No início do século XVII, quando D. Fernão Martins Mascarenhas aprova “os Estatutos da Irmandade e Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Sé de Faro”, o teor dos mesmos não deixa dúvidas quanto ao carácter racializado da instituição, na qual se admitia “qualquer pessoa cativa ou livre de qualquer estado e qualidade”, é certo, mas com a

3 Cf. Lameira, Francisco e Maria Helena Rodrigues Santos (1988). *Visitações de igreja algarvias – Ordem de Santiago*, 64 - 68; ANTT, “Memórias paroquiais da freguesia de São Pedro – Faro”. In *Memórias paroquiais*, vol. 15, nº 27a, 157-164.

4 *Ibidem*, 47.

obrigação de que os seus oficiais tivessem a condição de livres, ainda que fossem “pretos nascidos ou criados nestes Reinos”<sup>5</sup>. Pelos motivos enunciados, julgamos lícito concluir que esta pintura terá sido encomendada pelos oficiais da referida Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para adorno da capela que tinham na igreja da Sé. A ser assim, parece-nos até admissível que a pintura possa ter sido a que originalmente se usaria para cobrir a boca da tribuna do retábulo em determinados períodos do calendário litúrgico. É certo que a tela, sendo grande, não parece suficientemente ampla para cobrir a totalidade da boca da referida tribuna, mas nada impede que o quadro em questão tenha sido maior e que depois se tenha parcialmente truncado.

Mas o quadro da igreja de São Pedro de Faro não é o único exemplo de pintura na qual se identificam elementos associáveis aos escravos de origem africana existente no Algarve. De facto, também num dos óleos sobre tela que integram o retábulo seiscentista da ermida de Nossa Senhora da Consolação<sup>6</sup>, em pleno centro da cidade de Tavira, no qual se acha representada uma Adoração dos Magos, podemos identificar duas figuras de pele negra. Uma, diretamente associada ao tema da obra, diz respeito a Baltazar, um dos três Reis Magos. A outra corresponde a um indivíduo de pele negra, representado de perfil, com um fino bigode, que espreita por entre uma multidão de rostos. Objetivamente, tampouco neste caso sabemos se a figura representa um indivíduo em particular ou se é uma representação fantasiada (apesar de os detalhes fisionómicos favorecerem a primeira hipótese). Em qualquer dos casos, parece-nos de destacar o facto de esta figura ter sido propositadamente incluída neste conjunto pictórico, o que, no nosso entender, se justifica com

5 Fonseca, Jorge e João Saboia (2000/2001). “Os Negros de Faro e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário”. In *Anais do Município de Faro*, nº XXXI/XXXII, 112-131.

6 A respeito desta pintura, atribuível à oficina regional de João Rodrigues Andino, veja-se: Macieira, Isabel (2004). *A pintura sacra em Tavira (séculos XV a XX)*. Tavira: Edições Colibri / Câmara Municipal de Tavira, 300-302.

a importância que a comunidade de origem africana (escrava, forra ou livre) tinha na cidade de Tavira de Seiscentos.

Para além do universo da pintura, a presença da população de origem africana na arte produzida na região algarvia é também perceptível na imaginária, sobretudo através da encomenda de imagens de Santos e Santos de pele negra com os quais os escravos e os seus descendentes, especialmente os de origem africana, podiam sentir maior empatia. São exemplos disso as imagens de Santa Efigénia e de Santo Elesbão, santos de origem africana e associados à introdução do culto carmelita na Etiópia, que existem em algumas igrejas conventuais e paroquiais da região.

A esse respeito, importará referir, por exemplo a imagem de Santa Efigénia da igreja da Ordem Terceira do Carmo de Tavira, e também as imagens de Santa Efigénia e Santo Elesbão da igreja dos Terceiros carmelitas de Faro. Em relação a qualquer uma delas, e como oportunamente foi já reconhecido por Francisco Lameira, importará destacar o esforço de miscigenação das formas patente na conjugação de Santos com feições e penteados absolutamente europeus, mas com a tez pintada de negro.

Não menos interessantes do ponto de vista iconográfico, apesar de artisticamente mais modestas, são as imagens de Santa Efigénia da ermida de São Sebastião (atual igreja da Misericórdia), na vila de Castro Marim, e da paroquial de Alte, no concelho de Loulé. No primeiro caso trata-se de uma pequena imagem de madeira, com cerca de dois palmos de altura, atualmente colocada na capela-mor do templo, no qual se representa a Santa de origem etíope com a face e as mãos pintadas de negro, envergando um hábito semelhante ao dos carmelitas (alvo de repintes que alteraram as cores originais), a qual segura numa das mãos a igreja em miniatura, um dos seus atributos, neste caso evocando o seu papel evangelizador, e na outra uma extemporânea grelha de metal (um acrescento recente), em vez da esperada





Figura 2 – Pormenor da imagem de Santo Elesbão existente na igreja da Ordem Terceira do Carmo de Faro (século XVIII). Foto do autor



Figura 3 – Pormenor da imagem de Santo Estevão existente na igreja da Ordem Terceira do Carmo de Tavira (século XVIII). Foto do autor



Figura 4 – Imagem de Santa Efigénia da ermida de São Sebastião, em Castro Marim (século XVII). Foto do autor



Figura 5 – Imagem de Santa Efigénia da paróquia de Alte, concelho de Loulé (século XVIII). Foto do autor

cruz. No que diz respeito à segunda, trata-se também de uma imagem de pequenas dimensões, em madeira, que está colocada num dos nichos do retábulo de umas das capelas laterais do templo. Mais uma vez, a Santa de origem etíope apresenta a face e as mãos pintadas de negro, enverga um hábito e segura nas mãos uma miniatura de uma igreja, que neste caso vai ser representada com a base envolta por chamas (como sucede em relação à imagem da Santa que está na igreja da Ordem Terceira do Carmo de Faro), remetendo para um episódio diretamente associada à crónica da vida de Santa Efigénia e, nesse sentido, denotando alguma erudição por parte dos responsáveis pela encomenda e execução da peça.

Igualmente dignas de referência são as imagens dos referidos santos negros que ainda se guardam nas paroquiais de vilas e aldeias afastadas dos grandes centros urbanos da região algarvia, comprovando o importante papel que a mão de obra escrava também vai desempenhar no interior algarvio. Disso são exemplo a imagem setecentista de Santa Efigénia da paroquial de Santo Estêvão de Tavira, e ainda as imagens de Santo Elesbão e de Santa Efigénia da paroquial de Salir, no concelho de Loulé. Em relação à primeira, trata-se de uma pequena escultura em barro, com pouco mais de um palmo de altura, que hoje se guarda no interior de uma maquete integrada no retábulo de uma das capelas laterais do referido templo<sup>7</sup>. Mais uma vez, a Santa é representada com a face e as mãos pintadas de negro, com um hábito e segurando numa das mãos a miniatura de uma igreja, também com a base do edifício envolta por chamas.

No que diz respeito às imagens de Salir, que constituem um par, apresentando dimensões e aspetos compositivos idênticos, são também peças

7 Lameira, Francisco (1990). *Inventário artístico do Algarve – a talha e a imaginária – IV – concelho de Tavira*, Faro: Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Algarve, 566-567. Em relação a esta imagem, agradeço a disponibilidade da Sr.<sup>a</sup> Dona Maria do Rosário Afonso, que me permitiu o acesso à peça.

em barro, cozido e pintado, sendo os Santos representados com a tez pintada de negro e envergando hábitos. Apesar de ambas as imagens se encontrarem parcialmente mutiladas, ao nível das mãos, tudo indica que originalmente segurariam os atributos por norma associados a estas devoções, mormente as igrejas em miniatura. Em relação à imagem de Santa Efigénia de Salir, será ainda de salientar o caricato facto de a mesma apresentar a face pintada de negro, mas os pés, que se acham descalços, pintados em tons de rosa, desfasamento que nos parece dar conta de um processo de adaptação das formas incompleto.

Em relação às imagens de santos negros de Salir e de Santo Estêvão de Tavira, o facto de serem peças em barro, material mais barato do que a madeira esculpida, dourada e estofada, pode à partida justificar-se com as características específicas das comunidades de escravos que residiam nestas freguesias. Em todo o caso, não nos parece de excluir a hipótese de estas imagens, de menores dimensões e artisticamente mais simples, poderem constituir peças inicialmente destinadas a oratórios particulares, só tardiamente ofertadas às respetivas paróquias. De certo modo corroborando essa possibilidade, e a existência de espaços de culto privado nas casas algarvias, inclusive nas mais humildes, veja-se o caso de uma tal Francisca Dias, “mulher forra baça”, viúva de Vicente Pires, oleiro, moradora em Moncarapacho (cujo território se achava dividido entre os termos de Faro e Tavira), que em 1632 declarou ter:

uma imagem de barro pequena, do tamanho de um palmo, da Virgem Senhora Nossa do Rosário, a qual imagem ela pediu e lha deu a dita Maria Lopes para a levar para sua casa e a pôr entre outras imagens que tem em sua casa de Santos para rezar e se encomendar<sup>8</sup>.

Mas, em território algarvio, a referida miscigenação de formas patente em

8 Santos, Marco Sousa (no prelo). Contributos para a história da escravatura no Algarve da Época Moderna (1444-1773).

figuras que misturam características europeias e africanas (nomeadamente através da conjugação de feições europeias com a pele pintada de negro), não se limita às imagens de culto. De facto, como também já foi salientado pelo referido Francisco Lameira, na cidade de Faro, onde ao longo de todo o período Moderno vai existir uma forte presença de mão de obra escrava, sobretudo de ascendência africana, subsariana, podemos encontrar esculturas de vulto representando figuras com a pele pintada de negro e que, apesar de se acharem no interior de templos, não são imagens de culto.

Disso serão exemplo os dois monumentais anjos lampadários da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, *sita* na igreja da Sé, em Faro, peças datáveis do final do século XVII ou já do princípio da centúria seguinte, que apresentam traços fisionómicos europeus, mas que tiveram a pele pintada de negro, de modo a figurar indivíduos de origem africana, assim como os dois pares de atlantes que estão representados na base do arco (datado de 1747), em madeira entalhada, dourada e pintada, da capela-mor da igreja do antigo convento de Santo António, cuja pele vai ser igualmente pintada de negro, não obstante as suas feições europeias.

Em ambos os casos, o que estas manifestações artísticas parecem demonstrar é uma vontade por parte da Igreja e dos responsáveis pela encomenda destas peças em integrar a população negra e também, em simultâneo, o sentido de tolerância que a restante comunidade manifestaria em relação a este tipo de representações.

Por último, no que respeita às manifestações artísticas produzidas no Algarve e de algum modo associáveis à população escrava que assistiu na região, importará referir a escultura em argamassa com a representação do que parece ser um africano, circunstância sugerida pelas suas feições, a cor da pele e o tipo de cabelo, encarapinhado, que remata a decoração em argamassa do armazém setecentista da denominada Horta do Ourives, em Faro, que



Figura 6 – Negro lampadário da capela de Nossa Senhora do Rosário, na sé de Faro (finais do século XVII).  
Foto do Autor



Figura 7 – Pormenor de um dos atlantes negros do arco da capela-mor da igreja Santo António, em Faro (c.1747).  
Foto do Autor

pertenceu ao desembargador Veríssimo de Mendonça Manoel, a qual também integra golfinhos, bois marinhos e seres fantásticos e é complementada por uma legenda na qual se faz referência às feras e monstros da América.

Na verdade, atendendo ao facto de a figura em causa apresentar seios proeminentes, parcialmente cobertos por elementos cruzados que simulam fitas de tecido, e a parte inferior da figura ser constituída por um elemento em forma de concha (tradicionalmente um símbolo de feminilidade), o mais provável é que se trate de uma mulher. Em todo o caso, e tendo em conta que o programa iconográfico do conjunto está diretamente relacionado com aquilo que é o imaginário sul-americano, o mais provável é que se trate da representação de uma índia do Brasil, como já foi defendido por José Eduar-



Figura 8 – Elemento escultórico que remata o conjunto decorativo em argamassa do armazém da Horta do Ourives, em Faro (século XVIII). Foto do Autor

do Horta Correia. E a verdade é que não nos faltam notícias documentais da presença de escravas “índias” no Algarve da Época Moderna<sup>9</sup>. De certo modo reforçando a hipótese de se tratar da tentativa de representação de uma índia, e não de uma mulher de ascendência africana, refira-se ainda o facto de este conjunto ter sido recentemente sujeito a trabalhos de conservação e restauro que incluíram uma intervenção profunda na zona da cabeça da figura, a qual se achava muito degradada, não se podendo garantir que as feições e características que hoje exhibe fossem exatamente as da figura original.

<sup>9</sup> Santos, Marco Sousa (no prelo), *Ibidem*.

## Notas finais

No total, na região algarvia, e incluindo os dois negros lampadários da Sé de Faro, foi possível identificar treze manifestações artísticas de algum modo relacionáveis com a comunidade escrava de origem africana residente neste território em contexto Moderno, isto apesar de nada impedir que ainda existam exemplares que não foi possível identificar no decurso da investigação que culminou com a redação do presente texto e também que tenham existido outras representações do género, entretanto destruídas ou extraviadas. Ou seja, apesar de significativos, os números podem ser (ou ter sido) ainda maiores. Em termos de modalidades artísticas, o conjunto inclui representações pictóricas, neste caso óleos sobre tela, elementos de imaginária devocional, principalmente imagens de Santos negros tais como Santa Efigénia e Santo Elesbão, executadas em madeira ou em barro, e também esculturas de carácter não-devocional, como sejam os supramencionados negros lampadários da Sé de Faro e os atlantes do arco da capela-mor da igreja de Santo António dos Capuchos, também em Faro.

Sem surpresa, todos os exemplares arrolados estão associados a edifícios de culto, incluindo ermidas, igrejas paroquiais, uma antiga igreja conventual e a atual catedral do Algarve, de certo modo confirmando o papel que as práticas religiosas (maioritariamente através das confrarias) desempenham no processo de integração deste grupo minoritário na sociedade. No que diz respeito à distribuição geográfica dos exemplares, é nas cidades portuárias do litoral, principalmente em Faro, sede do bispado (desde 1577), mas também em Tavira e no respetivo termo, que se concentra o maior número de manifestações. Não obstante, também na vila fronteiriça de Castro Marim, e em freguesias rurais do concelho de Loulé, em pleno barrocal, existem exemplos desta prática. Por último, ainda em relação à cronologia de execução, importa sublinhar que todas as peças identificadas

são datáveis dos séculos XVII ou XVIII, talvez por este intervalo corresponder a um período em que os escravos, nomeadamente os de origem subsariana, que só começam a chegar em maior número à região a partir de meados do século XV, se encontravam plenamente integrados na sociedade regional e os indivíduos pretos, mulatos ou baços, independentemente de serem escravos, forros ou libertos, são presença assídua e assimilada em todo o território. Seja como for, o aspeto mais interessante e original destas manifestações artísticas será o modo como elas refletem os fenómenos de aculturação e de miscigenação das formas, por exemplo, através da representação de um escravo que conjuga trajes europeus com uma argola metálica na orelha, ou na existência de imagens de culto com feições e penteados europeus cuja pele é pintada de negro, para desse modo representar e evocar as suas raízes africanas.



## Bibliografia

- FONSECA, Jorge, João Saboia (2000/2001). “Os Negros de Faro e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário”. In *Anais do Município de Faro*, nº XXXI/XXXII. Faro: Câmara Municipal de Faro
- LAMEIRA, Francisco, Maria Helena Rodrigues Santos (1988). *Visitações de igreja algarvias – Ordem de Santiago*. Faro: ADEIPA.
- LAMEIRA, Francisco (1991). *Inventário artístico do Algarve – a talha e a imaginária – VIII – concelho de Loulé*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Algarve.
- \_\_\_\_\_ (1990). *Inventário artístico do Algarve – A talha e a imaginária – IV – concelho de Tavira*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Algarve.
- MACIEIRA, Isabel (2004). *A pintura sacra em Tavira (séculos XV a XX)*. Tavira: Edições Colibri / Câmara Municipal de Tavira.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SANTOS, Marco Sousa (no prelo). *Contributos para a história da escravatura no Algarve da Época Moderna*. Loulé: Editora Sul, Sol e Sal.
- SAUNDERS, A. C. (1982). *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Coleção Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa da Casa Nacional da Moeda.

# Vivendo com os vírus: a gripe pneumónica e a Covid-19

Paulo Girão

A vivência do drama da pandemia de COVID-19 que grassa hoje no nosso planeta pode ser comparada ao fenómeno dramático vivido pelas populações humanas um século atrás com a denominada “Gripe Espanhola”, que em Portugal ficou conhecida como *Pneumónica* (ou *Gripe Pneumónica*). Analisando diferentes contextos históricos, o tipo de abordagem realizado neste artigo incide sobre questões de natureza diversa mas complementar. Começamos por abordar as duas pandemias no panorama internacional e nacional: as suas origens, o grau de conhecimentos científico, as medidas terapêuticas aplicadas e o aparecimento dos primeiros casos, salientando o papel da Direção-Geral de Saúde e das autoridades administrativas e sanitárias em Portugal. Seguidamente, associamos o Algarve, de forma específica, na comparação das duas doenças, destacando as características demográficas das populações na região, a situação sanitária e alimentar vivida nas povoações algarvias há cem anos atrás e a evolução da doença e consequentes medidas de combate tomadas no território nas duas épocas. Para finalizar, são feitas reflexões sobre o impacto sofrido no território algarvio no seguimento dos efeitos e consequências trazidos pelas pandemias analisadas sobre as populações da região.

## **1. Origem e dimensão das pandemias**

Tal como outros organismos vivos, vírus e bactérias têm circulado desde sempre no nosso planeta e precedem a presença do ser humano na Terra. Ao longo da História, as populações humanas têm sofrido contágios epidémicos motivados por infeções de origem viral, que, em ocasiões mais graves, originaram pandemias com sérias consequências demográficas, económicas e sociais. Existem relatos de surtos epidémicos desde a Antiguidade Clássica<sup>1</sup>. Durante a expansão marítima europeia para os restantes continentes foram criadas condições para que surtos pandémicos ocorressem em períodos cíclicos, com intervalos irregulares, transmitidos através

<sup>1</sup> Hipócrates descreveu uma epidemia de características gripais no século V a. C., in Sobral, José e Lima, Luísa “A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico”. in *Ler História* [online], 5 e Girão, Paulo (2003). *A Gripe Pneumónica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 51

das rotas oceânicas, situação que se acelerou nos tempos mais recentes com a multiplicação e rapidez das viagens entre países e continentes.

No caso da gripe, a origem de muitos dos surtos pandémicos tem sido o continente asiático<sup>2</sup>. Mais recentemente, essa situação repetiu-se com o aparecimento do coronavírus SARS (*Severe Acute Respiratory Syndrome*) detetado pela primeira vez na China em 2002, e também com o surgimento de um novo coronavírus também na mesma região, em 2019, designado por SARS-CoV-2, cuja doença se tornou mundialmente conhecida como COVID-19 (*Coronavirus Disease 2019*). No entanto, a realidade histórica também demonstrou que outras zonas geográficas têm sido referenciadas como focos de origem pandémica. Os primeiros casos de Gripe A (a chamada Gripe Suína), que circulou pelo planeta em 2009, foram detetados no México.

Em 1918, a mais letal pandemia viral ocorrida na história da Humanidade, a “Gripe Espanhola”, como era internacionalmente reconhecida e que, em Portugal, ganhou a designação de *Gripe Pneumónica*<sup>3</sup>, parece ter tido origem num acampamento militar americano, no Kansas, nos Estados Unidos da América, de onde terá propagado a partir de março e abril desse ano através das movimentações militares que levaram as tropas americanas a combater em solo europeu (Dávila 1993: 18)<sup>4</sup>.

Relativamente à pandemia de 1918, que se prolongou numa terceira vaga pelo ano seguinte, o número de vítimas mortais estimado varia de autor para autor, mas não terão morrido menos de 50 milhões de pessoas, na sua esmagadora maioria na segunda vaga epidémica ocorrida nos últimos meses de 1918. Para agravar os problemas na época, esta mortandade aconteceu numa altura em que se contabilizavam as baixas causadas pela Grande Guerra. O número de contágios é incerto, mas a hipótese da Gripe Pneumónica ter infetado mais de um terço da população mundial parece reunir consenso entre os especialistas, ou seja, estamos a falar de mais de 500 milhões de pessoas (Sobral e Lima 2018: 3).

Esta pandemia não poupou nenhum continente. Nas ilhas ocidentais

2 Foi o que aconteceu nas pandemias de 1580, de 1781 e de 1889, em que a Europa foi severamente afetada, in Girão, Paulo (2003:51).

3 Denominação atribuída por Ricardo Jorge, epidemiologista internacionalmente reconhecido, e que era na altura Diretor-Geral de Saúde e Comissário Geral do Governo no combate à pandemia de gripe em Portugal em 1918. Ibidem, 55

4 A tese da origem americana da pandemia de 1918 é a opinião dominante, apesar de existirem outras versões sobre a proveniência do vírus, in Sobral, José e Luísa Lima (2018: 8).

do arquipélago de Samoa cerca de 22% da população terá morrido sob os efeitos da doença e, no Canadá, populações inteiras de Inuit desapareceram (Johnson 2003: 132). Na Índia, terão sido mortalmente atingidas pela epidemia gripal entre 17 a 18 milhões de pessoas, ultrapassando nesta região a totalidade das vítimas de mortalidade causadas pelo conflito bélico (Ramanna 2003: 86). Portugal não foi poupado pela pandemia gripal de 1918 tendo registado oficialmente cerca de 60 mil vítimas mortais, ainda que os valores finais tenham sido seguramente mais elevados (Sobral e Lima, 2018: 10; Frada 1998: 199)<sup>5</sup>. No nosso País, a taxa de mortalidade gripal registada nesse ano atingiu valores médios superiores à maioria dos países europeus (Sobral e Lima, 2018: 1).

Presentemente responsável pela morte de cerca de 4 milhões de pessoas, a COVID-19 foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade chinesa de Wuhan, situada na província de Hubei. A 31 desse mês, o Gabinete da Organização Mundial de Saúde na China relatou a existência de mais de duas dezenas de casos de pneumonia de origem desconhecida detetados nessa região. Nos dias 10 e 11 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas identificaram o agente causador dos casos citados como um coronavírus de tipo novo<sup>6</sup>. A primeira morte identificada pela nova doença foi um homem de 61 anos de idade que era cliente regular de um mercado em Wuhan. Estávamos no dia 11 de janeiro. O Ano Novo Chinês aproximava-se e as deslocações para férias de milhões de pessoas facilitaram a transmissão do vírus. Rapidamente a epidemia galgou fronteiras e em meados desse mês foram detetados casos de COVID 19 na Tailândia, no Japão e na Coreia do Sul. No dia 14 de fevereiro foi notificada a primeira morte na Europa motivada pelo novo coronavírus: tratava-se de um turista chinês com 80 anos, falecido num hospital parisiense (Marçal e Fiolhais 2020: 23).

5 As causas de muitos óbitos não eram registadas e permaneciam ignoradas devido às dificuldades de diagnóstico. A avassaladora quantidade de óbitos surgidos num curto período temporal dificultava registos precisos e havia falta de pessoal administrativo ou simplesmente não existia o hábito de se requererem certidões de óbito, in Girão, Paulo (2003: 55).  
6 <https://observador.pt/2020/11/17/primeiro-caso-de-covid-19-descoberto-ha-exatamente-um-ano-as-imagens-e-a-cronologia-de-um-ano-de-pandemia/>

## 2. A Gripe Pneumónica: dúvidas e incertezas

À distância de um século, a comparação entre as duas pandemias aqui analisadas levanta muitas questões, a começar pelo conhecimento científico das respetivas doenças. A pandemia gripal de 1918 era, na altura, objeto de dúvidas e incertezas quanto à sua etiologia. Os vírus só começaram a ser observados nos anos 30 do século passado através de microscópio eletrónico e só em 1999 foi possível confirmar o vírus influenza A, H1N1, como responsável pela Gripe Pneumónica, após a análise genética de tecidos exumados de cadáveres falecidos com a doença (Marçal e Fiolhais 2020: 139). Na altura, a sintomatologia dos doentes infetados evidenciava sinais típicos de uma gripe. Em Portugal, Ricardo Jorge não tinha dúvidas quanto a essa questão (Jorge 1919: 21). Amândio Campos, médico português do Hospital da Misericórdia da Mealhada em 1918, foi taxativo ao afirmar que a doença epidémica tinha todos os sintomas gripais clássicos: dores de cabeça, catarro óculo-nasal, dores musculares, febres elevadas, dificuldades respiratórias e complicações pulmonares (Campos 1919: 23). No entanto, face aos meios de diagnóstico existentes na altura, levantaram-se muitas dúvidas quanto ao agente causador. As autópsias realizadas na altura revelaram situações variadas. Muitos doentes faleceram com complicações pulmonares provocadas por diferentes bactérias, outros com lesões noutros órgãos<sup>7</sup>.

Num contexto diferente, o vírus SARS-CoV-2 foi desde logo investigado à luz das novas tecnologias, beneficiando de um conhecimento científico mais elaborado. Aliás, a sequenciação genómica realizada em janeiro de 2020 demonstrou a existência de um vírus com muitas semelhanças com o SARS surgido em 2002. Graças a uma técnica conhecida como criomicroscopia eletrónica, foi possível estudar a forma tridimensional da proteína da espícula do SARS-CoV-2, importante para se conhecer o processo da infeção viral e, conseqüentemente, fundamental para a fabricação das vacinas. Também é conhecida a forma de ligação do vírus ao recetor da célula do hospedeiro (Marçal e Fiolhais 2020: 18-20). O conhecimento técnico da doença tem permitido que os laboratórios científicos produzam vacinas

7 Nuns casos foram detetados estreptococos, noutros pneumococos. Ao realizar as suas autópsias, Amândio Campos notou que o bacilo de Pfeifer, comum em situações pulmonares, raramente apareceu nas suas observações. In Campos, Amândio (1919). *Breves Considerações sobre a Grande Epidemia de 1918*. Lisboa: Edição de autor, 23.

com alto grau de eficácia no combate à pandemia num espaço de tempo muito curto. Estes procedimentos científicos eram desconhecidos ou ineficazes na época da Gripe Pneumónica.

Como reconhecia um médico inglês em 1918, “*you can't do anything for influenza*” (Bristow 2003: 61). Para além das dificuldades de diagnóstico e de tratamento, é preciso ter em conta a conjuntura de guerra que se vivia na época e também a rapidez e brevidade com que a doença atacou as populações contagiadas. A segunda vaga epidémica, responsável pela tragédia humana ocorrida, circulou entre setembro e dezembro desse ano. As vacinas preparadas para o combate à pandemia tiveram poucos efeitos práticos, uma vez que se desconhecia o antigénio causador da doença (Porras-Gallo, 2009: 218). As próprias medidas de quarentena não parecem ter surtido efeitos (Maccracken e Curson 2003: 110). Nalguns países, os medicamentos e as soluções químicas eram preteridas a favor da medicina tradicional (Rice 2003: 83). Noutros, abusava-se do uso do álcool (Johnson e Echenberg 2003: 151 e 235) ou recorria-se a curandeiros ou feiticeiros, situação particularmente comum no continente africano (Bristow 2003: 66). Apesar de alguns governos, sobretudo os europeus, disporem de políticas estruturadas de saúde públicas, a verdade é que, na maior parte dos países, conceitos como “higiene pública” ou “medicina social” eram praticamente ignorados pelas autoridades públicas e as populações não dispunham de práticas de higiene individual enraizada. Na própria Alemanha não existia em 1918 uma política nacional de saúde. A mesma situação podia ser constatada na Nova Zelândia ou no Japão, deixando os governos a adoção das medidas de combate à pandemia nas mãos das autoridades locais (Witte e Rice 2005: 56, 76). Nas áreas rurais não havia recursos clínicos nem infraestruturas sanitárias, ficando as populações praticamente indefesas no combate à pandemia, situação bem evidenciada no caso da Índia (Ramanna 2003: 96).

### **3. O papel de Sidónio Pais e de Ricardo Jorge**

Em Portugal, a intervenção das autoridades administrativas e sanitárias na luta contra a Gripe Pneumónica revelou problemas estruturais no domínio da saúde e da assistência pública herdados da época da Monarquia Constitucional e que a jovem República Portuguesa procurou debelar. Os governos da I República assumiram a responsabilidade na organização dos serviços

sanitários e na prestação de apoio assistencial às populações nas vésperas da chegada da pandemia gripal. Em julho de 1918, a Secretaria de Estado do Trabalho passaria a tutelar os serviços de saúde apoiando a atuação da Direção-Geral de Saúde no apoio às autoridades administrativas e sanitárias locais<sup>8</sup>. Como é óbvio, a intervenção dos poderes públicos no combate à Gripe Pneumónica foi condicionada pelo desconhecimento dos processos clínicos ligados à doença, pela deficiente cobertura hospitalar e pelas dificuldades de comunicação e de transporte. A escassez de recursos humanos e financeiros e a lentidão burocrática na tomada de decisões urgentes e imediatas também não facilitaram o processo de luta contra a pandemia. Com o aparecimento da Gripe Pneumónica no nosso País, o Estado procurou disponibilizar linhas de crédito e suporte logístico para as populações vitimadas (Girão 2009: 118). Duas personagens tiveram um papel de destaque neste contexto: o Presidente da República, Sidónio Pais e Ricardo Jorge, Diretor-Geral de Saúde, nomeado Comissário Geral do Governo na luta contra a pandemia, com poderes alargados ao nível da requisição de pessoal e material necessário e na adoção de medidas excecionais que julgasse necessário tomar<sup>9</sup>.

Ficou no imaginário popular a presença física de Sidónio Pais na implementação de medidas concretas, na visita a hospitais, creches e orfanatos e no incentivo à mobilização nacional para a criação de movimentos de voluntariado para apoiar as populações carenciadas (Melo 2009: 249-250). Por sua iniciativa foi criada a Comissão Central de Apoio às Vítimas da Epidemia, que contava com a participação de pessoas influentes de Lisboa, responsável pela angariação de quantias substanciais de dinheiro, mediante donativos adquiridos através de subscrição pública. A Obra de Assistência 5 de Dezembro, criada em março de 1918, contava com o apoio de Sidónio Pais, e teve um papel importante no apoio alimentar a populações de todo o País através da distribuição de sopa durante os meses da pandemia (Girão 2003: 81). Por proposta de Sidónio Pais, os doentes hospitalizados com sintomas gripais recebiam um escudo e uma refeição quente, após alta hospi-

8 A Direção-Geral de Saúde deixava de ser abrangida pelos serviços da Secretaria de Estado do Interior e passaria a ser tutelada pela Secretaria de Estado do Trabalho através do Decreto-Lei nº 4 641 de 13 de julho de 1918, in Direção-Geral de Saúde, Boletim dos Serviços Sanitários, nº 6 e 7

9 Decreto nº 4872 de 7 de outubro de 1918, in Direção-Geral de Saúde, Boletim dos Serviços Sanitários, nº 6 e 7, 188.



talar, e às famílias dos mortos eram entregues dois escudos. Na fase crítica da pandemia, na transição do mês de outubro para novembro, o governo sidonista determinava a distribuição gratuita de senhas de racionamento e de cartões de consumo, e ordenava a requisição de gasolina e de automóveis particulares para utilização dos serviços de saúde (Girão 2009: 118).

Coube à Direção-Geral de Saúde a coordenação das medidas de combate à Gripe Pneumónica<sup>10</sup>. O seu responsável, Ricardo Jorge, era um profundo conhecedor de assuntos epidemiológicos. Sob sua responsabilidade, foram realizados contactos diários através de telegramas enviados e recebidos das diversas entidades administrativas e sanitárias locais e dos serviços governamentais. Foi notável a forma como o Diretor-Geral de Saúde transmitiu as informações com grande sentido de rigor e transparência, seguindo modelos comunicacionais modernos utilizados hoje em dia (Lima e Sobral, 2009: 275). Foi, assim, possível mobilizar os pedidos de auxílio solicitados, quer em meios humanos, quer materiais ou financeiros. Contudo, em muitos casos, os entraves burocráticos e as dificuldades de transporte e comunicação existentes na época inviabilizavam a prestação do apoio requerido.

Com a percepção da chegada de uma nova vaga gripal a Portugal, de características mais severas, Ricardo Jorge enviava em meados de Setembro de 1918 circulares aos governadores civis e delegados de saúde do País ordenando que todos os médicos e subdelegados de saúde retornassem aos seus postos de trabalho para estarem de prevenção contra a pandemia que começava a atingir populações do norte, com especial incidência no Porto e em Amarante, para onde foram enviadas inspeções médicas (Girão 2003: 82). No início de outubro desse ano, Ricardo Jorge anunciava na imprensa um conjunto de medidas profiláticas recomendadas às populações e às autoridades. Apelava-se à limpeza de ruas e de casas, pedia-se um apertado controlo policial e sanitário das migrações agrícolas e militares, organizavam-se os concelhos em zonas médicas e farmacêuticas, adiava-se a abertura das escolas, suspendiam-se inspeções militares e proibiam-se feiras e romarias. Para além disso, recomendava-se a lavagem das vias respiratórias e aconselhava-se a hospitalização de casos graves. Em meados de outubro, a Direção-Geral de Saúde publicava uma nova regulamentação para que as farmácias alargassem os seus horários de atendimento e suspendia o

10 A Direção-Geral de Saúde tinha sido criada em 1899 e dotada de regulamento próprio em 1901 (Sobral e Lima 2018: 22).

descanso dominical dos farmacêuticos. No final desse mês, apelava-se aos médicos para coordenarem esforços com a Comissão Central dos Socorros às Vítimas da Epidemia e com as comissões locais para se proceder a uma distribuição mais eficaz de medicamentos aos mais necessitados e dava-se especial atenção à colaboração com as autoridades portuárias, particularmente na vigilância de barcos provenientes das colónias portuguesas (Girão 2003: 83). A transição para o mês de novembro foi terrível para os serviços da Direção-Geral de Saúde, sem capacidade para atender aos inúmeros pedidos. Felizmente, no final desse mês, começava-se a entrar em fase de rescaldo. “É necessário que se liquidem as contas”, escrevia Ricardo Jorge ao Delegado de Saúde de Faro em telegrama datado de 22 de novembro desse ano (Girão 2003: 160). O acompanhamento da situação pandémica por parte de Ricardo Jorge terá sido certamente uma tarefa esgotante e angustiante, não só pelo intenso ritmo de trabalho diário, revelado pelos inúmeros telegramas enviados e recebidos, mas também pela sensação de impotência e de incerteza face à rapidez e brevidade do vírus em circulação e à gravidade da situação no terreno.

#### **4. O aparecimento da COVID 19 em Portugal e as primeiras medidas tomadas**

De certa forma, alguns dos problemas descritos parecem refletir-se nos dias de hoje em Portugal e no resto mundo, com o rápido aparecimento de novas variantes do coronavírus do SARS- CoV-2. O grau de incerteza é elevado, apesar das medidas estabelecidas e dos avanços científicos realizados. Desde o início de janeiro de 2020 que os serviços governamentais e as autoridades sanitárias portuguesas têm estado atentos ao desenvolvimento da pandemia ainda antes de chegar à Europa. A 15 de janeiro, a Diretora-Geral de Saúde, Graça Freitas, prestava as primeiras declarações sobre o novo coronavírus afirmando que o surto estava contido e que não era previsível uma propagação em massa<sup>11</sup>. No entanto, a 22 do mesmo mês, eram ativados serviços de alerta nos hospitais Curry Cabral e Estefânia, em Lisboa, e no Hospital São João, no Porto. Três dias depois, um caso suspeito foi verificado, mas as análises revelaram resultado negativo. A 30 de

<sup>11</sup><https://observador.pt/2020/11/17/primeiro-caso-de-covid-19-descoberto-ha-exatamente-um-ano-as-imagens-e-a-cronologia-de-um-ano-de-pandemia/>

janeiro, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, preocupado com a situação, manifestava intenção de acompanhar de perto a situação pandémica e mostrava disponibilidade para colaborar com a Organização Mundial de Saúde. Começava aqui uma intervenção regular e permanente do Chefe de Estado ao lado do Governo e das entidades públicas no terreno, no diálogo, apoio e acompanhamento dos acontecimentos, um pouco à imagem de Sidónio Pais um século atrás.

No final de fevereiro de 2020 a Itália deparava-se com um surto intenso de COVID-19. Dez cidades da Lombardia foram postas de quarentena, eram fechadas escolas e encerrados eventos desportivos e culturais, uma prática que haveria de ser seguida em Portugal e um pouco por todo o mundo (Marçal e Fiolhais 2020: 25-26). A 28 desse mês, o Governo português reforçava o *stock* de medicamentos em todos os hospitais do país. Por essa altura, Marcelo Rebelo de Sousa alertava para a possibilidade do surto pandémico se espalhar pela Europa e António Costa, Primeiro-Ministro português, ao mesmo tempo que apelava à população para evitar alarmismos, avisava que era preciso ter a consciência dos riscos<sup>12</sup>. O primeiro caso diagnosticado em Portugal foi registado a 2 de março. Tratava-se de um médico de 60 anos, vindo do norte de Itália e internado no Hospital de Santo António, no Porto (Ibidem: 26). Nesse mesmo dia o Governo legislava no sentido de garantir que os empregadores públicos teriam que elaborar planos de contingência alinhados com as orientações emanadas pela Direção-Geral de Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção pelo novo coronavírus<sup>13</sup>. Dois dias depois, o Primeiro-ministro anunciava uma linha de crédito no valor de 100 milhões de euros para apoiar empresas prejudicadas pelo impacto económico da pandemia<sup>14</sup>. A 10 de março eram suspensos os voos de Itália<sup>15</sup>. No dia seguinte, a Organização Mundial de Saúde classificou oficialmente a epidemia causada pelo SARS-CoV-2 como pandemia. A 13 desse mês foi publicada legislação que estabelecia medidas temporárias e

12 <https://observador.pt/2020/11/17/primeiro-caso-de-covid-19-descoberto-ha-exatamente-um-ano-as-imagens-e-a-cronologia-de-um-ano-de-pandemia/>

13 Despacho n.º 2836-a/2020 – DR, n.º 43/2020, 2º Suplemento, série ii de 2020-03-02, *in* <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao#32020>

14 <https://observador.pt/2020/11/17/primeiro-caso-de-covid-19-descoberto-ha-exatamente-um-ano-as-imagens-e-a-cronologia-de-um-ano-de-pandemia/>

15 Despacho n.º 3186-d/2020 – DR, n.º 49/2020, 1º Suplemento, série ii de 2020-03-10, *in* <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao#32020>

excepcionais de combate à pandemia em Portugal, com vista à mobilização de recursos materiais e humanos, impondo restrições a estabelecimentos comerciais e serviços e edifícios públicos e criando novas regras na utilização de transportes públicos e na adoção de medidas individuais de prevenção como o uso de máscaras e viseiras nos espaços públicos, prevendo-se ainda a implementação de medidas de apoio às empresas em dificuldades como o regime de *lay off* simplificado<sup>16</sup>. No dia 16 morria em Lisboa, no Hospital Santa Maria, a primeira vítima de COVID-19 em território nacional, um homem de 80 anos.

Intensificava-se o controlo sanitário nos aeroportos e as fronteiras terrestres com Espanha fecharam, salvo transporte autorizado de mercadorias e deslocações por motivos profissionais. Dois dias depois, o Presidente da República, em sintonia com o Governo e com a Assembleia da República, anunciava o primeiro estado de emergência na história da democracia portuguesa<sup>17</sup>. O tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções, foi suspenso. As atividades letivas e não letivas formativas em regime presencial eram também suspensas. Salvo situações devidamente fundamentadas, as pessoas ficaram confinadas nas suas residências. Os estabelecimentos comerciais viram os seus horários ficar reduzidos, sendo que alguns foram obrigados a encerrar. Este estado de emergência seria prolongado por mais duas semanas e seria utilizado em mais quinze ocasiões durante os anos de 2020 e 2021. As nossas rotinas mudaram de um momento para o outro. O que era temporário passou a ser permanente. O teletrabalho e as videoconferências tornaram-se atividades rotineiras. O medo e a angústia passaram a dominar a vida das pessoas condicionando a forma de nos relacionarmos uns com os outros.

Ainda pairam muitas incertezas no entendimento da COVID-19. Na realidade, a ciência ainda não consegue dar resposta a muitas questões levantadas pelos fenómenos virais. Tem-se apontado a hipótese do vírus causador

16 Decreto-lei n.º 10-a/2020 – DR, n.º 52/2020, 1º Suplemento, série I de 2020-03-13 e Resolução do conselho de ministros n.º 10-a/2020 – DR, n.º 52/2020, 1º Suplemento, série I de 2020-03-13.

17 Resolução da Assembleia da República n.º 15-a/2020 – DR, n.º 55/2020, 3º Suplemento, série I de 2020-03-18 e Decreto do Presidente da República n.º 14-a/2020 – DR, n.º 55/2020, 3º Suplemento, série I de 2020-03-18, Despacho n.º 3427-a/2020 – DR, n.º 55/2020, 1.º Suplemento, série II de 2020-03-18 e Despacho n.º 3427-b/2020 – DR, n.º 55/2020, 1º Suplemento, série II de 2020-03-18..

da Gripe Pneumónica ter tido origem numa recombinação genética entre um vírus de origem humana e um de origem suína provocando uma novidade antigénica capaz de infetar com facilidade populações humanas (Dávila 1993:10-11). Através de estudos científicos recentes, sabe-se que a sequência genética da COVID-19 é 96,2 por cento idêntica à do coronavírus do morcego CoVRaTG13, havendo por isso forte probabilidade deste animal ter sido a origem do SARS-CoV-2, mas não há ainda certezas absolutas quanto à correlação estabelecida. Na realidade, estes processos de zoonose são normais na maioria das infeções virais registadas nos seres humanos (Marçal e Fiolhais 2020: 34). Por outro lado, é muito complicado controlar o processo de mutação dos vírus, dada a sua resistência e capacidade de adaptação. As grandes epidemias surgem quando novos vírus infetam populações que não estão imunes a novas estirpes. Estas resultam de um processo de variação antigénica, ou seja, quando os antígenos de superfície dos vírus sofrem alterações significativas deixam de ser reconhecidos pelos sistemas imunitários dos hospedeiros, sendo assim muito fácil a sua propagação (Sartwell, Maxcy e Rosenau 1979: 199).

### **5. As vagas pandémicas, os alvos preferenciais e a credibilidade da informação veiculada**

A pandemia gripal de 1918 teve início numa primeira vaga, de características relativamente benignas, na primavera desse ano. No final do verão, surgiu uma nova estirpe gripal causadora da maior mortandade verificada na História. Durante o mês de dezembro a doença foi desaparecendo. Surgiu ainda uma nova vaga nalgumas regiões da Europa e da América do Norte na transição para o ano de 1919 e que se prolongou nalguns casos até março desse ano, mas sem grandes efeitos em termos de mortalidade.

A pandemia de COVID-19 teima em arrastar-se no tempo, uma vez que têm surgido novas variantes em diferentes pontos do globo, sendo que algumas têm revelado forte capacidade de contágio, apesar das medidas de prevenção adotadas pelos governos e dos avanços na vacinação. O grau de incerteza quanto à persistência desta pandemia ainda é grande. Quanto aos alvos preferenciais das pandemias virais, ainda há questões a esclarecer. O SARS-CoV-2 tem tendência para infetar de forma mais severa pessoas mais idosas e do sexo masculino. Uma possível explicação para esta

situação pode estar relacionada com a proteína recetora das espículas do vírus, a ACE2 (acrónimo inglês de *angiotensin-Converting Enzyme 2*) que se encontra em maior número naqueles setores da população (Marçal e Fiolhais 2020,19). A Gripe Pneumónica, contrariamente a outras estirpes gripais, afetou severamente populações de jovens adultos. Uma explicação plausível para compreender este fenómeno poderá ser encontrada nos estudos de McFarlane Burnett sobre gripe e imunologia nos anos sessenta do século passado. Segundo este investigador, os elevados níveis de mortalidade gripal nas populações de jovens adultos em 1918 ter-se-ão manifestado devido à excessiva reação orgânica à invasão bacteriana, uma vez que é dentro deste grupo etário que se encontram as reações inflamatórias mais vigorosas, ou seja, os pulmões dessas pessoas encheram-se de líquidos criados para deter as infeções, provocando a asfixia destes (Dávila 1993: 16-17).

A credibilidade da informação transmitida à população criava por vezes, situações confusas quanto à veracidade dos dados e à eficácia das medidas adotadas. Na época da Gripe Pneumónica, como vimos, o grau de conhecimento da doença era muito incipiente e a comunidade científica não era unânime quanto à aplicação das medidas de combate à doença. Paralelamente às notas informativas da Direção-Geral de Saúde publicadas na imprensa, era frequente o uso de publicidade relatada nos periódicos a medicamentos variados e a desinfetantes à venda nas farmácias e drogarias, supostamente soluções milagrosas para a cura da doença. Com frequência eram noticiadas recomendações terapêuticas de médicos, por vezes, com a sugestão de medidas completamente antagónicas. Mesmo em relação ao uso de máscaras de proteção individual, não havia consenso entre os clínicos. Ricardo Jorge considerava que o seu uso não tinha efeitos práticos. Já o seu colega, Amândio Campos, recomendava a sua utilização para a prevenção da transmissão da doença (Girão 2003: 98). A lavagem frequente das vias respiratórias parecia ser uma das poucas matérias consensuais entre a comunidade médica.

Em relação à COVID-19, apesar dos canais oficiais de informação transmitirem diariamente informações importantes e credíveis à população, têm-se difundido na Internet e nas redes sociais notícias falsas e absurdas sobre a doença que têm cativado uma grande audiência e têm gerado fenómenos de desinformação que prejudicam o combate à pandemia. Paradoxalmente, vivemos num mundo onde a informação chega a todos, a qualquer lugar e em qualquer momento, mas ao mesmo tempo muitas pessoas “constroem” a sua

própria realidade informativa refugiando-se em grupos partilhados que defendem pontos de vista muito próprios baseados em “teorias da conspiração” e em “fatos alternativos” (*fake news*). Um pouco por todo o lado têm surgido campanhas de caráter anticientífico alimentadas por informações manipuladas que apenas servem para criar um clima de desconfiança na ciência e nos seus avanços. No caso da vacinação, por exemplo, apesar do elevado grau de segurança e eficácia comprovada das vacinas atualmente existentes no mercado, muitas pessoas recusam-se a recorrer a elas sem qualquer justificação científica para o fazer. E o pior é que condicionam outros a não recorrerem à vacinação, nomeadamente familiares.

Teorias absurdas têm surgido na Internet comprovativas do clima de desinformação espalhado nas redes sociais: o vírus SARS-CoV-2 como arma biológica; a convicção de que regiões com temperaturas mais elevadas são desfavoráveis à transmissão do vírus; a ingestão de soluções milagrosas que contêm aplicações para uso industrial; o recurso a medicamentos usados no tratamento da malária, como a hidroxicloriguina e a cloroquina; as curas espirituais feitas a partir de programas televisivos (Marçal e Fiolhais 2020: 69-133)<sup>18</sup>.

Já quanto ao uso das máscaras de proteção individual, a opinião não foi unânime no início da pandemia. O próprio diretor do programa de emergência sanitária da Organização Mundial de Saúde desaconselhou o seu uso, isto em maio de 2020, em plena pandemia. Em março desse ano, a Diretora-Geral de Saúde, tinha alertado para a ineficácia do uso das máscaras, mas, face a novos testes entretanto realizados, a mesma reverteu a posição e, a 13 de abril, emitiu um comunicado defendendo o uso de máscaras em espaços interiores fechados (Ibidem: 43). A 1 de maio era legislada a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção nos estabelecimentos comerciais e de presta-

18 No reino da pseudociência, uma das mais fantasiosas teorias ligadas à COVID-19 está relacionada com a suposta ligação do vírus à introdução de tecnologias 5G sem fios. Segundo os seus defensores, as radiações de micro-ondas usadas nos telemóveis e redes wifi, juntamente com as ondas eletromagnéticas emitidas pelos cabos de alta tensão ligadas à tecnologia 5G, envenenam as células sendo os vírus resíduos dessas células envenenadas. Esta ideia não só ganhou apoiantes, como motivou a destruição de torres de telecomunicações em vários pontos da Europa (torres essas compostas, por ironia, por equipamentos 3G e 4G). Um médico norte-americano chegou mesmo a apresentar a possibilidade da pandemia de 1918 ter estado relacionada com a introdução da TSE, apesar da primeira emissão radiofónica só ter sido realizada em 1920 ( Marçal, David e Fiolhais, Carlos (2020). *Apanhados pelo Vírus*: Lisboa: Gradiva, 92-96).

ção de serviços, nos edifícios públicos, nos transportes, nas creches e nos estabelecimentos de ensino<sup>19</sup>, um mês antes da Organização Mundial de Saúde recomendar o uso destes equipamentos em locais públicos.

Foquemo-nos no impacto das pandemias em análise na região algarvia.

## **6. As populações algarvias nos inícios dos séculos XX e XXI: duas realidades distintas**

Começemos por descrever sucintamente as características populacionais da região algarvia. Na época da Gripe Pneumónica, a maioria das famílias algarvias vivia no campo. Em 1920, 77% da população algarvia residia em zonas rurais, valor superior à média nacional, estimado em 64% (SILVA 1970, anexos). Faro, Lagos, Silves, Olhão, Vila Nova de Portimão e Tavira eram os centros urbanos mais importantes na região em termos administrativos, religiosos, militares e económicos, apesar do número de habitantes ser relativamente reduzido tendo em conta as características básicas que definem um centro urbano<sup>20</sup>. Esta situação refletia o peso da agricultura na estrutura socioeconómica da região e a dispersão da população pelas zonas do litoral, do barrocal e das serras. O isolamento geográfico face ao restante território continental e as péssimas acessibilidades condicionavam o crescimento urbano e o desenvolvimento económico da região, em comparação com o dinamismo de algumas zonas a norte do rio Sado<sup>21</sup>. Sendo assim, não é de estranhar que a maioria da população ativa na altura estivesse ligada aos trabalhos agrícolas, ocupando as atividades industriais valores bem abaixo da média nacional, apesar da importância dos setores corticeiro e, sobretudo, conserveiro, e da pesca nas localidades costeiras<sup>22</sup>.

Na atualidade, uma parte considerável da população algarvia reside em áreas urbanas<sup>23</sup> e a pesca e a agricultura, atividades económicas tradicional-

19 Decreto-lei n.º 20/2020 - DR n.º 85-A/2020, Série I de 2020-05-01 in <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao#32020>.

20 Segundo o Censo de 1920, a cidade de Faro ultrapassava os 12 mil habitantes, Olhão e Tavira andavam à volta dos 11 mil habitantes, enquanto Lagos, Vila Nova de Portimão e Silves não chegavam aos 10 mil habitantes (Girão 2003: 45).

21 Entre 1911 e 1920, a percentagem de população urbana no Algarve manteve-se praticamente igual (um ligeiro aumento de 23,30% para 23,34%) (Ibidem: 45).

22 Interessa aqui destacar que a população ativa era essencialmente masculina e o trabalho infantil era uma prática generalizada no Algarve, à semelhança do resto do País (Ibidem: 47).

23 <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf>



mente fortes no Algarve, entraram em declínio nas últimas décadas. A redução das quotas pesqueiras na zona euro e a frota que se vai tornando obsoleta ilustram as dificuldades do sector pesqueiro algarvio<sup>24</sup>. A concorrência dos mercados externos e as debilidades tecnológicas do sector agrícola da região não favorecem o desenvolvimento agrícola da região, apesar da produção e comercialização de produtos tradicionais como os citrinos, a amêndoa, a alfarroba e os figos. O turismo tem sido a atividade catalisadora da riqueza na região, canalizando muitos postos de trabalho e fixando muitas pessoas nas cidades e vilas costeiras, apesar da precaridade e sazonalidade destas atividades.

Na época da Gripe Pneumónica, a estrutura demográfica das famílias algarvias apresentava características de uma sociedade conservadora e tradicional. O modelo típico dos agregados familiares era formado por famílias centradas em quatro elementos, ou seja, dentro dos valores médios à escala nacional (Girão 2003: 34). Existiam poucos divórcios<sup>25</sup> e predominavam altas taxas de mortalidade e de natalidade, ou seja, estávamos perante uma população jovem e fortemente marcada por práticas e comportamentos ancestrais. A taxa de mortalidade infantil no distrito de Faro era das mais elevadas do País (Girão 2003: 146). Por outro lado, o Algarve registou na altura baixos níveis de emigração<sup>26</sup> e altas taxas de analfabetismo<sup>27</sup>. Relativamente a este último aspeto, a ignorância das pessoas e o apego a práticas curativas desadequadas também ajudam a explicar a pouca atenção dada às recomendações terapêuticas aconselhadas às populações durante a pandemia em 1918<sup>28</sup>. Hoje em dia, e segundo dados de 2017<sup>29</sup>, a dimensão média das famílias al-

24 <https://www.portugal-live.com/pt/portugal/algarve/economia.html>

25 No Censo e 1920 apenas foram registados 392 divórcios no Distrito de Faro, ou seja, apenas 3,9% do total a nível nacional, in Girão, Paulo (2009). “A gripe pneumónica no Algarve”, in J. M. Sobral *et al.* (eds), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 110.

26 Entre 1915 e 1919 as taxas de emigração a população algarvia variaram de 1,27‰ para 1,97 ‰, (Girão 2003: 146).

27 Em 1920, os valores da população analfabeta atingiam os 77%, muito acima da média nacional (64%) (Ibidem: 110).

28 É interessante comparar o caso algarvio com o que se passou noutras regiões do mundo em 1918 em que se faz a correlação entre o fracasso do combate à pandemia e os elevados índices de analfabetismo das populações. A este propósito consultar o caso indiano em Rammanna, Mridula, (2003). “Coping with the influenza pandemic. The Bombay experience”, in H. Phillips, D. Killingray (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 86.

29 <https://www.sulinformacao.pt/2019/07/que-algarve-somos-com-infografia/>

garvias é calculada em 2,6 elementos por agregado familiar. Cerca de um quinto da população da região vive sozinha (famílias unipessoais) e é constituída por idosos (65 e mais anos). A taxa de mortalidade infantil é calculada em apenas 2,4%, existem em média 64,2 divórcios por 100 casamentos e a taxa de população residente de 15 ou mais anos, sem nível de escolaridade é de 10,4%. É uma outra realidade.

Entre os anos de 1911 e 1920, assistiu-se no Algarve a um fenómeno de perda de população. Esta situação, em sintonia com o que aconteceu na maioria dos distritos nacionais<sup>30</sup>, não estará naturalmente apenas associado ao fenómeno da Gripe Pneumónica. Foi uma década complicada também por causa do conflito bélico mundial e de outras doenças que afetavam regularmente os habitantes da região. Os problemas sanitários da região eram agravados pelas péssimas condições de habitualidade e pela falta de hábitos de higiene da maioria dos seus habitantes.

Também as autoridades municipais tinham responsabilidades nesta matéria. Em muitos concelhos nem sequer existiam posturas ou regulamentos de saúde pública, como acontecia em Lagoa e Vila Nova de Portimão no início de 1918 (Girão 2003: 91). A imprensa regional noticiava algumas dessas situações. Em fevereiro desse ano, o periódico *O Algarve* relatava o péssimo estado sanitário do concelho de Faro, sendo muito criticada a atuação do vereador responsável pelos serviços de limpeza pela falta de lavagem regular das ruas. Durante a crise epidémica, a situação agravou-se (Girão 2003: 91). Na sua edição de 13 de outubro, o mesmo periódico relatava a insatisfação dos habitantes de S. Brás de Alportel pelo fato do Delegado de Saúde de Faro não ter tomado medidas de limpeza dos espaços públicos que pudessem diminuir o elevado número de vítimas de mortalidade gripal verificado no Concelho. “As ruas estão sujas, estrumeiras e pocilgas contam-se pelo número de casas, sendo isto mais que o suficiente para que o mal progrida”, noticiava o jornal (Girão 2009: 111). A 27 de outubro e a 10 de novembro, respetivamente, *O Algarve* realçava a

30 Calculando as taxas de variação negativa em termos de crescimento populacional verificadas entre 1911 e 1920, o Distrito de Faro encontrava-se na oitava pior posição em termos nacionais (- 1,7%), só ultrapassado Bragança, Horta, Guarda, Vila Real, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Viseu. Curiosamente, o Algarve também tem perdido gente nestes primeiros vinte anos do século XXI, mas por motivos diferentes relativamente à época da Pneumónica (saldo natural de -390 em 2001 para -1,062 em 2017). Girão 2003: 262-263.

sujidade das ruas de Faro, a existência de estrumeiras na cidade e a falta de desinfecção dos bairros mais pobres (Girão 2003: 91). A agravar a situação, doenças endémicas com a varíola continuavam a fustigar as populações algarvias. Em telegrama datado de 8 de junho, o administrador camarário de Olhão queixava-se ao Delegado de Saúde de Faro da falta de produtos de limpeza de esgotos, valetas e ruas, veículos e pessoal para lidar com o aparecimento de um surto de varíola na localidade (Ibidem: 92). A tuberculose, a diarreia e as doenças gastrointestinais também eram causas comuns de morte naquela época na região.

A má qualidade de vida das populações algarvias em 1918 é bem ilustrada pelo tipo de alimentação consumida na época, constituída por alimentos com fraco teor proteico e vitamínico, ou seja, arroz, batata e pão, situação comum no restante território nacional (Frada 1998: 216). Aliás, comparações feitas com famílias operárias de países como a Rússia, Itália, França, Alemanha e Inglaterra em termos de consumo de calorias para o ano de 1921, colocavam as suas congéneres portuguesas em último lugar da tabela (Marques 1980: 78). Para além disso, o Algarve, tal como o resto do País, passava por um período de crise de subsistências e uma conjuntura inflacionista derivada da I Guerra Mundial<sup>31</sup>. A pobreza e a miséria abundavam na região. Os orçamentos familiares sofreram com esta conjuntura. Analisando os salários médios dos trabalhadores rurais algarvios em 1917, constatou-se que, pelo trabalho nas variadas tarefas agrícolas (arroteia, lavoura, sementeira e cava, amontoa, enxertia, vindima, fabrico de vinho e azeite), estes recebiam menos que a média nacional (Girão 2009: 112). Oliveira Marques, ao estudar o orçamento das famílias operárias portuguesas para o quadriénio de 1916-1920, verificou que, em média, a relação entre as despesas e receitas semanais das famílias algarvias apresentava saldos negativos (Marques 1991: 216). Assim, mal alimentadas e a passar fome, muitos algarvios apresentavam os organismos e sistemas imunitários debilitados, facilitando o agravamento dos efeitos do contágio viral e suas consequências nefastas.

31 Segundo dados compilados por Velhinho Correia relativamente ao aumento do custo de vida em Portugal na época da I Guerra Mundial, com base na análise da evolução do preço de produtos alimentares, de materiais de lavagem e do preço da iluminação, este chegou à conclusão que entre 1914 e 1918 o custo de vida terá triplicado em Portugal, *in* Correia, Velhinho (1926). *Situação Económica e Financeira de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

A escassez de recursos médicos e infraestruturas sanitárias agravava as dificuldades de ajuda às populações atingidas pela Gripe Pneumónica. Esta situação já era evidente nas vésperas da chegada da pandemia, quando, em julho de 1918, o Delegado de Saúde de Faro enviou um mapa indicativo dos médicos em serviço no Distrito, salientando a escassez de recursos humanos (Girão 2009: 111), numa altura em que muito pessoal médico se encontrava mobilizado para o teatro de guerra na Europa e em África (Sobral e Lima 2018: 25). Por outro lado, as deficientes condições hospitalares ilustravam o mau estado da saúde pública na região. As autoridades administrativas e sanitárias locais protestavam contra esta situação. A 20 de outubro de 1918, no pico pandémico, o Presidente da Câmara de Vila Nova de Portimão telegrafava ao Governador Civil de Faro queixando-se por não saber para onde mandar os doentes epidemiados devido à falta de condições e recursos para o seu internamento e tratamento no hospital municipal (Girão 2003: 169). Acresce ainda o fato da cobertura hospitalar do território algarvio ser muito deficiente naquela época. Dos doze hospitais civis a funcionar em 1918 no Algarve, a sua extensão cobria apenas 405 Km<sup>2</sup>, o equivalente a um décimo da região, ou seja, cerca de vinte mil habitantes por unidade hospitalar (Ibidem: 108-109). Relativamente ao serviço farmacêutico no Algarve, não foi possível satisfazer a maioria dos pedidos requeridos pelas autoridades locais. Em meados de outubro, o Delegado de Saúde de Faro teve de ordenar que os farmacêuticos da região aviassem gratuitamente as receitas médicas aos clientes (Ibidem:107). Apesar de todos os concelhos algarvios se encontrarem servidos de estabelecimentos farmacêuticos, vários problemas afetaram o seu funcionamento durante o período de maior fulgor pandémico. Era normal faltarem produtos para a composição de medicamentos, especialmente o açúcar, em grande parte pela dificuldade em obtê-lo, pois a sua procura era grande mas também devido às paralisações constantes dos serviços ferroviários ocorridas na época, que atrasavam e bloqueavam a deslocação dos produtos para os seus destinatários (Meneses 2000: 242). Além disso, era recorrente a falta de pessoal especializado nas farmácias, o que motivou insistentes pedidos de requisição de farmacêuticos e auxiliares solicitados pelos subdelegados de saúde locais ao Delegado de Saúde de Faro (Girão 2003: 107).

O problema das acessibilidades e dos transportes no Algarve durante a pandemia de 1918 dificultou o abastecimento às populações dos produtos

mais procurados, nomeadamente alimentos e medicamentos. A região estava carenciada de uma rede minimamente eficaz de transportes e vias de comunicação. As dificuldades de acesso entre as localidades algarvias eram referidas regularmente nas informações relatadas nos periódicos locais. Não eram feitas obras na construção e reparação de estradas na região desde 1916 (Ibidem: 131-132). Aliás, as principais estradas tinham sido construídas no tempo da Monarquia Constitucional (Santos 1999: 387-388). Quanto ao transporte ferroviário, a circulação foi sistematicamente interrompida durante o período pandémico, por motivos grevistas mas também por causa da doença que afetou muitos funcionários da Companhia de Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, empresa que organizava o tráfego ferroviário no sul do País. De fato, as estatísticas recolhidas mostram que o trânsito de mercadorias nas linhas do sul diminuiu em tonelagem nos anos de 1918 e 1919 (Girão 2003: 132-133).

Como seria expectável, o baixo nível de vida das populações algarvias no ano da Gripe Pneumónica, associado às dificuldades de distribuição e circulação de produtos, criou momentos de tensão social de difícil resolução para as autoridades policiais. Estas situações estão bem documentadas nos telegramas enviados pelas autoridades sanitárias e administrativas locais e regionais à Direção-Geral de Saúde e aos serviços governamentais. “Não há farinha neste Concelho. Ânimos muito exaltados. Peço V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> providências urgentes. Receio alterações de ordem”, escrevia o administrador camarário de Lagos ao Ministro das Subsistências, em telegrama datado de 27 de outubro de 1918 (Girão 2009: 112).

## **7. A evolução pandémica na região algarvia**

O Algarve foi a última região do território continental português a deparar-se com a pandemia. Apesar da mortalidade gripal na região ter sido registada nalguns meses do ano de 1918<sup>32</sup>, o certo é que o pico de intensidade foi registado em outubro e novembro afetando de forma dramática a

32 As dificuldades de diagnóstico muitas vezes confundiam gripe com pneumonia, sendo complicado distinguir a relação de causalidade (Girão 2003: 151).

vida das populações em todos os concelhos do território<sup>33</sup>. Uma primeira vaga epidémica surgiu no território algarvio durante o mês de junho. Nos princípios desse mês, o Delegado de Saúde de Faro, Francisco Vaz, procurava obter da Direção-Geral de Saúde informações sobre a epidemia de gripe que estava a atacar várias povoações espanholas na região fronteiriça, nomeadamente em Aiamonte (Girão 2003: 61). Em telegrama enviado a Ricardo Jorge a 23 de junho, Francisco Vaz transmitia a seguinte informação: “Efetivamente, parece que a forma epidémica da doença ainda não apareceu no Algarve” (Ibidem: 152). A situação parecia controlada e, na realidade, não foram registados casos de mortalidade gripal nos meses de verão no território algarvio.

A situação iria complicar-se no final do verão. Durante o mês de setembro uma nova vaga epidémica, mais mortífera, espalhava-se um pouco por todo o País e a sua chegada ao Algarve era eminente. A 22 de Setembro, Ricardo Jorge enviava um telegrama a Francisco Vaz, para que este mantivesse a Direção-Geral de Saúde a par dos primeiros casos infetados na região e fizesse um acompanhamento diário da situação com a informação do número de casos registados e as vítimas mortais (Girão 2009: 113). Os subdelegados de saúde foram imediatamente informados pelo seu Delegado de Saúde para que fizessem o ponto de situação nas suas áreas de jurisdição.

Na primeira semana de outubro de 1918 começaram a surgir os primeiros sinais perturbadores. Notícias preocupantes chegavam dos concelhos de Loulé e de São Brás de Alportel, tendo sido relatados casos de trabalhadores contaminados vindos de comboio do Vale do Tejo e da zona do Sado, áreas de forte propagação pandémica na altura (Ibidem: 114). Estava-se numa época do ano habitualmente propícia a migrações laborais internas. Por essa altura, as respetivas sedes de concelho e as freguesias rurais de Querença, Boliquiteime, Alte e Almancil registavam casos de mortalidade gripal. O Delegado de Saúde de Faro recomendava a aplicação de medidas para impedir a propagação da doença, nomeadamente a proibição de

33 Apesar de tudo, o Algarve não terá sido a região de Portugal mais atingida pelo surto de Gripe Pneumónica. Segundo dados calculados por João Frada, os índices de mortalidade gripal coligidos para o Distrito de Faro colocam este território a meio da tabela em relação aos restantes territórios de Portugal Continental, in Frada, João (1998). *A Pneumónica de 1918 em Portugal Continental. Estudo Sócio-Económico e Epidemiológico com particular análise no Concelho de Leiria*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa (dissertação de doutoramento), 143.

ajuntamentos, o encerramento de escolas, o isolamento de doentes e caso fosse possível, a hospitalização dos mesmos. Consciente da falta de meios financeiros, apelava também à sociedade civil para colaborar na ajuda às famílias necessitadas. “Recomendo a formação de comissões de pessoas de categoria da localidade para angariar donativos para acudir os necessitados visto ser impossível aos poderes centrais acudir aos estragos da doença em todo o País”, comunicava Francisco Vaz no dia 6 de outubro ao Subdelegado de Saúde interino de São Brás de Alportel (Girão 2009: 114).

A pandemia disseminou-se de forma incontrollável a partir dos concelhos centrais do Algarve, entre a segunda e a terceira semana de outubro de 1918, numa trajetória difusa e difícil de precisar cronologicamente. Pelos dados recolhidos, os territórios de Alcoutim, Aljezur e Albufeira terão sido as últimas áreas a ser contaminadas pela Gripe Pneumónica, no final da terceira semana de outubro. Note-se que estes concelhos estão geograficamente separados uns dos outros.

Os maiores picos de mortalidade gripal verificaram-se na transição para o mês de novembro. Viviam-se na região momentos de pânico e desorientação. A imprensa local ilustrava o desespero das populações. Em Olhão, o periódico local *O Provinciano* noticiava a 27 de outubro que a incursão da Gripe Pneumónica pelo Concelho “tem quase invadido todas as casas, onde tem chegado a estar de cama toda a família. Há um grande número de óbitos, lutando-se com dificuldade para impedir a marcha de tão terrível mal” (Ibidem: 115). A *Folha de Domingo*, na sua edição de 17 de outubro, registava altas médias diárias de mortalidade gripal nos concelhos de Vila Nova de Portimão (30 casos), Faro (25) e Silves (20). As comunicações transmitidas pelas autoridades regionais ilustravam a tragédia vivenciada pelas populações da região. A 23 de outubro, o Governador Civil de Faro, Godofredo Barreira, enviava um telegrama ao Presidente Sidónio Pais, apelando à ajuda governamental no apoio às populações algarvias. “Epidemia varre povoações inteiras havendo já cemitérios completamente cheios, fazendo-se enterramentos em campa rasa. Faltam medicamentos, arroz, açúcar, velas, petróleo, massas, manteigas, batatas e há três dias que não há pão” (Ibidem: 115). A 1 de novembro, o Delegado de Saúde de Faro, em telegrama enviado à Direção-Geral de Saúde, noticiava só nesse dia o falecimento de 49 pessoas na vila de Loulé, 5 pessoas em Alte, 7 em Salir, 8 em Almancil e 7 em Boliqueime.

Os efeitos da pandemia no Algarve foram abrandando no final do mês

de novembro. A mortalidade gripal registada no mês seguinte foi residual. Em dezembro, as autoridades sanitárias da região ficaram em estado de prevenção e mantinham-se em atividade alguns serviços médicos extraordinários requisitados pela Direção-Geral de Saúde para reforçar o combate à pandemia na região (quintanistas, alunos finalistas de medicina, farmacêuticos). As farmácias mantinham os horários alargados. (Girão 2003: 75). Entretanto, reabriam escolas, mercados e feiras. (Girão 2009: 116). Nunca se saberá ao certo quantas pessoas morreram no Algarve sob os efeitos diretos da Gripe Pneumónica, mas a dimensão da tragédia terá sido certamente superior aos números oficialmente registados<sup>34</sup>. E essa visão ainda perdura hoje, não na historiografia oficial, mas nas memórias familiares que se perpetuaram no tempo.

O vírus SARS-CoV-2 foi pela primeira vez detetado no Algarve no dia 8 de março de 2020. Uma jovem residente em Portimão regressou das férias do Carnaval passadas com a família no norte de Itália, zona gravemente atingida pela pandemia, na altura, tendo sido confirmada a sua infeção viral e prontamente internada em Lisboa, juntamente com a mãe que aguardava os resultados laboratoriais, e que revelaria estar também contagiada. De imediato, a Presidente da Câmara de Portimão entrou em contacto com a respetiva Delegada de Saúde e começaram a ser estudadas medidas de contenção, nomeadamente o encerramento de estabelecimentos escolares do município, uma vez que as irmãs da jovem frequentavam outras escolas<sup>35</sup>. A 12 do mesmo mês, estavam quatro pessoas internadas com infeção viral no Hospital de Portimão (uma delas, o pai da jovem atrás referenciada, outra uma aluna da mãe da jovem). Seis dias depois já estavam sinalizados vinte e um contágios no distrito de Faro e eram confirmados os primeiros casos no Alentejo, a última região do território continental a assistir à chegada da COVID-19. A primeira vítima mortal no território algarvio era confirmada no dia 20: um homem de 77 anos, residente em Albufeira, falecido no Hos-

34 Entre os 1884 óbitos gripais compilados nos registos de óbitos dos dezasseis concelhos algarvios e os 3128 registados nos boletins oficiais da altura, surgem muitas dúvidas e incertezas. No ano de 1918, cerca de 52% das causas de morte registadas nos livros de óbito eram apresentadas com “doença desconhecida” ou “doença ignorada”. Além disso, em cerca de um terço das freguesias algarvias não foram registados quaisquer dados sobre as causas de mortalidade (Girão 2003: 118-119 e 149).

35 <https://www.sulinformacao.pt/2020/03/adolescente-de-16-anos-e-1o-caso-de-covid-19-no-algarve-secundaria-de-portimao-fechada/>



pital de Faro. No dia 30, só cinco concelhos algarvios não tinham ainda casos virais positivos (Alcoutim, Lagos, Vila do Bispo, Aljezur e Monchique) ascendendo o total na região a cento e vinte e dois casos. A 5 de abril eram noticiados em Lagos os primeiros casos. À semelhança do que aconteceu há um século atrás, o vírus pandémico espalhava-se descontroladamente pelo Algarve, situação desta vez facilitada pelas boas acessibilidades e pelo fluxo constante de entradas e saídas de pessoas na região.

## **8. As medidas de combate implementadas no território algarvio**

Naturalmente que o acompanhamento, monitorização e apoio aos casos pandémicos de COVID-19 na região algarvia tiveram uma cobertura e um nível de atuação que não podem ser comparados com o que se passou na época da Gripe Pneumónica. Os avanços tecnológicos e sanitários, quer na área da investigação clínica, quer na disponibilidade de infraestruturas básicas em termos de cobertura hospitalar e de rede viária e de transportes, não se podem comparar ao que existia há cem anos atrás. A cobertura informativa é hoje feita em tempo real e a articulação entre o Governo, a Direção-Geral de Saúde e as administrações regionais de saúde é mais eficaz, apesar da ocorrência de problemas logísticos e de alguma desorientação na aplicação das medidas de confinamento e desconfinamento que têm surgido com o evoluir da situação. Foram disponibilizadas plataformas digitais de apoio e monitorização da doença fornecendo informações atualizadas transmitidas pela Direção-Geral de Saúde. Foi criada uma linha telefónica de informação e apoio específico (SNS 24). Estabeleceram-se planos de vacinação e anunciaram-se apoios financeiros a empresas afetadas, nomeadamente nos setores da restauração, comércio e cultura<sup>36</sup>. Nas escolas procedeu-se a um acompanhamento diário dos casos de contágio entre a comunidade escolar permitindo uma vigilância e monitorização atualizada que pudesse, com o grau de urgência requerida, colocar turmas, professores e assistentes operacionais em isolamento profilático<sup>37</sup>. É hoje possível prever a evolução dos surtos pandémicos, com algum rigor, através da aplicação de modelos matemáticos. A própria articulação com a Organização Mundial de Saúde e, no caso de Portugal, com as estruturas da União

36 <https://covid19estamoson.gov.pt/#>.

37 <http://dsrn.dgeste.mec.pt/CasosCovid/login.php>

Europeia, tem permitido seguir com atenção as novas estirpes do vírus que têm aparecido nos últimos tempos, causadoras de novas vagas epidémicas.

Desde o início da pandemia causada pelo SARS-CoV-2 surgida no mês de março de 2020 foi elaborado pela Administração Regional de Saúde do Algarve um plano de contingência regional com a finalidade de preparar formas e meios de resposta, evitar a transmissão do vírus pelo território e minimizar o impacto da doença. Em termos práticos, o Plano prevê a identificação de casos suspeitos, o isolamento e tratamento precoce, a informação cuidadosa da população de modo a eliminar notícias falsas e deturpadas, limitar situações de transmissibilidade do vírus e vigiar casos de possível contágio vindos do exterior. O Plano estabelece ainda o apoio aos cuidados de saúde essenciais na comunidade e a colaboração no apoio social e económico às populações. Foi criada uma equipa coordenadora no sentido de promover a articulação com outros serviços médicos e sanitários da região, bem como outros setores da vida económica e social do território<sup>38</sup>. A 2 de março de 2020, poucos dias antes do aparecimento da pandemia no Algarve, a Secretária de Estado da Saúde, Jamila Madeira, em visita ao Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), anunciava um investimento de 2,8 milhões de euros nos hospitais de Faro e Portimão<sup>39</sup>. De modo a melhor conhecer a prevalência da doença na população e identificar os indivíduos que desenvolveram anticorpos para combater o vírus, alguns centros hospitalares disponibilizaram testes serológicos à população<sup>40</sup>.

No âmbito do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, as primeiras doses de vacinas seriam administradas aos profissionais de saúde do Centro Hospitalar Universitário do Algarve e dos restantes agrupamentos de centros de saúde da região (Barlavento, Central, Sotavento) no final de dezembro de 2020<sup>41</sup>.

Fundos da União Europeia foram canalizados para apoiar projetos empresariais no sentido de criar e manter postos de trabalho na região. No âmbito do Programa Operacional CRESC Algarve 2020, foram disponibilizados doze milhões de euros para a criação, reconversão e adaptação de empresas

38 [http://www.arsalgarve.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/2/2020/03/Plano\\_regional\\_de-contingencia\\_COVID\\_19\\_18marco\\_final.pdf](http://www.arsalgarve.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/2/2020/03/Plano_regional_de-contingencia_COVID_19_18marco_final.pdf)

39 <https://www.sulinformacao.pt/2020/03/governo-investe-28-milhoes-nos-hospitais-de-faro-e-portimao/>

40 <https://www.hospitaldeloule.com/pt/noticias/testes-de-Imunidade/>

41 <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/inicio-da-vacinacao-contra-a-covid-19-no-algarve/>

de pequena e média dimensão para a produção, comercialização de máscaras, viseiras e publicidade em serviços relacionados com a pandemia<sup>42</sup>. A sociedade civil e a Igreja Católica têm dado apoio a algumas famílias carenciadas na região, afetadas pelo desemprego crescente num território fortemente marcado, com referimos atrás, pela atividade económica ligada ao turismo. Plataformas digitais de apoio, constituição de redes de voluntariado, iniciativas levadas a cabo por autarquias e outros organismos associativos, são algumas das ações que um pouco por todo o Algarve têm sido implementadas no apoio à população mais prejudicada, nomeadamente desempregados, pessoas idosas ou em situação de isolamento, sem rede social ou familiar de apoio. O apelo à solidariedade tem vindo também da Igreja Católica, não só através das comunicações dos párocos mas também da ação das suas instituições como a Cáritas, os Vicentinos e outros grupos paroquiais. Infelizmente, muitos apoios não chegam às empresas e às pessoas necessitadas ou tardam em chegar. “Quando um naufrago pede socorro não espera promessas de ajuda, sujeitas a uma burocracia desencorajante, mas que lhe seja lançada uma boia de salvação e urgentemente ajudado a sair da situação em que se encontra”, lamentava o bispo do Algarve, D. Manuel Quintas<sup>43</sup>.

O combate à Gripe Pneumónica no Algarve deparou-se com problemas bastante complicados, quer no controlo, acompanhamento e tratamento da doença, quer na disponibilidade de infraestruturas e meios de suporte necessários no apoio às populações carenciadas. A intervenção das autarquias da região em 1918 caracterizou-se pela falta de recursos humanos, materiais e financeiros, agravada pelas deficientes condições higiénicas e sanitárias das populações. Algumas câmaras municipais promoveram serviços de desinfeção de casas e ruas. Em Olhão, as casas onde tinham falecido pessoas vitimadas pela Gripe Pneumónica eram desinfetadas com alcatrão e cloreto de sal. Em Lagos, em reunião camarária, foi aprovada a requisição de barricas de cloreto de sódio e sulfato de ferro (Girão 2009: 121). Eram constantes os pedidos feitos pelas autarquias de material de desinfeção, de alimentos e medicamentos, de dinheiro e de pessoal médico e auxiliar. Em Lagoa, faltavam médicos, farinha, arroz, açúcar, gasolina. Em Vila do Bispo

42 <https://www.portugal2020.pt/content/algarve-2020-aprova-primeiros-dez-projetos-relevantes-no-combate-covid-19>

43 <https://folhadomingo.pt/covid-19-nota-pastoral-do-bispo-do-algarve-pede-cristaos-na-linha-da-frente-de-combate-a-crise/>

não havia medicamentos. Em Loulé escasseavam géneros alimentares de todo o tipo (Girão 2003: 92). Neste contexto, destacou-se a ação do Governador Civil de Faro, Godofredo Barreira, e do seu substituto por motivos de doença, o Secretário-Geral Fiadeiro. Em telegrama datado de 9 de outubro de 1918 aconselhava-se o Delegado de Saúde de Faro a tomar urgentemente medidas de combate ao surto epidémico, nomeadamente a vigilância de estações de comboio, a publicação de editais proibindo festas populares, feiras, romarias, mercados, cortejos fúnebres, o isolamento de doentes, a organização de brigadas sanitárias e comissões de socorro, o encerramento de escolas e teatros e a limpeza de ruas e remoção de estrumes. Apelava-se também ao controlo do preço dos medicamentos e ao rápido aviamento de receitas nas farmácias (Ibidem: 95).

É preciso ter em conta que a circulação entre concelhos estava condicionada e dependia da autorização do Governo Civil através de guias de trânsito assinadas pelo respetivo representante do poder central. Para além disso, a venda de cereais panificáveis, a base da alimentação da maioria da população, era feita através de celeiros municipais e cabia ao Governo Civil a sua requisição mediante proposta das autarquias e consequente pedido ao Diretor Geral das Subsistências (Girão 2003: 94). No entanto, muitos dos esforços do Governo Civil acabaram por ser infrutíferos. O mercado negro funcionava livremente pelo território algarvio e vendia-se de forma clandestina trigo e farinha vindo do Alentejo por negociantes munidos de guias de trânsito falsificadas. Aconteceu mesmo serem levantadas por particulares nas estações de caminho-de-ferro sacas de farinha consignadas ao Governador Civil de Faro sem conhecimento das autoridades competentes (Girão 2009: 122).

As autoridades de saúde algarvias foram o principal rosto visível na luta desigual contra a Gripe Pneumónica. Francisco Vaz, o Delegado de Saúde de Faro, procurou atuar no sentido de dar cumprimento às instruções transmitidas pela Direção-Geral de Saúde apesar da escassez de recursos médicos e farmacêuticos e da falta de condições hospitalares na região. Em junho de 1918, nas vésperas da chegada da epidemia ao Algarve, faltavam médicos em várias localidades, como Olhão, Loulé, Tavira, Mexilhoeira Grande, Lagoa e São Brás de Alportel, e em algumas povoações trabalhavam médicos reformados (Girão 2003: 100). Pela análise da correspondência trocada com os subdelegados de saúde locais e com a Direção-Geral de

Saúde, pode-se concluir que o acompanhamento diário da situação pandémica era uma prioridade na ação de Francisco Vaz. Em junho, eram canceladas as férias dos médicos na região. Os subdelegados de saúde eram aconselhados a proceder a isolamentos profiláticos e à hospitalização dos casos mais graves, desde que houvesse possibilidade. Com a disseminação da pandemia, no mês de outubro, eram pedidas atualizações diárias do obituário gripal aos subdelegados de saúde. Estes, solicitavam com frequência pedidos de auxílio em géneros alimentares, medicamentos, petróleo para deslocações de veículos de socorro, açúcar para farmácias e pessoal médico e farmacêutico. As condições de trabalho eram péssimas. Em Tavira, a extensão territorial do concelho e as deficientes vias de comunicação faziam com que deslocações de médicos para zonas de difícil acesso demorassem por vezes mais de quatro horas a chegar a casa dos doentes (Ibidem: 167). A impotência dos subdelegados de saúde nas suas circunscrições territoriais era bem visível nos meses de forte intensidade pandémica. A 11 de outubro, o Subdelegado de Saúde de Tavira enviava um telegrama ao Delegado de Saúde de Faro queixando-se de que era o único médico disponível “para tratar das pessoas atacadas pela epidemia que alastra de uma forma considerável, tendo falecido muita gente” (Girão 2003: 168). Por outro lado, as deficientes condições hospitalares levaram a que as autoridades locais desesperassem por não saber como fazer o transporte e onde fazer o isolamento de epidemiados. A 20 de outubro, em telegrama enviado pelo administrador camarário de Vila Nova de Portimão ao Governador Civil de Faro, aquele desabafava não poder mandar doentes contagiados para o hospital municipal por não ter condições nem recursos necessários para internamento e tratamento (Ibidem: 169). Recorria-se, por vezes, à requisição de edifícios públicos para colmatar essas situações, como aconteceu com a transformação do Liceu Central João de Deus, de Faro, em hospital epidémico com a instalação de camas e a transferência de doentes contagiados (Girão 2009: 124).

Também na época da Gripe Pneumónica a sociedade civil e a Igreja Católica se mobilizaram no combate à pandemia, muitas vezes sob o incentivo de entidades oficiais, como as autarquias e as entidades eclesiásticas da região, ou de empresas e particulares. Algumas personalidades importantes criaram organizações locais de socorro e brigadas sanitárias através do contributo de personalidades locais, como aconteceu em Faro e Vila Real

de Santo António, com a criação de associações de caridade organizadas por respeitáveis senhoras conhecidas nas povoações. A Obra de Assistência 5 de Dezembro inaugurava a sua sede em Faro no início de setembro de 1918 com a sua comissão administrativa a ser constituída por figuras públicas do Concelho e da região. A própria imprensa local ajudava com a abertura de subscrições públicas ou angariação de artigos, como roupa. A economia local também contribuiu para apoiar vítimas e famílias afetadas pela pandemia. A companhia de seguros “A Latina” entregou donativos em dinheiro em Silves, Vila Nova de Portimão e Faro e o industrial Júdice Fialho criou um sistema de serviços de apoio aos seus funcionários que se manteve durante a crise epidémica (Girão 2003: 113). Bombeiros, funcionários camarários e forças policiais e militares também contribuíram um pouco por todo o algarve no combate à epidemia no transporte e isolamento de doentes, na manutenção da ordem pública, na limpeza e desinfeção de espaços e nos enterramentos de doentes contagiados. A Igreja Católica também teve um papel importante na organização assistencial às populações e no apoio às comissões locais de socorro. No final do mês de outubro de 1918, o bispo do Algarve enviou uma circular aos párocos da região para que estes se disponibilizassem para prestar todo o apoio necessário aos paroquianos, apelando à oração e à caridade. O apoio espiritual e assistencial prestado por párocos locais levou a que alguns tivessem falecido no contacto com doentes. *A Folha de Domingo*, noticiava no dia 17 de novembro, a morte de dois padres contaminados com a doença (Girão 2003: 115).

## 9. Efeitos e consequências das pandemias no Algarve

A Gripe Pneumónica contribui para a estagnação do crescimento populacional no Algarve na década de 20 século passado, à semelhança do resto do País. De facto, a maioria dos concelhos algarvios perdeu gente<sup>44</sup>. Analisando as estatísticas oficiais, cerca de 15% dos óbitos ocorridos no Algarve no ano de 1918 ocorreram por motivos de contágio gripal (Ibidem: 50), ainda que os números estejam subavaliados. Apesar da falta de dados conclusivos, confirma-se que em todas as sedes de concelho foram assina-

44 *Censo da população de Portugal de 1920*, 266.

lados óbitos causados por gripe no outono de 1918<sup>45</sup>.

Em termos de género, não é seguro tirar grandes conclusões. Se é verdade que se verificou um ligeiro ascendente da mortalidade gripal em indivíduos do sexo masculino no Distrito de Faro nesse ano, não é possível tirar conclusões definitivas sobre esta questão<sup>46</sup>. A composição etária dos vitimados oferece mais certezas. Em todos os concelhos analisados, foram os indivíduos entre os vinte e os trinta e cinco anos as principais vítimas mortais causadas pela Gripe Pneumónica, ou seja, o grupo designado como jovens adultos. Esta era uma realidade convergente com situações análogas, quer no restante território português, quer nos outros países estudados (Ibidem: 119; Dávila 1993: 57). Isto é importante porque pode explicar, em parte, a quebra de casamentos e nascimentos observada na região de acordo com os dados recolhidos no censo de 1920. De fato, quase metade da população vitimada pela doença era casada, ou seja, trata-se de cônjuges potencialmente aptos para gerar filhos (Girão 2009: 127).

Em termos socioprofissionais, a recolha de dados oferece conclusões interessantes. Quase metade das pessoas vitimadas eram mulheres ou jovens com mais de dez anos registadas como “domésticas” e “serviçais”. Os restantes grupos variam, mas há um peso forte dos trabalhadores agrícolas e jornaleiros, proprietários e lavradores, o que faz sentido tendo em conta o peso do mundo rural na região. Não havendo dados concretos, e sendo certo que a epidemia não poupou ricos nem pobres, é de supor que os mais necessitados tivessem sido atingidos de forma mais severa, uma vez que viviam em condições precárias e pouco higiénicas, consumiam menos alimentos e de pior qualidade e tinham menos facilidade em ter cuidados médicos (Girão 2009: 128; Frada 1998: 225). A este respeito, Ricardo Jorge era perentório: “Se todas as classes pagaram o seu tributo, ele pesou mais pesadamente sobre os mais humildes: os horrores da epidemia juntaram-se aos da miséria” (Jorge 1919: 25; Sobral 2018: 15).

45 O obituário atualizado e rigoroso na maioria das freguesias afastadas dos centros urbanos não era realizado, dadas as dificuldades de acesso às localidades, a falta de pessoal habilitado e o grande volume de óbitos ocorrido num curto espaço de tempo impossibilitando o registo de dados (Girão 2003: 119).

46 Estudos realizados sobre o assunto para outros países também não permitem estabelecer qualquer tipo de relação de causalidade. Em países como a França e a Austrália, faleceram mais indivíduos do sexo masculino, mas na Índia ou em Espanha houve mais vítimas mortais do sexo oposto (Girão 2009: 127).

A vida económica dos concelhos algarvios também foi afetada pela pandemia de 1918. Num contexto de guerra, de crise económica e de contestação social, a Gripe Pneumónica acabou por se diluir numa situação generalizada de fome e pobreza. Para agravar o problema de carestia alimentar no Algarve, na maioria dos concelhos da região vendiam-se géneros alimentares por preços superiores às tabelas oficiais<sup>47</sup>. A diminuição da produção agrícola nos anos de 1919 e 1920 poderá estar relacionada em parte com a mortalidade gripal do outono de 1918, uma vez que morreu muita gente ligada aos campos e às atividades rurais (Girão 2009: 128). A circulação de mercadorias por comboio foi prejudicada pelo encerramento de estações e apeadeiros, quer devido às greves, quer pela falta de pessoal por motivos de doença, situação que afetou o abastecimento das populações. A nível local, algumas ocupações artesanais e oficinais de pequena dimensão foram prejudicadas nas suas atividades. A morte de carpinteiros, sapateiros, seralheiros e outros trabalhadores do ramo industrial condicionaram a vida laboral em alguns concelhos. Em Lagos, várias unidades mogareiras foram encerradas devido ao contágio gripal.

A própria dinâmica política das localidades foi afetada. As atividades administrativas de algumas localidades algarvias foram suspensas e a desorganização parecia reinar. Em Lagos e Vila Nova de Portimão não foram registadas reuniões de vereação entre meados de outubro e meados de novembro de 1918. Em Aljezur não foram encontradas atas das reuniões de vereação durante a passagem das vagas pandémicas<sup>48</sup>.

A vivência das populações algarvias durante a marcha implacável da Gripe Pneumónica pela região revelou sinais de desespero e impotência descritos nas comunicações entre as entidades administrativas e sanitárias e na própria imprensa local. Muitos viraram-se para a religião, mesmo os menos crentes. Na edição de 1 de dezembro de 1918, o periódico silvense de carácter religioso *Ecos do Além* escrevia o seguinte: “Convulsionados por esta grande devastação epidémica, quantas almas afastadas de Deus

47 Em telegrama enviado pelo Governador Civil de Faro ao Secretário de Estado do Interior, datado de 18 de junho de 1918, era relatada a existência de uma rede de comércio ilegal de cereais no Algarve (Girão 2003: 172).

48 Em Inglaterra, a pandemia afetou atividades partidárias, nomeadamente campanhas eleitorais locais, in Johnson, N. P. A (2003). “The overshadowed Killer. Influenza in Britain in 1918-1919”, in H. Phillips, D. Killingley (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 149.



não se acolheram à sua proteção? Quantos blasfemadores do poder do céu não imploraram fervorosamente o auxílio do grande poder?” Apelos à oração e penitência multiplicavam-se e as autoridades administrativas aconselhavam a deixar de se tocar os sinos das igrejas para as pessoas esquecerem momentaneamente a morte, sempre presente naqueles terríveis meses do final do ano de 1918 (Girão 2003: 136). E foi esse esquecimento que perdeu na historiografia posterior<sup>49</sup>.

Presentemente, a epidemia de COVID-19 já vitimou mais de três centenas e meia de pessoas no Algarve. Comparativamente ao resto do território continental, os números não são muito elevados (mais de dezassete mil óbitos no total do País)<sup>50</sup>, não tendo o número de internados chegado a colocar em rutura os serviços médicos na região, pelo menos até ao momento presente, e tendo em conta que a pandemia se tem prolongado no tempo com a circulação de uma quarta vaga. Os grupos etários mais idosos foram as principais vítimas mortais, numa primeira fase da pandemia, mas presentemente, e com os avanços da vacinação nessas faixas etárias, a doença tem afetado com mais frequência indivíduos abaixo dos sessenta anos com a incidência a recair sobretudo no género masculino<sup>51</sup>. Os principais efeitos da pandemia na região têm sido visíveis na vida económica e social das populações. Numa região fortemente condicionada, como vimos, pelos serviços turísticos, é nesta área que se tem notado as maiores dificuldades. A 9 de março de 2020, um dia a seguir ao primeiro caso de contágio detetado no Algarve, 60% das reservas hoteleiras da região tinham sido canceladas, situação que se agravou nos meses seguintes, ou seja, na entrada para o verão, época forte da atividade turística<sup>52</sup>. O regime de *lay-off* foi utilizado

49 De facto, ainda hoje se discute a razão da quase obliteração do fenómeno da pandemia de 1918 nos meios historiográficos. Sobre este assunto, v. Sobral, José e Lima, Luísa (2018). *Op. Cit.* 34-35 e Phillips, Howard; Killingray Introduction”, in H. Phillips, D. Killingray (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, pp, David (2005). “ 12-14.

50 Saliente-se que a taxa de mortalidade no Algarve representa hoje menos de metade da registada na época da Gripe Pneumónica in [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3)

51 <https://www.publico.pt/2021/03/15/ciencia/noticia/covid11-especialistas-admitem-fatores-biologicos-maior-gravidade-doenca-homens-1954421>

52 <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/cronologia-de-uma-pandemia-em-portugues-os-tres-meses-que-mudaram-o-pais-12259916.html>

mesmo em áreas desligadas do turismo<sup>53</sup>. No início de 2021, com a continuação da propagação do vírus, o Algarve era a região do País com maiores perdas de faturação, sobretudo pela contração do ramo do alojamento<sup>54</sup>. Os serviços ligados à restauração, bem como as atividades artísticas e culturais, de grande expressão no Algarve, sofreram forte impacto negativo. Um relatório divulgado em abril de 2021 analisou o mercado de trabalho em Portugal Continental durante o ano de 2020 com base na recolha de dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional e concluiu que o Algarve foi a região do País a apresentar nesse ano o maior aumento homólogo do desemprego<sup>55</sup>. Numerosas empresas têm encerrado a sua atividade na região, agravando situações de precariedade e obrigando muitas pessoas a recorrer a serviços de apoio alimentar ligados aos bombeiros voluntários, à Igreja, às autarquias e a movimentos cívicos de voluntariado<sup>56</sup>, um pouco à semelhança do ocorrido na época da Gripe Pneumónica. Está ainda por definir a relação entre as vítimas mortais e o nível de rendimento das mesmas. Se olharmos para estudos efetuados sobre o nível de rendimento dos indivíduos mais atingidos por esta pandemia em países como os Estados Unidos da América ou o Brasil pode ser equacionada a relação entre a situação de pobreza e precariedade das famílias e uma maior vulnerabilidade face aos contágios do vírus favorecendo, em proporção, maiores hipóteses destes indivíduos falecerem<sup>57</sup>.

53 A título de exemplo, os trabalhadores de centros paroquiais e de serviços ligados à Diocese de Faro foram colocados em regime de “lay-off” no final de abril de 2020, in <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/covid-19-diocese-do-algarve-coloca-trabalhadores-nao-clerigos-em-lay-off>

54 <https://eco.sapo.pt/2021/01/15/impacto-da-pandemia-esta-a-ser-maior-no-algarve-e-na-madeira/>

55 <https://www.publico.pt/2021/04/17/sociedade/noticia/covid19-regiao-algarve-sofrer-impacto-absolutamente-desproporcional-explica-estudo-1958938>

56 <https://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2021-03-20-covid-19-um-ano-apoio-alimentar-ainda-e-vital-para-muitas-familias-no-algarve/>

57 Apresentam-se alguns fatores que poderão ajudar a explicar essa vulnerabilidade à doença dos indivíduos mais carenciados: menor capacidade económica de adesão a seguros de saúde; menor acesso aos serviços de saúde de qualidade; maior atraso na busca por assistência em saúde; maior concentração do trabalho informal; maior concentração de empregados; menor qualidade educacional; maior concentração de coabitantes por metro quadrado onde habitam; falta de saneamento básico; maior dependência do comércio de rua e/ou de contacto profissional com o público; menor possibilidade de trabalho à distância ou de isolamento profissional; menor acesso a testagem para Covid-19; menor qualidade nutricional; maior risco de doença cardiovascular, obesidade e diabetes e outras doenças do género;

## Reflexões finais

Concluindo, a comparação entre as duas pandemias pode ser feita sob diferentes perspectivas, observando-se a existência de pontos em comum mas também de diferenças significativas face às épocas e conjunturas em análise, moldando atitudes e comportamentos diversos de indivíduos, populações e instituições. O que se pode constatar é que o fenómeno das pandemias é cíclico na história humanidade. Os vírus têm a capacidade de se adaptar ao meio ambiente e à própria ação humana, originando novas estirpes capazes de infectar animais e pessoas. Em muitas ocasiões, a reação imunitária dos organismos ou a resposta terapêutica aplicada tem anulado consequências adversas mais graves. Mas, por vezes, tal não acontece. A COVID-19 e a Gripe Pneumónica constituem uma prova, no primeiro caso bem presente no nosso quotidiano, no segundo, no nosso imaginário, da nossa fraqueza face aos perigos escondidos na natureza. Pensávamos que conhecíamos tudo e que estávamos preparados para qualquer ameaça biológica. Tal não é verdade, como demonstrou a atual pandemia. À semelhança das causas e efeitos científicos das alterações climáticas, que muitas pessoas teimam em desconsiderar, as ameaças pandémicas não vão desaparecer. Outras pandemias virão e teremos que conviver com elas, de uma forma ou de outra, nesta geração ou nas próximas.

menor poder aquisitivo para medidas emergenciais ou adaptativas; maior número de horas trabalhadas; menores condições de segurança no trabalho e habitação; maior concentração de indivíduos em circulação por transportes públicos.*in* <https://pebmed.com.br/um-novo-fator-de-risco-para-a-covid-19-a-pobreza/> V. *Expresso*, 2-07-2021.

## Bibliografia

- BANDEIRA, Mário Leston (2009). “A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica”, in J. M. Sobral *et al.* (eds.), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 131-154.
- BRISTOW, Nancy (2003). “You can’t do anything for influenza. Doctor, nurses and power of gender in the influenza pandemic in the United States”, in H. Phillips, D. Killingray (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 58-69.
- CAMPOS, Amândio (1919). *Breves Considerações sobre a Grande Epidemia de 1918*. Lisboa. Edição de autor.
- CASTRO, Paula; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel; Sousa, Paulo Silveira (2009). “Gripe pneumónica em Portugal: Tensões, controvérsias e incertezas numa época de transições”, in J. M. Sobral *et al.* (eds), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 179-195.
- CORREIA, Velinho (1926). *Situação Económica e Financeira de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CROSBY, Alfred (2003). *America’s Forgotten Pandemic: The Influenza of 1918*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ECHEMBERG, Myron (2003). “The dog that did not bark. Memory and the influenza epidemic in Senegal”, in H. Phillips, D. Killingray (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 231-238.
- ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz (2009). “Lições de uma pandemia: análise comparativa das medidas sanitárias tomadas durante a gripe de 1918 e a SRA de 2003”, in J. M. Sobral *et al.* (eds), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 165-178.
- \_\_\_\_\_ (2003). “Spanish influenza seen from Spain”, in H. Phillips, D. Killingray (eds.), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, pp. 173-190.
- \_\_\_\_\_ (1993). *La Gripe Española. La pandemia de 1918-19*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- FERREIRA, Francisco António Gonçalves (1990). *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FRADA, João (2009). “A gripe pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria”, in J. Garnel, Maria Rita Lino (2009). “Morte e memória da pneumónica de 1918”, in J. M. Sobral *et al.* (eds), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 221-236
- \_\_\_\_\_ (1998). *A Pneumónica de 1918 em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa (texto de dissertação de mestrado).
- GIRÃO, Paulo (2009). “A gripe pneumónica no Algarve”, in J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 107-130.
- \_\_\_\_\_ (2003). *A Pneumónica no Algarve*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- JOHNSON, N. P. A (2003). “The overshadowed Killer. Influenza in Britain in 1918-1919”, in H. Phillips, D. Killingray (eds), *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, pp. 132-155.
- JORGE, Ricardo (1919). *La Grippe*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.
- KILLINGRAY, David (2009). “A pandemia de gripe de 1918-19: causas, evolução e consequências?”. in J. M. Sobral *et al.* (eds), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 41-61.
- LIMA, Maria Luísa *et al.* (2009). “A febre da gripe nos jornais: processos de amplificação social do

- risco”, in J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 255-277.
- MACRAKEN, Kevin, Peter Curson (2003). “Flue downander. A demographic and geographic analysis of the 1919 epidemic in Sidney, Australia”. in H. Phillips, D. Killingray (eds). *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 110-131.
- MARÇAL, David, Carlos Fiolhais (2020). *Apanhados pelo Vírus*. Lisboa: Gradiva.
- MARQUES, António Oliveira (1978). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editora.
- \_\_\_\_\_(1991) *Portugal. Da Monarquia para a República*. In Marques, António Oliveira *et al* (eds.). Vol. XI. Lisboa: Presença.
- \_\_\_\_\_(1980). *A 1 República Portuguesa. Alguns Aspetos Estruturais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MELO, Daniel (2009). “A gripe pneumónica no Portugal republicano: o olhar dos escritores e fotógrafos”. In J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 237-253.
- MENESES, Filipe Ribeiro (2000). *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MRIDULA, Rammanna (2003). “Coping with the influenza pandemic. The Bombay experience”. In H. Phillips, D. Killingray (eds). *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 88-98.
- PHILLIPS, Howard; Killingray, David (2003). “Introduction”. In H. Phillips, D. Killingray (eds). *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 1-25.
- PORRAS-GALLO, Maria Isabel (2009). “Uma vacina ‘específica’ para combater a gripe de 1918-19 em Espanha”. In J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 209-218.
- RICE, Geoffrey (2003). “Japan and New Zeland.in 1918 influenza pandemic. Comparative perspectives on official responses and crisis management”. In H. Phillips, D. Killingray (eds). *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 73-85.
- SAMPAIO, Arnaldo (1958). *Subsídios para o Estudo da Epidemiologia da Gripe*. Lisboa: Edição de autor.
- SANTOS, Luís Filipe Rosa (1999). “As vias de comunicação”, in Marques, Maria da Graça (eds). *O Algarve. Da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.
- SARTWELL, Philippe *et al* (1979). *Medicina Preventiva e Saúde Pública*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Fernando Marques (1970). *O Povoamento da Metrópole observado através dos Censos*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- SOBRAL, José Manuel *et al* (2014). “And to make things worse, the flu: Spanish Influenza in a revolutionary Portugal”. In M. I. Porras-Gallo, R. Davis (eds). *The “Spanish” Influenza Pandemic of 1918-1919: Perspectives from the Iberian Peninsula and the Americas*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 75-92.
- \_\_\_\_\_(2009a). “Perante a pneumónica: respostas do estado e dos agentes políticos”. In J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 63-92.
- \_\_\_\_\_(2009b). “Igreja e pneumónica: auto-retrato e interpretações do flagelo”. In J. M. Sobral *et al.* (eds). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 291-312.
- SOBRAL, José Manuel e Lima, Maria (2018). «A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico». In *Ler História*, 73. Lisboa: ISCTE, 45-66.
- WITTE, Wilfried (2003). “Plague that was not allowed to happen. German medicine and the influenza pandemic of 1918-1919 in Baden”. In H. Phillips, D. Killingray (eds). *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-19: New Perspectives*. London: Routledge, 49-69.

# DOSSIÊ:

MANUEL TEIXEIRA

GOMES

MANUEL TEIXEIRA GOMES (1860-1941)  
nasceu em Vila Nova de Portimão e faleceu  
em Bougie durante a ocupação francesa.

Criado numa atmosfera árabe que ainda se  
respirava no Algarve, foi no Mediterrâneo  
que se exilou voluntariamente após a  
renúncia ao cargo de Presidente da República  
(1925). Passou grande parte desses dezasseis  
anos na Tunísia e na Argélia, após uma breve  
passagem por Marrocos.

Estudou em Coimbra, mas liberdade e  
academismo não conjugavam. Por imposição  
paterna tornou-se comerciante. Escreveu 4  
livros antes de se comprometer ativamente  
com a República (diplomata em Londres  
e Presidente da República). Largou tudo  
em dezembro de 1925 e partiu para o  
Mediterrâneo, anónimo e solitário. Dominado  
pela “febre epistolar” escreveu mais 6 livros,  
aderiu à Seara Nova, manteve-se sempre em  
contacto com os intelectuais que resistiam  
ao Estado Novo.

# Manuel Teixeira Gomes, estudante em Coimbra (1870-1877)

Carlos Osório





Figura 1 - Vista de Coimbra a partir da margem esquerda do rio Mondego, c. 1870. Autor e fonte desconhecidos. Coleção pessoal do autor.

Manuel Teixeira Gomes, o último presidente da 1.<sup>a</sup> República e autor de uma obra literária fascinante e continuamente revisitada, nascido em Vila Nova de Portimão no ano de 1860, tem sido objeto de múltiplos estudos que incidem normalmente sobre a sua obra literária, indissociável da sua vida pública e privada. Neste artigo, pretendemos dar mais um pequeno contributo para enriquecer a vasta bibliografia já publicada, centrando o nosso foco na fase académica de 1870 a 1877, que corresponde à sua vivência estudantil, ao longo de sete anos na cidade de Coimbra, partindo de novas evidências documentais e de releituras da sua “obra autoficcionalada”.

A “fase coimbrã”, aludida em várias cartas, levou-nos a aprofundar o pouco que se conhece acerca dos “imaginários ou verídicos tormentos pedagógicos” por que passou Teixeira Gomes no Seminário Maior, e dando a conhecer pormenores desses sete anos que “havam sido de puro martírio” e os “piores da sua existência”, na Alma Mater dos estudos universitários portugueses.

Estas razões conduziram-nos a uma (re)leitura mais atenta do capítulo “Coimbra”, inserto na obra *Regressos*<sup>1</sup>, escrita em Bejaia, em maio de 1932, que nos avivou o interesse por percorrer com mais pormenor os passos da adolescência do autor na cidade dos estudantes e a revisitação que lhe fez, cerca de vinte anos depois, em 1895. Sempre nos pareceu que, num período tão importante da fase de travejamento da sua personalidade, haveria mais para saber e dar a conhecer.

Admitimos naturalmente que as suas páginas ficcionadas, memorialistas e epistolares despertam sobretudo o interesse, pela elevação literária e elegância da língua, mas também por se poder beber nelas uma cosmopolita cultura de viajante, diplomata, negociante e colecionador de Arte, que abundantemente transbordam de toda a sua obra publicada. Admitimos igualmente que as leituras biografistas do conjunto da sua obra podem sofrer de um desvio da verdade biográfica na medida em que se compreende não apenas a liberdade e o jogo literário do autor, como também a possibilidade de confabulação.

### **De Vila Nova de Portimão a Coimbra**

Manuel Teixeira Gomes nasceu em Vila Nova de Portimão em 27 de maio de 1860, no seio de uma família abastada no negócio da exportação dos frutos secos. Temos como definitivo que Teixeira Gomes frequentou a instrução primária numa das várias escolas privadas de Vila Nova de Portimão: o Colégio de S. Luís Gonzaga<sup>2</sup>. Este estabelecimento terá desenvolvido a sua atividade com a designação de “Aula de S. Luís Gonzaga”, pela mão do Pe. Baptista Pereira, que o identifica através da sigla ASLG que os alunos ostentavam no

1 Gomes, Manuel Teixeira (1935). *Regressos*. Lisboa: Seara Nova, 173-192.

2 A frequência deste Colégio é referida por Ventura (2010, 107) e por Quaresma (2016, 37), embora a sua criação como “Aula” seja de 1872, quando Teixeira Gomes já se encontrava a estudar no Seminário de Coimbra.



Figura 2 - Montagem feita pelo autor do artigo a partir de uma fotografia de estúdio de Teixeira Gomes com cerca de 12 anos e de um postal (Papellaria Borges) do Seminário Maior de Coimbra.

*bonnet* do uniforme escolar<sup>3</sup>. Devemos referir que este colégio, cuja localização desconhecemos, era bastante prestigiado, na medida em que a distribuição dos prémios aos melhores alunos no final do ano de 1874 ocorreu na sala do Montepio Artístico, na presença das melhores pessoas da vila e arredores, num momento solenizado com a presença de Bulhão Pato, convidado especial, que proferiu um vigoroso e avançado discurso<sup>4</sup>.

Completados os primeiros estudos, Teixeira Gomes foi mandado pelo pai,

3 *Correio do Meio Dia*, n.º 9, 19.07.1874, 3.

4 *Correio do Meio Dia*, n.º 24, 01.11.1874, 1.

José Libânio Gomes, para o Seminário de Coimbra<sup>5</sup>, “frequentado pelos filhos da melhor gente do reino”, como refere o próprio escritor. Para Nunes,

Os pais, uma família burguesa com bons meios de fortuna e bem-conceituados na sua terra, quiseram dar ao pequeno Manuel uma educação religiosa nos clássicos moldes da austeridade conventual, ainda que desejasse fazer dele mais tarde cidadão de carreira liberal: um médico, um bacharel, conforme as suas preferências ou vocação.<sup>6</sup> Podia ter ido para Lisboa, para o elitista colégio jesuíta de Campolide (1858-1910)?<sup>7</sup> Sim, mas porque não foi? Por vontade paterna, naturalmente. O Seminário de Coimbra “estava então muito na moda, e era frequentado pelos filhos da melhor gente do Reino cujo espírito intransigentemente reacionário não preferia Campolide<sup>8</sup>.

Em 1870, para chegar a Coimbra saindo de Vila Nova de Portimão, eram necessários cerca de quatro dias de difícil viagem, sendo apenas metade da distância percorrida de comboio. Por terra era impensável, já que os assaltos aos viajantes eram frequentes e os caminhos estavam num estado deplorável. A ferrovia e as navegações marítimas e fluviais eram a solução mais segura e de maior conforto. Nas palavras do escritor,

5 *Vd.* Quaresma, José Alberto (2016). *Biografia de Manuel Teixeira Gomes*, Lisboa: INCM, 39. O autor indica, “Seminário dos Olivais”, cuja existência ou designação não se encontra documentada.

6 Nunes, Joaquim (1976). *Da Vida e da Obra de Manuel Teixeira Gomes*, Lisboa: s. ed., 15.

7 Romeiras, Francisco Malta (2014). *Das Ciências Naturais à Genética: A divulgação científica na revista Brotéria (1902-2002) e o ensino científico da Companhia de Jesus nos séculos XIX e XX em Portugal*. [Tese de Doutoramento], Universidade de Lisboa, pp. 100-144. “O “Colégio de Campolide” fomentava a criação de “academias” científicas, indo de encontro às disposições da *Ratio Studiorum*. Estas academias, constituídas pelos melhores alunos de diversos anos, ofereciam aulas especiais aos seus membros, onde se discutiam assuntos científicos atuais e de particular importância. Por vezes, estas academias organizavam sessões solenes e eram apresentadas várias comunicações científicas para todos os alunos do colégio e suas famílias. Privilegiava-se nestas sessões uma abordagem experimental dos assuntos, em detrimento de um estudo meramente teórico. A primeira sessão científica em Campolide deu-se em 1873 e foram escolhidos 4 alunos para apresentar algumas experiências sobre as propriedades da luz.”

8 Gomes (1935, 173).

A linha férrea mal chegava a Beja, onde se tomava a dolorosa diligência de Mértola que, por seu turno, transbordava os viajantes num vaporzinho manhoso sobre o qual se descia o Guadiana até à foz, e dali, na Pombalina Vila Real de Santo António, outra diligência, nos joeirava os já desconjuntados ossos pelo decurso das muitas horas necessárias a alcançar Faro.<sup>9</sup>

Para Charles Bonnet<sup>10</sup>, o isolamento do Algarve manter-se-ia se não fosse assegurado uma ligação marítima regular com a capital. Era necessário substituir a navegação a vela, demorada por causa dos ventos contrários de verão e de inverno, pela navegação a vapor. Os barcos deveriam aportar na baía de Lagos e na barra de Olhão, atracando depois em Vila Real de Santo António, onde estabeleceriam ligação com pequenos vapores que, subindo o Guadiana, ligavam ao Alentejo:

Em 1873 a Câmara de Portimão faz uma representação às Cortes lamentando o isolamento do Algarve. Só poucos e privilegiados é que se dispunham a tomar o barco em Vila Real de Santo António, subindo Guadiana em Mértola e seguindo depois em diligência até Beja, onde o comboio, inaugurado em 1864, os levava até Lisboa. Era uma viagem dispendiosa, incómoda e demorada (49 horas).<sup>11</sup>

As carreiras a vapor entre Mértola e Lisboa passaram a ser asseguradas pela empresa de Alonso Gomes<sup>12</sup>, que deu os primeiros passos com a aquisição do primeiro navio, o “Gomes”, apenas em 1870, para estabelecer uma carreira regular no rio Guadiana, entre Mértola e Vila Real de Santo António.

9 Idem (1931). *Gente Singular*. 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 104-105.

10 Bonnet, Charles (1850), “Algarve (Portugal) Descrição geográfica e geológica desta província”. In *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Introd. de J. C. V. Mesquita (1990); trad. atual. e notas de M. Armada Viegas. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa; Faro: SEC-DRA, 41.

11 Ventura, Maria da Graça A. Mateus, Maria da Graça Maia Marques (1993). *Portimão*. Lisboa: Presença, 59.

12 Alonso Gomes (1819-1897) destacou-se na atividade mineira de manganês e de chumbo no Baixo Alentejo e na navegação a vapor entre Mértola e Vila Real de Sto. António e entre Lisboa e os portos do Algarve (1874-1897).

## Seminário Maior de Coimbra (1870-1875)

Foi então no ano letivo de 1870-1871, com dez anos de idade, que Manuel Teixeira Gomes se matriculou no Seminário de Coimbra<sup>13</sup>. Esta importante instituição religiosa fora mandada construir por D. Miguel da Anunciação, com dinheiro proveniente da sua fortuna pessoal. O projeto, de traço e gosto italianos, é da autoria do arquiteto italiano Giovanni Tamossi que, após a sua trágica morte provocada pela queda de um andaime ao colocar os sinos numa das torres, viria a ser substituído pelo cenógrafo e pintor Giacomo Azzolini, que com ele viera de Itália<sup>14</sup>. O antigo edifício, também designado por Seminário Maior Episcopal, teve o seu início em 16 de julho de 1748. A sua construção prolongou-se por 17 anos, tendo a fase inicial terminado em 1758, altura em que recebeu os primeiros alunos, e a fase final concluído em outubro de 1765. Para além de formar candidatos ao sacerdócio, o Seminário foi também residência universitária até 1865<sup>15</sup>.

A acomodação e adaptação de Teixeira Gomes à nova fase escolar no Seminário Maior foram, como seria de esperar para um moço algarvio, longe dos braços da família e dos abraços do seu mar imenso, banhadas em saudades e tristeza.

Vi-me no primeiro dia da chegada ao Seminário e renovou-se-me a impressão de grandeza que o edifício me produzira. [...] Logo, a primeira semana de saudades, lavada em lágrimas que a minha própria imagem no espelho fazia rebentar, e que não diminuía de intensidade mesmo depois de tomada a ingênua resolução de voltar para a parede esse espelho importuno e triste, onde a minha cara me lembrava outras de expressão bem mais doce mas parecidas.<sup>16</sup>

O silêncio e a escuridão que pouco a pouco invadiam o meu quarto desassossegavam-me o espírito por instantes e tumultuosos rebates de saudade como aqueles que anos atrás me assaltavam no ermo da minha cela de seminarista, a que tanto me custara a acostumar. Terríveis, esses primeiros meses do colégio, de amargo abandono, de infantil, exagerada e funda melancolia; então, para

13 Livro de Registos de Matrícula do Seminário Maior de Coimbra.

14 Claudino, Luís Miguel Gemelgo (2018). *Seminário Maior de Coimbra – História, Património e Museologia*. [Relatório de Estágio do Mestrado em Património Cultural e Museologia]. In <http://hdl.handle.net/10316/82818>. Consultado em 20-08-2021.

15 Marques, Rafael (2004). *Coimbra através dos tempos*. Coimbra: Coedição da Cruz Vermelha Portuguesa/Gráfica de Coimbra, 96.

16 Gomes, Manuel Teixeira (1935, 177-178).

evitar que a minha própria imagem me evocasse outras semelhantes, afins, tão amadas e tão longínquas, despedaçara eu o espelho, único enfeite no desordenado cacifo que me coubera por sorte, mas que me parecia povoado só de mudos fantasmas<sup>17</sup>.

Mais tarde, recorda:

Passara ali sete anos seguidos, dos dez aos dezassete, sendo os primeiros cinco no Seminário, que estava então muito na moda e era frequentado pelos filhos da melhor gente do reino, cujo espírito intransigentemente reaccionário não preferia Campolide.<sup>18</sup>

O escritor lembra com desprazer “os Malaguetas” e “os Patagónia”. “Malagueta” era a alcunha do seu professor de Português e “tinha voz de berimbau”<sup>19</sup>. Por sua vez, “Patagónia” era a alcunha dada ao Pe. Manuel Simões Dias, de Latinidade. Vários episódios anedóticos, contados por um antigo académico, envolvem este professor:

Durante a aula e quando algum discípulo dando a sua lição de Tito-Lívio, claudicava na tradução, o padre Simões impacientava-se e gritava-lhe: ó moicante, agarra-te ao verbo, e outras vezes a qualquer resposta desacetada do discípulo, atirava-lhe esta reprimenda: ah maroto, que essas nem na Ibéria se dizem, e muitas mais no mesmo gosto. Um anno teve elle de presidir aos exames de geographia e historia, por haver subitamente adoecido o nomeado. Examinadores foram o Dr. Dória, professor d’essa disciplina e o Dr. Marques, substituto da cadeira de rhetorica. Perguntando este examinador a um dos examinandos onde ficava uma qualquer região de África, o rapaz dirigiu o ponteiro para o respectivo mappa e ia a indica-la, quando repentinamente o padre Simões, empunhando outro ponteiro, apontou para o mappa da América e, collocando-o sobre a região da Patagónia, disse para o examinando: é por alli. D’ahi ficou sendo O Patagónia.<sup>20</sup>

17 Idem (1984). *Inventário de junho*, 85.

18 Gomes (1935, 173-174).

19 Idem (1932). *Cartas a Columbano*. Lisboa: Portugália Editora, 100.

20 Fonseca, Augusto de Oliveira Cardoso (1911). *Outros Tempos ou Velharias de Coimbra, 1850-1880*. Lisboa: Livraria Tabuense, 65 e ss: “Manuel Simões Dias nasceu no lugar das Luadas, freguezia da Benfeita, concelho de Arganil, e aí viveu até à idade de 18 anos”.

Todavia, Teixeira Gomes adulto reconhece que os padres do Seminário lhe tinham ensinado Latim e outras matérias conexas de uma bagagem cultural forte e bem estruturada para poder frequentar círculos literários quer de Lisboa quer do Porto<sup>21</sup>.

Enquanto aluno interno do também designado Seminário Episcopal de Coimbra, o seu aproveitamento foi sempre sofrível, como prova a documentação consultada. Nas pautas dos “movimentos literários” existentes, correspondentes aos anos de frequência, encontramos a aprovação com dez valores na instrução primária e Francês. Nos 4.º e 5.º anos obteve “Aprovação (sem distinção)” no Curso Geral, bem como “Aprovação (sem distinção)” a Matemática no Curso Especial. Durante o ano letivo de 1874-75, o pai, Libânio Gomes, toma conhecimento oficial de que o seu filho Manuel é “Procedentemente muito bom”, embora dedique “pouca atenção ao estudo”<sup>22</sup>. No mesmo documento sabemos da sua aprovação a Lógica, a Introdução, surgindo a Matemática sem classificação. Em matéria de deveres religiosos, a sua primeira confissão fora desastrosa:

A primeira lembrança que me acudiu foi da minha primeira confissão. No Seminário os alunos pensionistas eram pouco sujeitos a práticas religiosas, porém obrigados ao cumprimento do “indispensável” [...] Chamava-se Lino da Assunção, o examinador dos meus pecados; era lente catedrático de Teologia; alto, magro, lívido e vesgo, capaz de infundir terror ao herege mais pintado.

Amar a Deus sobre todas as coisas é o nosso primeiro dever e certamente o meu menino assim o pensa, não é verdade?

Mas eu fiquei-me calado como um rato? Então não responde?

É que há outras coisas de que eu gosto mais... — repliquei por fim com voz sumida.

Ora essa! Que coisas podem ser então?...

— Olhe; por exemplo: presunto com ovos...

— Valha-me a Santíssima Trindade – exclamou ele, pondo as mãos na cabeça; e encetou uma longa dissertação para me provar que Deus era a fonte de todos os bens; a ele devíamos tudo: a riqueza, a saúde, a vida; ele nos criara e pusera cá neste paraíso...

Já muito aborrecido, atalhei:

— Mas o Pai do Céu não nos consultou para nos pôr cá neste mundo!

21 Gomes, Manuel Teixeira (1939). *Carnaval Literário*. Lisboa: Portugália, 188.

22 Documento designado “Vida disciplinar dos alunos pensionistas 1874-75”, 2/1/24, 23, disponível nos Arquivos do Seminário de Coimbra.



— Nem tinha que nos consultar...  
— Nesse caso Ele é que se deve ocupar da gente; não somos nós que havemos de pensar Nele...  
— O menino não calcula a barbaridade que acaba de proferir...  
E disse isto com tal e tão ameaçadora intimativa que me levantei do banco meio disposto a fugir.  
Porém o Dr. Lino, reparando na minha meninice, caiu em si, acalmou e amimando-me lá me foi levando, sem itinerário fixo, até ao fim da confissão.

Ainda assim, Manuel Teixeira Gomes terá vivido a experiência do conforto da amizade entre colegas. O primeiro de que nos fala é José Relvas (1858-1929). Fora seu colega de carteira em Latinidade no Seminário, no ano letivo de 1872-1873:

Foi no Seminário de Coimbra que conheci inúmeros rapazes que depois ocuparam situações de grande relevo na vida pública. Um deles, por exemplo, o José Relvas, estava ao meu lado na aula de Latinidade, mas esse só o vim a encontrar volvidos 35 anos, feito ministro das Finanças da República.<sup>23</sup>

O segundo colega e amigo de que mais se recorda dos tempos de “formigão”, sobre quem chega a escrever um capítulo no *Inventário de Junho*, foi o Tomás, cuja morte inexplicável, em 1875, o revoltou:

Nesse mesmo instante entravam na casa onde estávamos outros rapazes, e um deles, chamando-me de parte, contou-me que o Tomás, o meu grande, o meu querido amigo Tomás, morrera no seminário, havia poucas horas. Quando o criado lhe levava o caldo encontrara-o morto já, virado sobre o coração: dois fios de sangue coalhado saíam-lhe pelas comissuras dos lábios...

Morrera o meu melhor amigo: momentos antes, justamente, o médico do seminário, ilustração incomparável da universidade, afirmara-me que estava salvo! Já não corria perigo, dissera-o aquele poço de ciência; mas a morte sabia mais do que ele... Que súbita, imprevista, espantosa perturbação a minha!...<sup>24</sup>

23 Gomes (1935, 173-174). José Relvas (1858-1929), dois anos mais velho que Teixeira Gomes, entrara no Seminário um ano antes. Frequentou o Seminário no ano letivo de 1872-73 e 1873-1874. Entrou em Direito em 1874-1875 e desistiu do curso já no 2.º ano. Matriculou-se no Curso Superior de Letras em Lisboa, que viria a concluir em 1880. Não há registo de morada em Coimbra. Esta proximidade de colegas não é confirmada pelos documentos consultados e pode tratar-se de uma confabulação.

24 Gomes, Manuel Teixeira (1958). *Inventário de Junho*. Lisboa: Portugália Editora, 65 e ss.

Compreende-se que, sendo os “formigões” alunos a partir dos dez anos, alguns deles adocessem e viessem a falecer, como sucedeu com o seu colega Tomás, segundo um relatório enviado ao Governador Civil de Coimbra, em 1879, pelo bispo de Coimbra<sup>25</sup>, no qual é possível reconhecer a falta de condições sanitárias existentes no Seminário de Coimbra. O Bispo D. Manuel de Bastos Pina ficará na história do Seminário em virtude de ter sido por sua decisão que foram desenvolvidas algumas obras de requalificação e de restauro, como “a abertura de janelas, a implementação de uma rede de saneamento e a construção de instalações de higiene<sup>26</sup>. Em 1873, porém, uma outra morte, desta feita consequência fatal de uma praxe no seio da Academia, teria perturbado o jovem Manuel. Dela nos dá conta José Relvas, numa carta a sua mãe:

Minha querida Mamã:

Muito estimarei que todos daí estejam bons. Sonhei com bastante sentimento que a Mamã tinha sofrido das suas dores de cabeça; desejo muitíssimo o seu pronto restabelecimento.

Recebi há dois dias o vale do correio que o Papá me remeteu pelo correio.

Já hão-de ter sabido que o filho do António Barros, de Viseu, que morreu vítima das infames troças aqui de Coimbra. O infeliz pereceu com uma pedrada aplicada na frente direita. O velório foi sumptuoso; os lentes do seu curso acompanharam-no e 200 estudantes formavam o cortejo fúnebre. (...)

Peço muitos recados para todos e a Mamã abençoe o seu filho que muito a estima,

Seminário -20-5-73,

José<sup>27</sup>

O acidente trágico contado à mãe ocorrera no dia 3 de maio e foi noticiado no jornal *O Conimbricense*:

25 “Offício do Bispo de Coimbra ao excelentíssimo Governador Civil de Coimbra sobre o Seminário Diocesano”. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade, 1879. *Apud* Canaveira, Manuel Filipe (1999). *Manuel Teixeira Gomes, Uma vida entre dois séculos*. Lisboa: Edicarte; CMP, 48.

26 Ramos, António Jesus (1995). *O Bispo D. Manuel de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 230.

27 [Carta de José Relvas à sua mãe (Margarida Relvas), de 20/05/1973, enquanto estudante no seminário em Coimbra. In Noras, José Raimundo (2010). *Fotobiografia de José Relvas 1858-1929*. Leiria: Imagens & Letras.]

No sábado último, pelas 8h30 da noite próximo do Largo do Castelo, um grupo de estudantes atacaram a outro estudante cortaram-lhe o cabelo ferindo-o no rosto e nas mãos com uma tesoura. O estudante logo que se pode livrar dos que o agrediram lançou mão de uma pedra e arremessou-a contra o grupo. Infelizmente foi bater no peito do estudante do segundo ano de Direito, António de Barros Coelho e Campos, de Farminhão, distrito de Viseu; e tão desastrada foi a pedrada que o estudante perdeu os sentidos foi-se sucessivamente agravando o seu estado vindo a falecer ontem à noite.

Eis aqui o resultado das chamadas troças académicas e da indiferença com que autoridade académica vê praticar muitos atos altamente condenáveis.<sup>28</sup>

Pontualmente, numa ou noutra recordação, sob a forma ficcionada ou epistolar, Teixeira Gomes escreveu sobre a memória desse tempo de quase clausura, poucos anos antes do ingresso na “Velha Academia”:

Fizera rapidamente os preparatórios, mercê da mais estrita vigilância de uns padres, a cuja lecionação o Bispo me sujeitara, e achando-me na Universidade, solto e livre aos quinze anos, desforrei-me não abrindo mais os compêndios, (...) E desgraçadamente eu estava longe de possuir a intuição de certos génios, que seguem os estudos parecendo que não aprendem, mas simplesmente recordam.<sup>29</sup>

### **Universidade de Coimbra: anos letivos de 1875 a 1877**

Concluídos os estudos preparatório no Seminário para a admissão à Universidade, Manuel Teixeira Gomes ganha um novo fôlego para viver as aspirações adolescentes e esquecer depressa os olhares castradores e vigilantes sentidos durante os cinco anos no Seminário, que vieram a reforçar o seu espírito anticlerical, moldado na educação paterna de ideais republicanos.

O ambiente académico coimbrão, caracterizado pelos desequilíbrios entre a irreverência e o conservadorismo das tradições praxistas, muito dificilmente conseguia moldar um espírito sensível, sonhador e pouco dado a gregarismos artísticos ou intelectuais. Sobre esta matéria, o investigador Manuel Prata escreveu:

28 *O Conimbricense*, n.º 2690, 6.5.1873, 3.

29 Gomes, Manuel Teixeira (1937). *Miscelânea*. Lisboa: Portugalíia, 100.

Ao longo dos tempos a questão da praxe na academia de Coimbra tem sido motivo, não só de protestos escritos vários, mas também de acesas e comprovadas polémicas entre aqueles que a defendem e os que a atacam. Se no século XVIII, Luiz Antonio Verney e Ribeiro Sanches se manifestavam contra certos costumes dos estudantes de Coimbra, em 1873, devido a morte de Antonio de Barros Coelho de Campos, aluno do segundo ano de Direito, um grupo de 33 estudantes distribuía, em 7 maio do mesmo ano, um comunicado contra o uso da praxe, nomeadamente as trupes e certas troças.<sup>30</sup>

Os memorialistas Trindade Coelho<sup>31</sup> e Alfredo de Pratt<sup>32</sup> são igualmente críticos do espírito fradesco, das praxes e de uma certa resistência ao racionalismo cientista dos lentes da universidade.

No que diz respeito aos locais de residência estudantis, Manuel Alberto Prata explica-nos o seguinte:

A cidade de Coimbra compunha-se na sua essência de duas zonas bem distintas: a zona da alta e a zona da baixa. (...) Era na parte alta que a grande maioria dos estudantes vivia. Era no bairro alto que se situava a universidade, à volta da qual tudo girava; também razões históricas, porque, desde o século XIV que a comunidade estudantil foi reconhecida como uma sociedade à parte, com estatuto diferente, a tal ponto que, para sua residência, e foi concedido um território próprio e bem delimitado, das portas de Almedina para cima.<sup>33</sup>

Admitindo que era desejo de Libânio Gomes ter um filho formado em Medicina, importa compreender melhor a organização deste curso, a sua estrutura curricular e cruzar estas informações com os registos de matrículas, inscrições e pautas de aproveitamento dos alunos de Coimbra.

30 Prata, Manuel Alberto Carvalho (2002). *Academia de Coimbra 1880-1926 Contributo para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 255-256.

31 Coelho, Trindade (s.d.). *In Illo Tempore* (s.d.). Lisboa: Publicações Europa-América, n.º 278.

32 Pratt, Afredo (1899). *Bohemia de Coimbra (Epizodios da vida Academica)*. Coimbra: Imprensa Académica.

33 Prata, Manuel Alberto Carvalho (2002). *Academia de Coimbra 1880-1926 Contributo para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 89.

## Segundo Prata (2002),

Em 1866, havia em Portugal cinco instituições para formar médicos: a Faculdade Medicina de Coimbra e as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa, Porto, Funchal e Nova Goa. (...) A vida do médico sobretudo na província não era fácil. Como profissão liberal, apresentava algumas incertezas; economicamente, era mal paga; socialmente, tinha pouca aceitação, devido à concorrência de barbeiros e sangradores.<sup>34</sup>

A Faculdade de Medicina, não tendo tantos alunos como a sua congénere de Direito, de 1880 até a implantação da República, foi frequentada por 3.251 estudantes, correspondendo este quantitativo a 11.2% da frequência geral da universidade<sup>35</sup>.

Em 1876, a Universidade de Coimbra contava com cinco Faculdades: Teologia, Direito (mais um Curso Administrativo), Medicina (mais um Curso de Farmácia), Matemática (mais um Curso Matemático) e Filosofia (mais um Curso Filosófico – dois anos). Acerca dos preparatórios para Medicina<sup>36</sup>, sabe-se que decorriam em dois anos, tendo como disciplinas obrigatórias no 1.º ano: Álgebra Superior (Faculdade de Matemática) e Química Inorgânica (Faculdade de Filosofia).

Sabe-se também que, em 1899,

*Novato* significa o estudante do primeiro ano de qualquer Faculdade, à exceção de Medicina, porque o primeiranista desta Faculdade já tem cursado antes os respetivos preparatórios, Matemática e Filosofia. Caloiro refere-se a um estudante do Liceu em vésperas de entrar para a Universidade, ou seja, no último ano.<sup>37</sup>

34 Idem, *ibidem*, 53. Oficialmente, a classe de sangrador foi extinta pela portaria de 13 julho de 1870, *Diário do Governo* n.º 156 de 16 julho de 1870.

35 *Ibidem*, 50.

36 Vd. Burguete, Maria Conceição Martins *et al.* (2013). *Evolução dos estudos médicos em Coimbra no século XIX – contribuição das ciências Físicas-Químicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

37 Pratt, Alfredo (1899). *Bohemia de Coimbra (Epizodios da vida Academica)*. Coimbra: Imprensa Académica, 42.

No *Anuário da Universidade de Coimbra do ano 1881-1882*, podemos ler o seguinte:

Na Faculdade de Mathematica, bem como na de Philosophia de que adeante nos occuparemos, distinguem-se tres classes de — Ordinários, Obrigados e Voluntários. Os Ordinários são os que se dedicam particularmente aos estudos proprios da Faculdade e que nella se pretendem graduar, seguindo com regularidade as disciplinas indicadas no quadro legal da mesma Faculdade. Os obrigados são os que frequentam as aulas com o unico fim de se habilitarem com o curso preparatório da Faculdade de Medicina, ou como complemento do curso de Philosophia. Os Voluntários são os que desejam matricular-se e frequentar as aulas sem terem satisfeito a todos os exames preparatórios, a que são obrigados os Ordinários, sendo todavia considerados nas aulas como estes para todos os mais effeitos.

Tanto os Obrigados como os Voluntários podem em qualquer epocha do anuo transitar para a classe de Ordinários, satisfazendo as condições a que estes estão adstrictos, e ao pagamento de uma propina especial.

Para a primeira matricula na classe de Ordinários do curso mathematico são os alumnos obrigados a apresentar os seguintes documentos: certidão de idade, em que mostrem ter 15 annos completos—certidões de approvação nos exames do curso completo de portuguez, de francez, da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes de desenho, de mathematica elementar, de historia e geographia.<sup>38</sup>

Ora, nesse primeiro ano letivo de 1875-1876, Manuel Teixeira Gomes aparece como “aluno obrigado” com o n.º 4 na 1.<sup>a</sup> cadeira de Química Inorgânica da Faculdade de Filosofia. Surge igualmente inscrito no Curso Filosófico na cadeira do 1.º ano “Paisagem e elementos da figura” com o n.º 15. No ano letivo seguinte (1876-1877), aparece como “aluno voluntário” no 1.º ano da Faculdade de Matemática com o n.º 45, portanto, não obteve aprovação. Aparece como “aluno voluntário” da cadeira de “Química Inorgânica” da Faculdade de Filosofia com o n.º 57, portanto, reprovou. Teixeira Gomes surge ainda como aluno do 2.º ano do Curso Filosófico na disciplina de “Figura”.

No quadro seguinte, torna-se mais funcional a apresentação destas informações curriculares, bem como aspetos relacionados com as residências e os colegas:

38 Vd. *Anuário da Universidade de Coimbra – 1881-1882*. In: <http://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html> . Consultado em 25-08-2021.

### Quadro 1 – Situação académica de Teixeira Gomes<sup>39</sup>

ANOS LETIVOS <sup>1</sup>	SITUAÇÃO	CADEIRAS	FACULDADE /CURSO	ANO	N.º ORDEM	RESIDÊNCIA E COLEGAS
1875-1876	Obrigado	Álgebra Superior	Faculdade Matemática	1.º	17	Couça dos Apóstolos, n.º 96. Eduardo Abreu (1856-1912) <sup>2</sup> Figueiredo da Guerra vive igualmente na Couça dos Apóstolos, n.º 100
	Obrigado	Química Inorgânica	Faculdade Filosofia	1.º	4	
	Ordinário	Paisagem e Elementos da Figura. (Obteve aprovação)	Curso Filosófico	1.º	15	
1876-1877	Voluntário (reprovado)	Álgebra Superior	Faculdade Matemática	1.º	45	MTG vive na Couça dos Apóstolos, n.º 96 Eduardo Abreu muda para a rua S. João, n.º 10
	Voluntário (reprovado)	Química Inorgânica	Faculdade Filosofia	1.º	57	
	Ordinário	Figura	Curso Filosófico	2.º	11	

Já não restam dúvidas de que Teixeira Gomes não teria frequentado nenhuma das cadeiras do 1º ano do curso de Medicina, ou seja, Anatomia e Histologia. Para se poder frequentar estas cadeiras, era necessário obter aprovação a Álgebra e a Química Inorgânica, cadeiras das Faculdades de Matemática e de Filosofia, respetivamente, porque Medicina era o único curso que tinha estas cadeiras obrigatórias como preparatórias depois de concluído o seminário. Destas cadeiras introdutórias, Manuel Teixeira Gomes apenas obteve aprovação em Desenho da Figura. Deste modo, torna-se bastante clara a referência que Teixeira Gomes faz à sua aversão ou incapacidade de concentração nas matérias escolares que lhe não despertavam a embrionária alma de escritor e viajante:

<sup>39</sup> *Anuário da Universidade de Coimbra – Anno Lectivo de 1875 a 1876*, Coimbra Imprensa da Universidade, 1875, pp. 138, 150 e 166.

Para saber fosse o que fosse (e ainda mais as matemáticas, ciência muito minha inimiga) precisava de aplicação e continuidade no estudo, porque tinha fraquíssima retentiva nos assuntos que me não acendiam a imaginação. Resultado: reprovações e anos perdidos; peregrinações estéreis pelas várias escolas do país; conflitos com a autoridade paterna; boémia descabelada, miséria, fome e... literatura.<sup>40</sup>

É de realçar que a dedicação escolar a uma cadeira do domínio da estética, ainda que preparatória da Anatomia, reforça a atração precoce pelas artes visuais (pintura, escultura e cerâmica) que o acompanhará ao longo da vida como frequentador de museus e colecionador de Arte<sup>41</sup>.

Sabemos pelos registos de matrícula que Teixeira Gomes terá vivido na Rua de Quebra-Costas, n.º 3, entre 1875 e 1876 e na Couraça dos Apóstolos, n.º 96, entre 1876 e 1877. Na alta coimbrã, sempre acolhedora no arrendamento de casas e quartos para estudantes, a convivência boémia e académica e o distanciamento das famílias promovia as naturais amizades para a vida. Teixeira Gomes guardou no álbum de colegas e amigos Eduardo de Abreu (ambos viveram na mesma habitação em anos consecutivos) e Eduardo Burnay (que viveu na rua Sub-Ripas, n.º 34)<sup>42</sup>. Por sua vez, Luís de Figueiredo Guerra<sup>43</sup>, seu vizinho e frequentador dos mesmo espaços, a viver no n.º 100 da Couraça dos Apóstolos, é recordado com gratidão como o colega que lhe deu a ler Raczyński<sup>44</sup> e o estimulou a interessar-se patrioticamente pela Arte Portuguesa e, por sua vez, pela arte helenística e renascentista<sup>45</sup>.

Sobre a amizade com Eduardo Abreu, Teixeira Gomes escreveu o seguinte:

40 Gomes, Manuel Teixeira (1937). *Miscelânea*. Lisboa: Portugalia, 100.

41 Rodrigues, Urbano Tavares (1982). *M. Teixeira-Gomes – O Discurso do Desejo*. Lisboa: Edições 70, 32.

42 Eduardo Burnay (1853-1924) licenciado em medicina por Coimbra (1.º ano em 1875-1876) e bacharel em Filosofia. Já em Lisboa, Doutor em Medicina.

43 Luís Figueiredo da Guerra (1853-1931) distinto historiador vianense e diretor do Museu Municipal de Viana do Castelo.

44 Atanazy Raczyński (1788-1874) foi um conde polaco e um diplomata prussiano. Durante a sua estadia em Portugal, interessou-se em escrever diversas cartas sobre a Arte em Portugal, compiladas no manuscrito “Les arts en Portugal”. Cf. Gomes, Manuel Teixeira (1932). *Cartas a Columbano*. Lisboa: Portugalia, Lisboa, 51.

45 Ventura, Maria da Graça A. Mateus (coord.) (2010). *Manuel Teixeira Gomes: Ofício de Viver*. Lisboa: Tinta da China, 110.



Aos quinze anos fazia propaganda republicana, e tentava converter ao meu credo o Eduardo Abreu, condiscípulo e companheiro de casa que só trinta e cinco anos depois nele veio a comungar. Está-se a ver que o meu vigor persuasivo era frouxo, ou insuficiente, a não ser que possuísse a virtude de actuar a longo prazo, mas eu empregava-o como podia.<sup>46</sup>

### A “aventura do saveiro”



Figura 3 - Postal ilustrado com edição nos inícios do século XX.

Do tempo que roubava ao estudo em Coimbra, Teixeira Gomes refere as intensas horas de prazer que gozava ao tentar recuperar uma velha embarcação, num dos valeiros da Mata do Choupal<sup>47</sup>:

46 Gomes, Manuel Teixeira (1937). *Miscelânea*. Lisboa: Portugália, 99.

47 A Mata do Choupal, um dos postais da cidade de Coimbra, foi cantada por poetas e escritores que ali encontraram um frondoso retiro ou lugar de inspiração lírica. Em 1791, no início dos trabalhos para atenuar os efeitos resultantes do assoreamento do Rio Mondego, foram efetuadas plantações de choupos nas margens, com o objetivo de as fixar e proteger os campos agrícolas limítrofes a jusante da cidade. A Mata desempenharia, ainda, a importante função de repartir as águas das enchentes do Mondego, através dos vários valeiros que, transversalmente, a atravessam.

Aproximadamente por essa idade (quinze anos), enchi um sem número de páginas do álbum de outro condiscípulo, também açoriano, cujo nome me não ocorre, com a descrição fantástica de um sonho, obra literária que alguns leitores, pouco mais ou menos da minha força, mas que haviam dado já provas públicas do seu estro, benevolmente reputaram superior ao que seria lícito esperar de inteligência tão verde em anos. Esse juízo em nada me envaideceu, nem incitou a tentar novas lucubrações, porque toda a minha actividade física e intelectual se applicava, ao tempo à colossal empresa de limpar, calafetar, e pôr a navegar, um desmantelado saveiro, encontrado ao abandono nas águas mortas do rio velho, pelos recessos do Choupal. Mas que dano não causava aos progressos dos meus estudos a realização desta empresa temerária!<sup>48</sup>

Não sabemos se Teixeira Gomes se deslocava ao Choupal, a uma razoável distância de cinco a seis quilómetros das zonas onde viveu na Alta de Coimbra (Couraça dos Apóstolos e rua do Quebra-Costas), apenas nas tardes livres dos dois primeiros anos de matrícula na Universidade, na medida em que as aulas de Álgebra, Química Inorgânica e Elementos da Figura e Desenho, cadeiras obrigatórias para quem queria seguir Medicina, decorriam apenas de manhã ou se, efetivamente, passava lá mais tempo escolar a consertar o “velho saveiro”. Admitimos naturalmente ser essa vivência imaginada como uma projeção dos seus desejos, compreendendo que, só assim, mitigava as saudades que sentia da sua terra-natal e do seu Algarve e, de certa maneira, se forjava o compulsivo viajante em que ele se tornaria até se fixar em Bougie.

Sabemos que durante a sua infância e nas férias grandes de jovem estudante, quer da janela ou do pátio da sua casa na Rua dos Quartéis, em Vila Nova de Portimão, quer da casa dos seus avós, em Ferragudo, Teixeira Gomes se concentrava a observar as embarcações que chegavam e partiam, os calafates e carpinteiros trabalhando, a pequena e grande atividade nos estaleiros que marcavam a economia piscatória emergente numa vila próspera. Este contacto com as atividades ligadas à pesca juntamente com a paisagem fluvial e marítima da barra do Arade, pontuaram no seu imaginário infantil: foi uma criança habituada ao contacto com a água, a luz, e à liberdade visual que a distante linha do horizonte lhe proporcionava. Tudo leva então a

48 Idem, *Miscelânea*, 99-100.

crer que esta visão onírica do saveiro, que já fora avançada por Norberto Lopes no pioneiro ensaio biográfico *O Exilado de Bougie*<sup>49</sup>, pelas referências de Joaquim António Nunes e agora complementadas pelas nossas observações e conhecimento no local, se trata de uma projeção do desejo:

Portimão bailava-lhe na memória; lembrava-se entre muitas coisas da varanda florida da casa dos pais debruçada sobre o Rio Arade dos barcos sobre ele deslizando de velas inflamadas ou conduzidas a remos subindo ou descendo ao sabor da sinuosidade do rio até a povoação de Ferragudo. E desta via as suas casinhas modestas mas brancas de neve galgando a encosta até à igreja agigantada e sempre caiada de fresco. Mais perto, ali mesmo junto da sua varanda, os calafates trabalhando no seu modesto estaleiro: consertando, calafetando ou construindo desde o pequeno bote a embarcação de ir lá fora ao mar da pesca variada e abundante. Enfim, todo aquele panorama que ele se habituara a ver desde os verdes anos da sua infância vinha-lhe ao pensamento e aumentava-lhe a saudade.<sup>50</sup>

Será então admissível que o jovem Manuel, profundamente desmotivado pelo “toque da cabra”, que o chamava para as aulas de manhã, às quais provavelmente faltaria, se pudesse deslocar ao Choupal para ali se isolar, experimentar um sentimento de evasão associado a um “velho saveiro abandonado” que ele diz que durante meses tentou reparar e consertar? Talvez sim. Todavia, não deixa de existir alguma inverosimilhança nesta explicação de Teixeira Gomes, já que um adolescente de 15 anos, numa terra que não é a sua, dificilmente teria possibilidades de realizar esse trabalho de aprendiz de “carpinteiro e calafate”. Portanto, é plausível que ele apenas se tenha servido de algumas embarcações do Mondego para sonhar, para se evadir daquele mundo hostil e encontrar conforto nas recordações do seu Arade e dos operários navais que trabalhavam próximo da sua casa em Vila Nova de Portimão, cujas traseiras davam para as salinas, para o dique fluvial e para pequenos estaleiros improvisados.

Seria só então nas férias escolares que Teixeira Gomes conseguia aplacar a saudade imensa que o desmotivava para o estudo e o fazia definhar. Para Canaveira, a chegada das férias de verão era aguardada com funda

49 Lopes, Norberto (1942). *O Exilado de Bougie Perfil de Teixeira Gomes*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

50 Nunes, Joaquim (1976). *Da Vida e da Obra de Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: s.ed., 16.

ansiedade, já que o regresso não significava somente o reencontro com a família, mas um retorno à agitação e ao bulício das feiras e romarias, locais privilegiados para contemplar as raparigas e tudo o mais que dá cor à vida<sup>51</sup>.

Volvidos os sete anos de obrigação escolar, incapacidade de adaptação, desinteresse pela academia e, sobretudo, fortalecimento anticlerical, o futuro presidente, sintetiza esse período da seguinte forma:

Sete anos de Coimbra, e justamente aqueles durante os quais se recolhem ilusões para toda a vida e se entrevê o futuro em ridentíssimas promessas! Mas conservara o sentimento de que esses anos haviam sido de puro martírio e nunca a eles me reportava, mesmo intimamente, sem que uma operação vaga, porém real, me anuviasse a alma. (...) Preferia esquecer tudo a relembrar os imaginários ou verídicos tormentos pedagógicos, a bárbara autoridade dos mestres, a regulamentação deprimente de estudos ressequidos e para mim, sempre, despidos de interesse quando feitos com violência. E a lembrança de Coimbra sumira-se-me, aninhando-se no menos frequentado escaninho da memória; e se por acaso lá tocava nunca me decidira a remodelar essas impressões filhas de um espírito infantil, e tinha, injustamente, esses sete anos na conta dos piores da minha vida.<sup>52</sup>

Em 1897, Teixeira Gomes regressa a Coimbra, vinte anos depois de a ter deixado como estudante desiludido e fracassado. Esta revisitação da Lusa-Atenas é contada a partir de Bougie, em 1932<sup>53</sup>. É aqui que ele recorda os primeiros cinco anos (1870-1875) que passou no seminário de Coimbra. Recorda José Relvas, que se sentava ao seu lado na aula de Latinidade<sup>54</sup>, que “esses anos tinham sido de puro martírio”, lembra-se da “sombra dos inquisitoriais dos Malagueta, dos Patagónia refileões, dos Coelhoos maníacos”. Parecem ser tempos de juventude que Teixeira Gomes quer esquecer, referindo-se-lhes como “tormentos pedagógicos” a que se juntava a “bárbara autoridade dos mestres, a regulamentação deprimente de Estudos ressequidos e, para mim sempre despidos de interesse quando feitos com violência<sup>55</sup>”.

51 Canaveira, Manuel Filipe (1999). *Manuel Teixeira Gomes, Uma Vida entre dois séculos*. Lisboa: Edicarte, 48-49.

52 Gomes (1935, 173-175).

53 Ibidem, 173-192.

54Vd. nota 23.

55 Gomes (1935, 174-175).

Ora, este regresso literário a Coimbra, esta revisitação do espaço de memórias acaba por ser uma passagem que surpreendentemente lhe “rejuvenesceu a alma, fazendo-o recordar os lugares, as fragrâncias, os caminhos, o arvoredo que conheceu na sua tenra juventude. Lembra-se da Igreja do Convento das Ursulinas, que ficava mesmo ao lado do Seminário Maior, espaço que no “mês de maio, o mês de Maria, ficava replet[o] de flores e de lindas e mimosas meninas<sup>56</sup>”. Recorda a primeira semana no Seminário lavado em lágrimas de saudade e do espelho do seu quarto, que ele voltava para a parede para não refletir a sua tristeza. Sentia-se ridículo e feliz pela sua tão precoce entrada na cidade dos doutores, “entrada celebrada pela família e também invejada pelos seus inimigos”. Recorda que andava pela cidade de Coimbra meio sonâmbulo e sem consciência nítida do que ali fazia e reencontrou a Sé Velha, a Igreja de Santa Cruz, o Choupal; fez excursões a pé a Condeixa, ao Buçaco e ao Lorvão; chegou a ir “acender o cigarro na lanterna do guarda da ponte da Portela, gastando uma hora justa da ponte nova até lá e regresso ao ponto de partida<sup>57</sup>. Por sugestão de um companheiro acidental desta viagem, o único africano, mas com sotaque brasileiro, instala-se no agora remodelado Hotel dos Caminhos de Ferro, no Largo de Sansão. Ali, relembra-se de um episódio, ocorrido vinte anos antes, com um companheiro de estudos, chamado “Chico Lavradio”, que o acompanhou a jantar nesse hotel e, depois de se aperceberem que não tinham dinheiro para pagar, foi o seu colega tentar arranjar dinheiro emprestado, ficando Teixeira Gomes refém do hotel durante toda a noite, pois só no dia seguinte o Lavradio regressou para pagar a dívida. Com este episódio, ficamos a saber que não lhe faltava a provisão de charutos, a descoberta literária de Dickens e do grande poeta romântico alemão Heinrich Heine, lendo a sua extraordinária obra *Reisebilder*<sup>58</sup>, e que, a partir de Heine, conheceu outros grandes autores, como Edgar Allan Poe e Nerval. Nessa noite, sonhou com a

56 Ibidem, 176.

57 É esclarecedora a referência à “nova ponte”, inaugurada em 1875, no mesmo ano da inauguração da ponte sobre o Arade, em Vila Nova de Portimão. Esta nova construção sobre o Mondego vem substituir a velha Ponte Manuelina (conhecida como ponte do Ó), que Teixeira Gomes terá igualmente atravessado nas suas deambulações pelos arredores de Coimbra.

58 Esta importante obra de Christian Heinrich Heine (1797-1856) foi traduzida para inglês em dois volumes de 1823-1828, com o título *Travel Pictures* e para francês como *Tableau de Voyage*, em 1834. Apesar de não se encontrar nenhum exemplar no seu espólio bibliográfico, Teixeira Gomes terá contactado pela primeira vez com esta obra na edição francesa.

Sé Velha, referindo-se aos seus azulejos hispano-árabes e ainda ao retábulo da capela-mor e de uma imagem de Nossa Senhora atirada para um canto escuro, envergonhada da sua gravidez. No mesmo sonho, recorda-se de um “pagode chinês”, uma estranha construção que se lembrava de ter visto na Cerca de Santa Cruz. Decidido, nas suas deambulações, dirige-se no dia seguinte à Sé Velha, que naquele momento estava em obras e onde, para seu espanto, viu pedreiros arrancando os azulejos que pretendia rever. Este restauro da Sé Velha de Coimbra teve início em janeiro de 1893<sup>59</sup>.

Seguidamente, dirigiu-se a Santa Cruz e o que encontrou foi o lago da cerca abandonado e nada de “pagode chinês”, atrevendo-se a perguntar a um homem acompanhado por duas senhoras se sabia da existência desse “pagode chinês”, o que ocasionou uma cena caricata de profunda irritação por parte do homem a quem Teixeira Gomes pedira informações. A questão é que se tratava de um velho mestre alfaiate de capas e batinas de nome Sá<sup>60</sup>, muito conhecido em Coimbra e que era muitas vezes gozado pelos estudantes, que o alcunharam de “pagode chinês”. Teixeira Gomes apenas descobriu a ofensa quando já de partida da cidade, no comboio, perguntou a um companheiro de viagem, um lente da Universidade, que lhe contou sobre, não só a alcunha desse velho alfaiate, como também a de um outro comerciante seu homónimo, a quem gritavam ao passarem em frente à sua loja: “Ó Sá dá cá o olho!”<sup>61</sup>

As duras vivências no Seminário e as frustrações universitárias ganham agora um novo relevo e permitem compreender melhor uma parte das confabulações que pontuam a sua obra memorialista e epistolar. Ganhou robustez a compreensão das referências que faz às matemáticas e às outras disciplinas dos preparatórios do Curso de Medicina, que lhe exigiam estu-

59 “A direcção da obra coube a uma comissão presidida pelo Bispo-conde de Coimbra, Manuel Correia de Bastos Pina, Franco Frazão, director das obras públicas do distrito, Estevão Parada, condutor de obras públicas encarregado da fiscalização técnica e António Augusto Gonçalves, a quem cabia dirigir os trabalhos sob os pontos de vista artístico e arqueológico.” *Vd. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2005). “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves (2005). “Entre o rigor da História e o rigor do Desenho”. In Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo da expressão portuguesa – Actas do VII Colóquio Luso Brasileiro de História de Arte Porto: FLUP, 257-263.*

60 *Vd. Fonseca, Augusto de Oliveira Cardoso (1911). Outros Tempos ou Velharias de Coimbra – 1850-1880. Lisboa: Livraria Tabuense, 141.*

61 Gomes 1935, 192.

do e concentração. Ganharam volume as breves considerações normalmente apresentadas acerca de um importante período de sete anos de instrução, afirmação intelectual e construção de personalidade. Ganharam um novo interesse as referências dispersas e, porventura, simplistas e redutoras que temos encontrado nos prolíferos estudos já publicados sobre o autor, que fazem incidir sobretudo o seu olhar nas fases posteriores da vida de Manuel Teixeira Gomes.

O período de sete anos que viveu em Coimbra, para além de lhe ter dado uma sólida formação de base clássica, ainda que num território, onde reinavam a sebenta, o espírito fradesco e uma certa impermeabilidade aos impulsos científicos que cedia à retórica arcaizante, foi também um tempo de cabulice. Se para o autor foram anos perdidos do ponto de vista académico, foram também anos de aprendizagem boémia, de maturação e de preparação cultural e literária para os períodos de estudante no Porto e em Lisboa que se lhe seguiram.

Fica demonstrado que o nosso escritor-viajante não chegou a sentar-se nos bancos da Faculdade de Medicina em Coimbra, apesar da vontade da família, mas apenas se aproximou de uma Porta Férrea que rapidamente descobriu não ser a entrada certa para uma formação académica superior. O jovem Manuel, muito cedo, carregava na pasta de estudante uma forte disposição criativa, continuamente alimentada pelo onirismo da viagem literária, pela busca e descoberta das personagens, do corpo e fruição boémia da vida.

## Bibliografia

- ANNUÁRIO da Universidade de Coimbra. – 1881-1882 in <http://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>
- BONNET, Charles (1990), “Algarve (Portugal) Descrição geográfica e geológica desta província” in *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.
- BURGUETE, Maria Conceição Martins et al. (2013). *Evolução dos estudos médicos em Coimbra no século XIX – contribuição das ciências Físicas-Químicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CANAVEIRA, Manuel Filipe (1999). *Manuel Teixeira Gomes, Uma vida entre dois séculos*. Lisboa: Edicarte/CMP.
- CLAUDINO, Luís Miguel Gemelgo (2018). *Seminário Maior de Coimbra – História, Património e Museologia*, 2018 [Relatório de Estágio]. <http://hdl.handle.net/10316/82818>.
- COELHO, Trindade (s. d.). *In Illo Tempore*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- FONSECA, Augusto de Oliveira Cardoso (1911). *Outros Tempos ou Velharias de Coimbra, 1850-1880*, Lisboa: Livraria Tabuense.
- FRIAS, Aníbal, (2003). “Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 66. <http://journals.openedition.org/rcs/1147>.
- GOMES, Manuel Teixeira (1984). *Inventário de junho*, Lisboa: Bertrand Editora (1.ª ed. 1899).  
\_\_\_\_\_ (1939). *Carnaval Literário*. Lisboa: Portugália Editora.  
\_\_\_\_\_ (1937). *Miscelânea*. Lisboa: Portugália Editora.  
\_\_\_\_\_ (1935). *Regressos*. Lisboa: Seara Nova.  
\_\_\_\_\_ (1932). *Cartas a Columbano*. Lisboa: Portugália Editora.  
\_\_\_\_\_ (1931). *Gente Singular*, Lisboa: Portugália Editora.
- LOPES, Norberto (1942). *O Exilado de Bougie Perfil de Teixeira Gomes*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- MARQUES, Rafael (2004). *Coimbra através dos tempos*. Coimbra: Coedição da Cruz Vermelha Portuguesa/Gráfica de Coimbra.
- NORAS, José Raimundo (2010). *Fotobiografia de José Relvas 1858-1929*. Leiria: Imagens&Letras.
- NUNES, Joaquim (1976). *Da Vida e da Obra de Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: s.ed..
- PRATA, Manuel Alberto Carvalho (2002). *Academia de Coimbra 1880-1926 Contributo para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PRATT, Alfredo (1899). *Bohemia de Coimbra (Epizodios da vida Academica)*. Coimbra: Imprensa Académica.
- QUARESMA, José Alberto (2016). *Biografia de Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: INCM.
- RAMOS, António Jesus (1995). *O Bispo D. Manuel de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (1982). *M. Teixeira-Gomes – O Discurso do Desejo*. Lisboa: Edições 70.
- ROMEIRAS, Francisco Malta (2014). *Das Ciências Naturais à Genética: A divulgação cien-*



- tífica na revista Brotéria (1902-2002) e o ensino científico da Companhia de Jesus nos séculos XIX e XX em Portugal.* Universidade de Lisboa. [Tese de Doutoramento]
- VENTURA, Maria da Graça Mateus (coord.) (2010). *Manuel Teixeira Gomes: Ofício de Viver.* Lisboa: Tinta da China.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus, Maria da Graça Maia Marques Ventura (1993). *Portimão.* Lisboa: Presença.

# Manuel Teixeira Gomes: um dom particular o dispusera a ser viajante

Maria da Graça A. Mateus Ventura

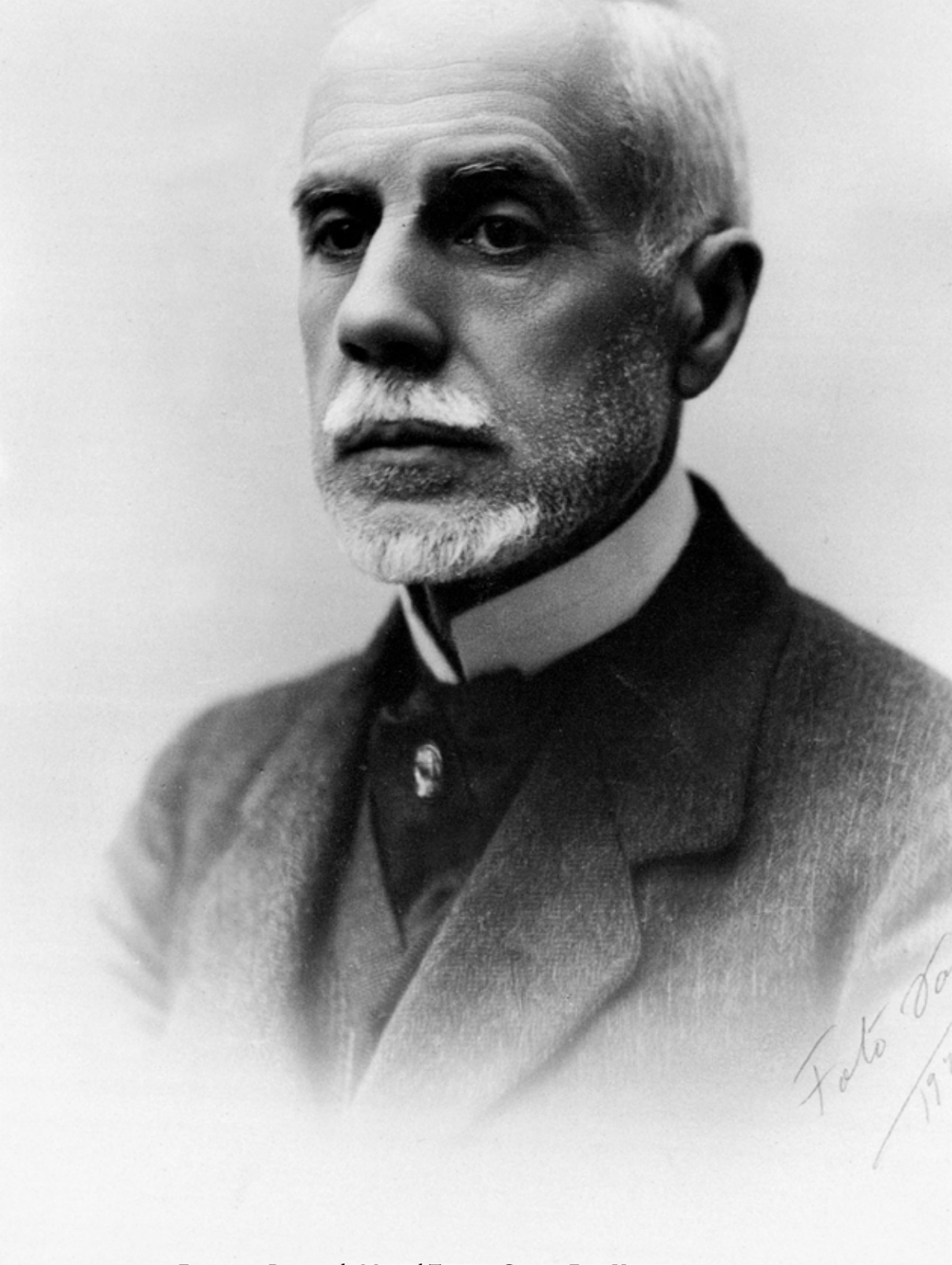


Figura 1 – Retrato de Manuel Teixeira Gomes, Foto Vasques, 1925.

Na madrugada do dia 27 de Maio de 1860, nasceu na antiga rua dos Quartéis, em Vila Nova de Portimão, Manuel Teixeira Gomes, o terceiro filho do negociante José Libânio Gomes Xavier e Maria da Glória Teixeira. Família cosmopolita, liberal e republicana, distinguiu-se pela luta política e pelas ligações comerciais a França, Bélgica e Holanda. As melhores recordações da infância de Teixeira Gomes reportam-se à casa da sua avó materna, em Ferragudo e ao seu tio João José. Na casa da avó Ana Bárbara da Purificação passou tempos felizes, rodeado de mulheres que o tratavam como príncipe<sup>1</sup>.

Após os estudos incompletos em Coimbra e vários anos de boémia no Porto e em Lisboa, Manuel Teixeira Gomes aceitou, contrariado, a imposição paterna de regressar a casa para gerir os negócios da família no Norte da Europa. Portimão, onde passava as férias quando era estudante, era uma vila pouco interessante para um jovem assíduo nas tertúlias literárias com outros intelectuais. Sem pontos de interesse cultural nem monumentos dignos de nota, aquilo que Teixeira Gomes mais apreciava na sua terra natal era a Natureza e as mulheres. O resto era tema propício à sátira social.

Embora desventurado encontrou lenitivo para a sua solidão: os livros que guardou no seu escritório de Portimão, a Natureza – verdadeira paisagem grega – gozada com todos os seus sentidos, do nascer ao pôr-do-sol, e as viagens no Mediterrâneo, já que as outras, para Norte, eram de negócios e em países sombrios. Era a memória da Natureza que o tocava ainda profundamente, quando escreveu do exílio. O Pôr-do-sol, em Janeiro: «Extraordinário, este céu ao pôr do Sol! Todo coberto duma colgadura de púrpura, que parece arrastar-se por cima da ponte, mas rasgada a espaços sobre um fundo longínquo de porcelana verde. O rio todo escorrendo em vivo sangue...»<sup>2</sup>; o luar, sobre o rio: «À noite, na ponte, com a lua cheia, o ar sereno, uma grande paz na água do rio, sossego no mar calado, e pequeninas nuvens, farrapos de caxemira branca, a deslizar brandamente no aveludado azul celeste escuríssimo...»; mas também a Primavera com o rebentar das vinhas e das figueiras e o céu matinal e crepuscular: «...céus ácidos; manhãs

1 Gomes, Manuel Teixeira (1899). *Inventário de Junho*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

2 Idem (1935). *Regressos*. Lisboa: Seara Nova, 116 – 133.

frígidas com tintas de limão no horizonte; poentes saburrosos, empastados de papas moiras, a escorrer sangue de morcelas...».

«Fiz-me negociante, ganhei bastante dinheiro» confessaria, muitos anos depois, a Norberto Lopes<sup>3</sup>. Do negócio, no Norte, ao ócio, no Sul, este comerciante diletante, autoficcionista, republicano democrata convicto, construiu uma vida de exílio nómada. Quase sempre fora da terra natal, desde os dez anos de idade, cultivou o gosto pela arte, pela literatura, pela viagem.

A leitura da sua escrita memorialística aproxima-nos do homem cujo deslumbramento constante pela arte e pela vida o levou a deambular no espaço mediterrânico que desde muito cedo desvendou<sup>4</sup>.

### **A gestão do negócio e do ócio**

Portimão, entre o negócio ócio foi o espaço primordial de iniciação na viagem. Viagem que nos propomos também realizar, seguindo os tropismos e os itinerários mediterrânicos, conscientes da complexidade que sempre se amplia em cada releitura da escrita de Manuel Teixeira Gomes.

Ao ritmo da produção dos figos e do negócio, Teixeira Gomes estabeleceu um calendário de lazer que lhe permitia viajar de lés a lés no Mediterrâneo – da Andaluzia à Ásia Menor – detendo-se onde a beleza o seduzia.

Em carta ao seu amigo Afonso Lopes Vieira<sup>5</sup> confessava: «Eu também me desequilibrei logo na proximidade da minha anual e indispensável “crise de trabalho” – negócio! – e agora já envolvido nela, ando irascível e febril, saudoso de tudo o que não seja isto, com frequentes pasmos de idiota». Não admira que a faina comercial o deixasse sempre exaurido. Gerir as diversas propriedades, sementeiras, colheitas, arrendamentos nos subúrbios da vila e organizar a campanha do figo, durante os verões escaldantes, era um trabalho árduo, mas permitia-lhe também conhecer o povo bem de perto e

3 Lopes, Norberto (1942). *O exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 55.

4 Sobre as viagens de Manuel Teixeira Gomes, ver Maria da Graça A. Mateus Ventura (2010: 105-183).

5 Carta de Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira, Portimão, 03.09.1908. In Rodrigues, Urbano Tavares e Vitor Vladimiro Ferreira (Org.). *O Cristal da Palavra: Cartas inéditas de M. Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira* (1999). Lisboa: Edições Colibri, 31.



Figura 2 – Vila Nova de Portimão, c. 1907. Edição de Faustino Martins. Coleção de Carlos Osório.

com ele criar as suas narrativas fantasiosas. E sentir o vento levante. Sentir a Natureza e descrevê-la com encantamento. Mergulhar no mar azul e seguir, da sua janela, as velas enfunadas dos barcos.

O negócio rendoso, que lhe tomava apenas dois meses por ano, garantia-lhe uma vida folgada. E foi nesta fase da sua vida, finava o século que o vira nascer e começava o novo, que escreveu as páginas mais belas sobre a sua terra – o *Inventário de Junho* (1889) – e, pouco tempo depois, o *Agosto azul* (1904). Já em Bougie, velho e doente, em *Regressos* (1935) Portimão foi ainda tema recorrente.

Viajava nove meses por ano. Vinha a Portimão apenas para a «campanha do figo» e não se demorava mais de três meses. Se no Norte passava o Inverno, em negócio, era no Sul que desfrutava da Primavera. Metia-se pelo Mediterrâneo, durante cinco ou seis meses, e, passo a passo, foi visitando as suas costas. As viagens pela Andaluzia, embora bem perto do seu Algarve, anunciavam já a vertigem cosmopolita que o levaria a cruzar o Mediterrâneo em todas as direcções.

Manuel Teixeira Gomes realizou as suas viagens de acordo com uma geografia muito pessoal que se foi reconfigurando de acordo com a sua biografia. O alargamento do seus horizontes para lá da Ibéria fez-se em duas fases distintas: a primeira, entre 1890 e 1910, corresponde ao negócio sem, contudo, se limitar aos países do Norte. Complementou a geografia



dos países frios e sombrios com a definição de itinerários futuros, no Mediterrâneo. E é por aqui que se concretiza a segunda fase (1925-1941), interrompida a primeira pela sua acção política em Londres como ministro plenipotenciário (1911-1923) e a presidência da República (1923-25).

As viagens de Teixeira Gomes ao estrangeiro recomeçaram quando terminou a sua vida boémia em Lisboa e no Porto. Foi de Portimão, com mais de vinte e cinco anos, que partiu para o Norte da Europa, em negócios, e para o Sul, por puro lazer. Ganhou bastante dinheiro. Organizou a sua vida de modo a dedicar ao negócio o mínimo de tempo com o máximo de benefício. Durante cerca de vinte anos, permaneceu no Norte da França, Bélgica e Holanda, quatro ou cinco meses e regressava a casa para «liquidar contas» (Lopes 1942: 55). Sobrava-lhe tempo e dinheiro para o ócio, no Sul.

No segundo ciclo das suas viagens, optara por visitar apenas lugares já conhecidos para tecer um diálogo consigo próprio sobre as impressões de outrora e as presentes. Julgava, então, estar preparado para a «existência solitária», mas, a certa altura, sentiu necessidade de saber dos seus amigos e de com eles comunicar através da escrita, até porque sempre tivera a «fúria epistolar»: «Dias há em que, mesmo na solidão mais orgulhosa, a alma, no seu profundo recolhimento, parece que suspira e anseia pelo som de uma voz amiga»<sup>6</sup>. Escolhia os destinatários, entre a «lista dos predilectos»,

<sup>6</sup> Gomes, Manuel Teixeira (1930). *Agosto azul*. Lisboa: Seara Nova, 147.

consoante o «desabafo». Escrevia abundantemente aos seus amigos porque isso o entretinha e, porventura, os entreteria também<sup>7</sup>.

### O “flâneur”

Preferia viajar só, sem plano e sem guia. Os companheiros distraíam-no, impedindo-o de «ver» e de se deter quando a imaginação fluía e o embalava. Aliás, o tema da solidão é recorrente nas suas cartas de exílio. A solidão não fazia dele um melancólico, ao contrário, vivia a vida festivamente e era senhor do seu silêncio.

O vagar, a lentidão, o silêncio, a solidão, o anonimato propiciam a fantasia e a rememoração. A sua escrita epistolar que constitui, aliás, a essência da sua obra literária, enriqueceu-se nessa perfeita conjugação. O seu exílio nómada acentuou a sua propensão rememorativa e, em cada lugar, encontrava pretexto para regressar às suas raízes existenciais – a infância, a adolescência e a paisagem algarvia. Não vivia para a escrita, mas escrevia porque tinha uma vida muita intensa e queria partilhar essa intensidade com os seus amigos. Escrevia por diversão e prazer. Castelo Branco Chaves, o grande responsável pela preservação e divulgação da obra epistolar de Teixeira Gomes, num pequeno estudo literário sobre o escritor escreveu que

Teixeira Gomes *vê* e para *ver* basta-lhe “*imaginar* com intensidade”, porque, então, transformados pela saudade e pela fantasia, imagens e sentimentos, seres e coisas ganham o seu valor transcendente e alcançam as mais perfeitas formas para a sua expressão estética<sup>8</sup>.

Teixeira Gomes era avesso à velocidade. Nunca viajou depressa, preferindo as longas caminhadas ao automóvel e aos aeroplanos. Nem as novas tecnologias da época – os telefones, a TSE, o cinematógrafo - alteraram o seu ritmo. Para ele, a exploração de um lugar ou de uma cidade como Paris, devia ser feita vagarosamente para aprender e apreender todos os detalhes. Demorar o tempo suficiente para ver bem, para conhecer melhor,

7 Idem (1957). *Cartas a Columbano*. Lisboa: Portugália Editora, 75.

8 Chaves, Castelo-Branco (1934). *Estudos literários: Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: Seara Nova, 16.



era a «regra racional das viagens»<sup>9</sup>. Apreciar de longe a magnificiência de um monumento e, devagar, aproximar-se e ir descobrindo os detalhes tinha para si um encanto particular. Mas não só a velocidade era contrária à contemplação e à descoberta, também a proliferação de guias turísticos, que descreviam os monumentos como se fossem catálogos científicos ou meros inventários, minimiza a fruição da descoberta.

### O observador jocoso

Viagens longas e prolongadas como aquelas que realizou na fase de negociante ou na fase de exílio, exigiam avultada bagagem e um séquito de carregadores. Episódios burlescos e caricaturais que, embora acessórios nas suas narrativas, revelam não só a sua ironia como a sua capacidade de divertir o interlocutor. Uma das suas malas preferidas era a *Never Break*, nome sugestivo da sua finalidade. Entre os múltiplos relatos das peripécias das suas viagens de vapor no Mediterrâneo e do desconforto do desembarque e até de travessias tormentosas, Teixeira Gomes apresenta-nos a sua «mala grande», a propósito do acidentado embarque no vapor de carga Porto di Savona, em Novembro de 1926, no porto de Livorno, com destino a Tunes, peripécias que dariam «uma boa fita cinematográfica, no género Ridolin» (Gomes 1937: 36-38):

A minha mala grande, muito sua conhecida, a «Never Break», sendo comodíssima, pela disposição interior, que permite, quando se abre, usar dela como se fosse um guarda roupa de moderna construção, tem no entanto seus inconvenientes, sobretudo nas viagens por países pouco habituados a ver semelhantes fenómenos. Imponente no aspecto, desafia a codícia dos carregadores; vazia, o seu peso é respeitável, e cheia, como anda a minha, ultrapassa os cem quilos que um homem forte já com dificuldade carrega às costas; de modo que o galego, disposto a meter a unha só pelo aspecto, quando a sente sobre o lombo, logo imagina que não há dinheiro que lhe pague a penosa empresa de transportar, como um Atlas, aquele mundo esmagador, feito de aço, e sem pega de espécie alguma. Isto move questões, nem sempre fáceis de dirimir, e pedindo, com frequência, a intervenção da polícia.

9 Gomes, Manuel Teixeira (1937). *Miscelânea*. Lisboa: Seara Nova, 182.

A mala foi colocada, a custo, no camarote, presa com uma corda a um dos cabides aparafusados no tabique. A tormenta que atingiu o vapor durante a noite provocou uma cena aterrorizadora com a «cacaria partida e móveis em derrocada». No seu camarote, «o monstro [Never Break] soltara-se e investia, furiosa, no propósito de tudo destruir».

Nas suas viagens, em Portugal ou no estrangeiro, jantava quase sempre nos hotéis onde se hospedava o que lhe permitia uma sociabilidade forçada, por vezes recompensada por inesperadas aventuras amorosas. Sempre que possível, escolhia os hotéis criteriosamente de modo a poder observar, da sua janela, o nascer e o pôr-do-sol.

Embora não tenha concretizado o desejo de escrever sobre os hotéis onde vivera, em muitas das suas cartas, e também nas narrativas novelescas, identificava-os se tal se lhe afigurasse sugestivo ou referencial. Tentámos recuperar essas memórias amiúde registadas.

Na adolescência, quando era ainda seminarista em Coimbra, se vinha de férias para Portimão, tomava o comboio até Beja onde, por vezes, pernoitava na «abominável» hospedaria de D. Sebastião<sup>10</sup>. De Beja viajava numa «dolorosa diligência» até Mértola cuja única estalagem, povoada de percevejos, ostentava como principal ornamento um «quadro a missanga representando um cãozinho de água levando na boca um cesto de cerejas». Tomava «um vaporzinho manhoso» até Vila Real de Santo António onde outra diligência lhe «joeirava os já desconjuntados ossos» numa longa e calamitosa viagem até casa<sup>11</sup>.

Viajar sozinho propiciava-lhe tempo para desfrutar a seu belo prazer da arte e das paisagens, liberdade para seduzir e se encantar, mas também tempo para traçar caricaturas dos seus companheiros de viagem ou dos comensais nos restaurantes dos hotéis. Se a Natureza a absorvia com todos os sentidos, eram os tipos humanos o objecto propiciador da ironia. Dizia Teixeira Gomes que, como toda a gente, sucedia-lhe, por vezes, concentrar-se em determinados e exclusivos pontos de observação, como as expressões fisionómicas (Gomes 1960: 51). No vapor do Barreiro para

10 Idem (1960). *Carnaval Literário*. Lisboa: Portugália Editora, 62.

11 Idem (1958b). *Gente singular*. Lisboa: Portugália Editora, 104.

Lisboa observara vários personagens picarescos como magnatas de Beja, de Serpa e de Évora, com «os toicinhos do cachaço caídos na gola casaco», ou «uma trindade majestosa de damas escuras, bordadas a vidrilho, todas igualmente gordas, barbadas e desdenhosas, parecem derramar um suor de contas negras sobre o *vulgum pecus* que as cerca» (Gomes 1935: 53). Já no Hotel de Itália no Estoril deteve-se na observação de famílias pretensiosas (Gomes 1960: 52, 57-58):

Volto ao hotel já tarde. No salão pouca gente havia. A serpentina consulesa do Brasil; uma ruiva judia de cabelo crespo, mostrando pelo vasto decote o mármore apeteçível da sua carne, entre os leves crepes de seda negra que lhe enfeitavam o vestido elegantíssimo; uma família de gente pretensiosa: pai, mãe e três filhas, todas com mãos gigantescas, «lorgnon» e bocas espremidas; a um canto uma criatura tão espectralmente pintada que reproduz a primor o tom cadavérico, sem lhe faltarem os laivos verdes, e a boca de rã, mole, que não deve sustentar a baba com os lábios que são de xareta e como que enfiados em fio de guita: falava com voz baixa mas imitando o som da chaleira a ferver, que se ouvia em toda a parte. Vamos para a cama.

Ou nos «oito carecas do topo da mesa – hóspedes fixos, funcionários do fisco e da magistratura – cujas cabeças lisas e ressequidas clamavam por tiros de laranja, como um jogo vivo de pau rolado» no hotel do Funchal (Gomes, 1958a: 193), ou nos hóspedes do hotel em Évora (Gomes 1935: 18-20) com os quais partilhou uma cabidela «de molho espesso, aveludado, quase pecaminoso», acompanhada de vinho Pera Manca, «de flavor subtil». À mesa, um alferes «impertinente» e um general «alcachinado, gemebundo, gourido, imagem viva do *Senhor da Cana* fardado, e condenado perpetuamente a sentar-se sobre a coroa de espinhos»:

O general comia vorazmente e, sendo o primeiro a servir-se dessas cabidelas arquiépiscopais, enchia um profundíssimo prato de sopa, atacando a terrina com ambas as mãos, a direita armada do colherão e a sinistra do garfo com o qual destramente espiolhava os bocadinhos mais delicados das miudezas. Depois vinha a empreitada de passar tudo aquilo ao bucho, com muitos suspiros abafados, mas levando-a ao cabo com tal consciência que até mastigava os ossinhos e enxugava o prato com miolo de pão. E era bonito vê-lo seguir com rigorosa inspecção os demais hóspedes que tomavam cabidela, dardejando olhares de severíssima repreensão sobre aqueles que tiravam porções mais copiosas.

Sancha, a criada do hotel, parecia uma bilha de azeite ambulante: «nasciam-lhe os exorbitantes quadris dos sovacos e como os braços curtos se lhe arredondassem no ar, empenhada constantemente em compor a trunfa com as manitas de coelho, era a perfeita reprodução da antiga talha com asas». Em qualquer restaurante encontrava pontos de observação que despertavam a sua ironia, como o «excelente restaurante Chianti» cujo empregado coçava a testa com um «pãozinho» antes de o servir aos comensais.

Nas viagens para Sevilha, quando jovem, pernoitava em Aiamonte na *Fonda de la viuda*:

Dormi em Ayamonte no mesmo casarão lúgubre, histórico solar mudado em estalagem, onde pernoitara quando por lá passei a primeira vez, há mais de vinte anos: «Fonda de la viuda». A mocidade suscitava-me então esperanças em aventuras prodigiosas e foi nessa noite memorável que, impressionado talvez pelo aspecto sombrio do velho palácio, sonhei inquisitoriais perseguições filipinas, à Fernandez y Gonzalez, e no horror do pesadelo, para resistir aos quadrilheiros do Santo Ofício, saltei da cama empunhando um inocente revólver de sala, que por acaso levava comigo, e apontei-o ao meu fortuito e desconhecido companheiro de quarto, caixeiro-viajante de uma papelaria de Sevilha que, em trajes menores, escrevia aos padrões sobre instável mesa de pé-de-galo...<sup>12</sup>

### O exílio nómada no Mediterrâneo

O exílio voluntário em 1925, após demitir-se da Presidência da República, restituiu-lhe a liberdade plena, o que lhe permitia sucumbir à tentação da «deambulação estética» e permanecer em Paris, «essa Jerusalém de todos os sonhos românticos da nossa mocidade» (Gomes 1957: 131), o tempo necessário à contemplação da arte e à fruição vagarosa sem se deixar contagiar pela «febre do bulevar» (Gomes 1937: 184).

Negócio e ócio, a mesma dicotomia e a mesma complementaridade entre o Norte e o Sul. Teixeira Gomes exercia com igual rigor e desprazer o ofício de negociante, não procurou fama nem glória como político, apenas fruir a vida com uma enorme inquietação intelectual e uma sensualidade desmedida.

12 Idem (1958a). *Cartas sem moral nenhuma*. Lisboa: Portugália Editora, 28.

Quando se estabeleceu no Mediterrâneo, como viajero nómada, regressava de vez em quando a Paris e a Ruão passando aí largas temporadas. A sua ampla genealogia espiritual filiava-se na cultura francesa que conhecia profundamente.

O seu fascínio pelo Sul luminoso nasceu com ele, numa terra onde as princesas mouras ainda exalavam o seu perfume secular intensificando a fragância do tomilho e do funcho.

### **Na Andaluzia**

A Andaluzia exercia, na segunda metade do séc. XIX, uma enorme atracção sobre os intelectuais europeus, mais pelo exotismo que a aproximava do sul mediterrânico do que pelo seu património artístico. Teixeira Gomes viajava pela Andaluzia com frequência até rumar a Londres em missão diplomática. Tudo observava e registava: o pitoresco e o artístico. De Portimão, pela estrada real, até Vila Real de Santo António, apreciava a evolução da paisagem que descreveu detalhadamente nas *Cartas sem moral nenhuma*. O Guadiana separava duas culturas, Teixeira Gomes sentia-o no vestuário e na postura das mulheres, no casario branco e desordenado de Aiamonte em contraste com a geometrização da vila pombalina. E, de manhã, deleitava-se com o hálito «tão castelhano quanto andaluz» da aguardente anizada que se libertava dos cafés (Gomes 1958a: 36):

Esses cafés espanhóis onde boa parte da população vive (...) oferecem infalivelmente à curiosidade do forasteiro o espectáculo permanente de uma reunião de velhinhos típicos, verdadeiras múmias de chapéu desabado e alpergatas, que levam os dias e as noites, sem prejuízo de suas nobres atitudes, a chupar grossos cigarros amortalhados em papel de cartas insubstituíveis, mau grado a presteza com que obstinadamente os afofam entre os dedos secos, negros e recurvos como garras de milhanos.

Em Aiamonte tomava a diligência para Huelva e depois o comboio para Sevilha. Era ali que se detinha mais tempo porque a cidade lhe oferecia um contraste entre o sagrado e o profano, entre o erudito e o popular, de uma riqueza que o deslumbrava. Viajava em janeiro se o programa da viagem o levava mais longe. Viajava na Primavera se era a feira que o atraía.

Na Andaluzia era ainda mais densa a atmosfera árabe que o embalara na sua terra natal. Era, pois, visitante regular. Em Sevilha, os seus amigos eram da «fina flor da estúrdia sevilhana». Foi com Pepe Quadrado e os outros à feira de Córdoba, no mês de Maio, logo a seguir à de Sevilha. Prepararam um «maravilhoso programa de festas» que incluía o aluguer de um *tendido* completo donde assistiram ruidosamente a três corridas de touros com o Guerrita, o Espartero e o Lagartijo por «matadores». A sua noiva estava mesmo em frente, num balcão, mas ostensivamente fria. De manhã cedo, assistia à missa, na expectativa de a ver; à tarde ia ao desfile da Alameda e, à noite, ao teatro onde reservara cadeira para as récitas da feira. Depois de jantar a sua «trupe» aguardava no Café del Gran Capitán, os que tinham ido ao teatro para, juntos, darem uma volta pela feira<sup>13</sup>. Lá encontrou uma mulher com uma grande «barraca de bichos» que já vira na feira de Portimão (Gomes 1961:102):

Quando nos aproximávamos soou estrondosamente um órgão-realejo, que julguei ser o mesmo que estivera na feira de Portimão do ano anterior, com uma grande barraca de bichos e uma mulher muito gorda, que fazia o recamo à entrada com uma serpente enrolada no pescoço...

Sevilha «é um muito completo e bem comentado livro de arte, luminoso em todas as suas páginas, de fácil compreensão e, por vezes, profundamente sentido, a ponto de satisfazer as mais nobres exigências estéticas...» (Gomes 1958a: 75). Teixeira Gomes seguia um itinerário artístico centrado na catedral, «aquela aérea máquina gótica...», completado com o Alcazár, as igrejas da Universidade, de Sant'Ana e da Caridade e os museus. Passava as manhãs na catedral cuja estrutura e detalhes descreveu exaustivamente. As tardes, passava-as nas Delícias, «jardim rescendente, paraíso de Mafoma que a tarde povoa de huris obesas», seguia pelo parque Maria Luísa, passava pela Fábrica do Tabaco, contornava a esquina de San Telmo (Gomes 1958a:102).

As suas exigências estéticas exigiam-lhe um olhar atento. As temporadas que passava na cidade, cuja «fina flor» conhecia, permitiam-lhe apreciar os traços mais pitorescos e descrevê-los com uma ênfase que seduz o leitor como se de um guia turístico se tratasse. O canto era «qualificadamente

13 Idem (1961). *Novelas eróticas*. Lisboa: Portugália Editora, 94-103.

triste e parece detalhar as mágoas de uma alma namorada ao despedir-se de tudo quanto amou» (Gomes 1958a:77). Estava a par das zarzuelas da moda: «Verbena de la Paloma», «El boticario y las chalupas», «Zelos mal reprimidos»<sup>14</sup> (Gomes 1958a:87). Percorria as ruas tortuosas, «a passo estugado e afoito» (Gomes 1930:21) e à sua sensibilidade estética não escapava aquilo que ainda hoje se preserva do património andaluz: os azulejos: «Convém não perder em Sevilha o ensejo de observar a magnificência das antigas tapeçarias de azulejos, tão profusamente colgadas nas paredes dos palácios, das igrejas, dos conventos» e os pátios (Gomes 1958a: 77-78):

Esses pátios que, cenários encantadores, lindamente adornados de plantas verdes, desafogam da estreiteza das ruas e dão ao transeunte o risonho espectáculo dos seus vistosos quadros, fácil é povoá-los convenientemente, acomodando em redor do fio de água que repuxa no tanque de mármore e cai sobre as lájeas, familiar, esperto e sonoro, grupos de airosas raparigas e com elas a animação, a vida, o doído canto andaluz e os movimentos rítmicos da orquestra espanhola.

Em Sevilha permanecia, inebriado com o cheiro das acácias e das laranjeiras, em geral, cerca de um mês pelo que lhe sobrava tempo para passear pelos arredores. Era o património arquitectónico e o carácter pitoresco que o atraía e estimulava a sua sensibilidade estética: Alcalá - «o rebanho do casario caiado andaluz na encosta íngreme de uma alta colina...» - e Carmona com o seu «alcácer ainda orgulhoso na deformidade das suas ruínas...» (Gomes 1958a:106).

Criticava os jovens portugueses que apenas visitavam Sevilha na Semana Santa para «dar ensanchas à pândega indígena, liando, no decorrer dos breves dias, os deleites dos gineceus àqueles igualmente acirrantés da praça de toiros, e apenas conseguem – na obra da civilização – iberizar a sífilis» (Gomes 1958a:72). Para estes, Sevilha deveria ser «o escopo das romarias estéticas», contudo, o seu desinteresse pela arte não o surpreendia porque nem os sevilhanos faziam jus à beleza do seu património: os homens eram insensíveis às curiosidades históricas e as mulheres «deixam desenvolver

14 Conjunto de zarzuelas composto pelo maestro Tomás de Breton para o dramaturgo Ricardo de la Vega em 1894.

livremente a ucharia das suas formas até ao cume da monstruosidade» (Gomes 1958a: 82, 84).

Foi na capital andaluza que encontrou o grande amor da sua vida. Confessou-o ao seu amigo António Patrício em carta enviada de Tunes em 1927 (Gomes 1937: 100-107). Tinha vinte e três anos e conheceu-a num teatro. Antes do início do namoro, encontravam-se casualmente em todos os lugares que ambos frequentavam, nos passeios, nas igrejas, nas tertúlias. Era uma menina muito rica, herdeira de fortuna considerável de um tio-avô e, filha única, herdeira de um «grande nome e de uma fortuna imensa». Namoraram durante seis anos, de acordo com a tradição – às grades de uma janela do seu palácio que dava para uma travessa erma e tortuosa, vigiados pela ama Gertrudes. Um dia, estando ele em Anvers a tratar de negócios, ela chamou-o de urgência a Sevilha. Ele largou tudo e foi. Capricho de menina aristocrata, tão só. Era um amor condenado, pois o pai dela proibiu o casamento alegando a desigualdade social. Alegava o pai tirano que o jovem não tinha «nem eira, nem beira, nem ramo de figueira». Complexos da aristocrata mais sensível a pergaminhos carcomidos!

Passado o mês de Janeiro em Sevilha, saía de comboio com destino a Cádiz (Gomes 1958a: 107), numa tarde...

tépida que nem de Primavera; perto da estação cantava-se e bailava-se. O comboio silvou, festivo, e meteu entre pomares de laranjeiras em flor que tapavam o horizonte; só a catedral aparecia, armando longe, no esmalte do céu, os cardos dos seus coruchéus. Mas depressa a paisagem se limpou do arvoredo e, suavemente, por colinas abatidas e várzeas infinitas, ondulou até Jerez.

De Jerez, cidade do bom vinho, sem qualquer outra maravilha, chegou à «vaporosa» Cádiz das manhãs claras, cuja mancha rosada fascinava o viajante na derrota do Estreito. Desta «cidade horrosamente triste... atulhada de altíssimos prédios inexpressivos...», empreendeu a única viagem que o levou ao grande Mar Oceano com destino ao Funchale, em 1903 (Gomes 1958a: 108, 100, 137-204).

Teixeira Gomes foi singular na captação do fugaz e do fugidio e na capacidade de perpetuar na escrita os instantes, as impressões momentâneas. Por isso, a viagem constituía um processo de apreensão do



real na totalidade que a sua sensibilidade estética revelava. Foi de Granada, na Primavera seguinte que escreveu ao seu camarada João Grave, para lhe manifestar o fascínio do incomparável palácio de Alhambra (e criticar com violência as «hienas da Junta Teológica» que decretaram as «atrocíssimas leis de extermínio contra os infiéis renitentes». Do fausto árabe apenas sobrou um «bucolismo artístico» traduzido na dispersão engenhosa dos mananciais de água corrente pelas veigas infinitas ou na tradição árabe de cultivar lado a lado flores e frutos (Gomes 1958a: 205-242):

Êsse puro sentimento de bucolismo artístico a que o espanhol é geralmente alheio, transmitiu-se aqui do árabe ao ibero, e como em Valência ou em Múrcia, o campónio, na esteira dos seus iniciadores, continua cultivando a rosa ao pé do limoeiro. Porque a característica dos jardins árabes está nessa propositada confusão de fructas e flores, que arredonda sôbre leiras de jacintos a romãzeira de sanguíneos cálices de cera, a esbagoar-se mais tarde em rubis sumarentos; e genuinamente orientais essas inesperadas, estranhas aplicações à planta supérflua ou de luxo, de que os antigos portugueses referem o curioso exemplo na Damasco cercada de uma triplíce sebe secular de rescendentes jasmineiros, impenetráveis que nem muralhas fortificadas.

Visitou várias vezes Córdova que o encantava (Gomes1961:92):

Córdova nostálgica, das violas, do nardo, dos jacintos...; Córdova dolente, das mulheres fatais, que disparam olhares acesos em luxúria para quem se lhes cruza no caminho; e onde é ainda mais selvagem, excitante, afrodisíaco, o tripúdio das bailarinas andaluzas...; Córdova oriental, da torre de «mala muerte», e do «infinito» palmar estilizado em pedra que a mesquita «encerra»...

No ano da Exposição Universal de Paris (1900) decidiu passar a Primavera em Florença e preparou um plano que lhe permitisse passar por Sevilha, por razões sentimentais, e aí tomar um vapor costeiro para Barcelona onde seria fácil tomar outro com destino a Génova. Desceu o Guadalquivir no vapor *Gigon* e, graças à viagem nocturna e à cabotagem, pôde visitar as cidades da costa espanhola que lhe eram familiares (Gomes 1961: 119):

Cádiz de especiosos encantos; Algeciras, com o seu nome de arribada em velha crónica, e o panorama da imensa baía que Gibraltar espreita e

domina; Málaga das mulheres pérfidas e das ciganas doiradas; Almeria tórrida, escondendo no seu aparente manto de enxofre e esparto a veiga fertilíssima; Cartagena fortificada em cerros naturais, que lhe fecham o porto num círculo perfeito; Alicante árabe, propícia aos palmeirais; Valência das tranças acobreadas, rescendendo a flor de laranjeira e a anis; Tarragona dura e ventosa, ilustrada pela colossal rosácea da sua catedral, os seus presídios e os sólidos vestígios de muito remotas idade

### O Mediterrâneo Oriental

As viagens de negócios terminaram em 1910, tal como a primeira fase das viagens de ócio. Nos anos seguintes, a vida política impediu-o de viajar por prazer, fê-lo no cumprimento da sua missão diplomática, entre Lisboa e Londres, passando por Madrid, Paris e Génova. Só a renúncia ao cargo de presidente da República lhe restituiria a liberdade de viajar sem programa e no mais puro anonimato (Gomes 1937: 146-147):

...a miragem do anonimato sorria-me e atraía-me com o enlevo de outrora, e decidi voltar a correr mundo, abrindo o último capítulo da vida em termos de o tornar aprazível despido de todo o género de ambição e vaidade, mundana ou espiritual. E assim tenho feito, empregando artes de ninguém saber nem suspeitar em mim o antigo chefe de Estado, o que me permite viver modestíssimamente e em plena liberdade de movimentos. E assim a existência me tem corrido novamente propícia e feliz, não me parecendo que haja motivo para mudar de rumo, e alimentando vagamente a esperança de nele seguir até «o fim»

Dizia que quando se «soltou de Belém» foi com a intenção de se remeter ao mais absoluto e intangível silêncio.

Aos sessenta e cinco anos de idade, regressou a lugares que visitara quarenta anos atrás. E regressou, com memória fotográfica, a deambulações antigas que ia evocando em cartas aos seus amigos. A paisagem e a arte grega clássica preenchem o seu imaginário, como claramente evidenciou nas suas obras e nas suas cartas. As viagens à Grécia realizara-as na juventude e delas não publicou qualquer relato. Na verdade, a decepção das suas visitas à Grécia, perante o estado de ruína e de abandono do seu património, justifica essa ausência, embora o seu deslumbramento pela arte grega e pela Grécia clássica seja evidente.

A sua paixão pela estética grega clássica levou-o a idealizar a paisagem natural da sua terra decorada com colunas e capitéis gregos<sup>15</sup>. Em busca da Antiguidade deslumbrante visitou muitos museus da Europa e ruínas no Norte de África e da Ásia Menor - o Prado, o Louvre, o Museu Britânico -, percorreu a Itália, a Grécia, a Alemanha e a Ásia Menor. Foi até à Grande Porta do mundo asiático helenizado. Percorreu várias vezes as ruínas de Éfeso, revisitou Esmirna e Constantinopla, «armada no coração do mundo, com as mil lanças dos seus minaretes» (Gomes 1958c: 11).

Já na minha última visita a Constantinopla, onde eu andava algo febril e depauperado por uma dose de malária, apanhada nas ruínas de Éfeso, uma ou outra dessas figurinhas [do sarcófago de Alexandre] me aparecera de fugida, e sempre nos cemitérios que são o que ali há de mais helénico. Os cemitérios de Constantinopla! Lembra-se? O bosque de ciprestes em Scutari, mostrando ao fundo das suas infinitas ruas a perspectiva risonha do Mar de Marmara; e a poesia dos pequeninos cemitérios de Galata, fechados em tuias e alcatifados de tulipas! E os encontros nessa inverosímil cidade, que são como em nenhuma outra parte inesperados, sugestivos, fugazes e estranhos. É uma incessante parada que levanta do pó dos séculos as mais pitorescas e formosas criações. Dias há que nos parece que as estátuas antigas desceram dos seus pedestais, e as odaliscas se evadiram dos gineceus e vieram espiares pelas «Águas-doces-da-Europa», ou pelos bazares de Istambul, ou misturar-se ao formigueiro humano que enche continuamente a amplíssima ponte que fecha o «Corno de ouro» (Gomes 1937: 303-304).

15 Na 2ª edição do *Agosto azul* (Seara Nova, 1930) foram introduzidos os seguintes textos: «Sobre a paisagem grega» (159-172), «Sobre a “Grécia, musa do Ocidente”» (191-200) e «Uma cena grega» (201-232).



Figura 3- Constantinopla, 1905. Coleção particular da autora.

Numa das viagens pelo Mediterrâneo Oriental, estava em Esmirna quando tomou o vapor russo Tchikachoff para Istambul, conta-nos nas *Novelas Eróticas*. Esmirna não lhe agradou particularmente, mas daqui poderia realizar excursões às «célebres e importantíssimas ruínas de Éfeso». Cidade triste, entre ruínas antigas, montanhas esmagadoras e a «desarmónica imensidade do golfo», estremecia com a «situação moral dos habitantes», de diferentes nacionalidades – italianos, gregos, arménios e judeus –, dominados por uma minoria turca, na proporção de dez para trinta, e a braços com uma crise económica que agravava a conflitualidade religiosa latente (Gomes 1961: 164). Notou a tristeza que envolvia Esmirna, contudo, não fala do *hüzun* que condicionou a música e a poética da cidade das «Águas-doces-da-Europa». Talvez porque, ao contrário de Gérard de Nerval e de Théophile Gautier, que viajaram pelo Mediterrâneo Oriental em meados do século XIX, Teixeira Gomes apenas se interessou pela estética clássica remanescente na Ásia Menor, desinteressando-se dos bastidores da cidade que então ainda se chamava Constantinopla.

***Chegasse o mar a Florença e seria esta a minha terra preferida para morrer*<sup>16</sup>**

A sua primeira viagem a Itália foi em 1886, tinha vinte e seis anos. O fascínio que nutria por este país veio-lhe da sua educação e da sua formação literária. No capítulo «Agripina» da sua obra inaugural conta-nos que em 1897 foi passear a Veneza onde tomou o vapor Marsala para Nápoles, ele que pretendia ir para Génova. De Veneza, reteve a singularidade nocturna: «as mais raras de todas, as noites de «Veneza» de luar venenoso, no ataúde das gôndolas que vão molemente direito ao Lido, ao agasalho das quais a lúxuria se exacerba divinamente...» (Gomes 1958a: 127).

Sozinho, aceitava as longas esperas pelos vapores ou as mudanças repentinas de itinerário, encarando-as como um desafio. Em Nápoles, onde «tudo é grandioso, duma vastidão que ultrapassa os moldes equilibrados das paisagens preconcebidas» (Gomes 1930: 163), passou três dias estonteantes quando se libertou da companhia de um barão cabralés e dos seus amigos condes e príncipes de «nariz borbónico» (Gomes 1958c: 18). Foi à feira de Strada Foria «ouvir os chiromantes e os charlatães», comia marisco nas barracas de praia, seguia procissões que se assemelhavam a «serpentes de flores rompendo searas humanas». À noite escutava «as improvisações do Policinello» num teatrinho popular e deitava-se ao pé do mar para assistir ao «romper da Lua».

Foram três dias em claro, fruindo a liberdade absoluta, e quando regressou ao hotel mandou colocar a cama ao pé da sacada do seu quarto, que era no quinto andar com vista para o golfo de Sorrento e Capri. Deitado com o mar ao fundo, recuperou energia para assumir a condição de «convencional turista amador das artes» que o levaria a correr igrejas e museus. Ainda teve tempo de passar uma manhã em Capri e de visitar as grutas branca, verde e azul. Levou oito horas de Capri a Torre Anunziata em bote à vela. Visitou demoradamente as ruínas de Pompeia, Castellamare e o monte Coppola e, no regresso, hipnotizado com os «clarões de púrpura, oiro, cobre e sangue onde rolava o Sol» (Gomes 1958c: 29) surpreendeu Nero e Agripina em certa enseada solitária...De Nápoles foi para a Sicília, Tunísia e Argélia.

16 Gomes 1957: 22.

Regressou a Itália oito anos consecutivos e, quase quarenta anos depois, na sua viagem sem regresso, revisitou a Toscana, a sua região preferida. De Tunes atravessou o Mediterrâneo com destino a Nápoles, em Maio de 1926, e aqui permaneceu um mês e meio (Gomes 1957: 17). Compensava o tumulto da cidade, «onde se move a mais gesticuladora população do mundo», com a fruição dos «maravilhosos quadros da Natureza» e a contemplação da arte grega no museu da cidade. Percorreu todas as igrejas e capelas que eram às «pinhotas» e até no barroco, em geral tão excessivo, aqui encontrou um encanto particular. Foi na carta ao seu amigo José de Figueiredo (Gomes 1937:78-79) que descreveu com mais detalhe a visita «arqueológica» a Nápoles, decerto porque ao destinatário interessavam as questões de restauro. Revisitou o museu onde Mussolini «façanhoso e pudibundo» mandara encerrar o gabinete da coleção erótica. Encontrou o mesmo desarranjo de há trinta anos, «os mesmos guardas de farda encodeada, cachimbando sobre cantarias soltas, na desolação dos imensos pátios vazios». Apesar da negligência, continuava sendo «o mais pasmoso museu do mundo» tal era a beleza dos mármore gregos. Em Capodimonte o panorama paradisíaco continuava deslumbrante em contraste com a austeridade do palácio. Em Pompeia decorria uma campanha arqueológica sem grandes novidades, mas «graças ao método agora adoptado que deixa tudo nos seus lugares, vão formando um largo trecho de rigorosa restituição arqueológica, por onde será encantador divagar...» (Gomes 1937: 81).

Mas nada se igualava à «simplicidade, elegância, serenidade e harmonia» da arte toscana» (Gomes 1957: 21). Permaneceu em Florença todo o verão de 1926. Andou numa «roda-viva», em intermináveis passeios a pé ou em excursões, explorando os arredores da cidade: Prato, Siena, S. Gimignano. Acreditava que Florença era o único lugar do mundo «onde a Natureza e a Arte se uniram em perfeito equilíbrio». Tudo o deslumbrava, tudo observava e descrevia com detalhe: a igreja de Santa Maria di Fiore, a galeria Pitti, a galeria «Degli Uffizi», a basílica de S. Miniato al Monte, o palácio do Podestà, os jardins «Boboli», o parque Torrijano, a villa di Poggio Imperial, as Cacine e as estradas e caminhos de Settignano, de Rovezzano, de Fiesole.

Da primeira vez que visitara a capital da Toscana, a sua avidez de beleza mal se saciara nos três meses em que permaneceu em Florença. Confidenciou a Columbano, seu «companheiro espiritual», que, na sua juventude, nutria um

verdadeiro culto por esta cidade e estava tão familiarizado com a sua história, arte e literatura que, nessa primeira visita, ocupou-se mais em «reconhecer» que em «descobrir» (Gomes 1957: 40). Já nessa altura tentava observar criticamente as obras de arte, embora se sentisse condicionado pelas leituras que fizera em jovem e pelas suas estadas frequentes em Paris onde frequentava uma sociedade «pré-rafaelita e wagneriana».

Logo nos primeiros dias desta sua estada em Florença confessou ao seu amigo Columbano quanto apaziguador fora o seu regresso: «Eu continuo saudável, próspero e feliz, como um deus que regressou ao Olimpo», foi o remate da sua missiva de julho.

Percorrera, sozinho e a pé, todas as «maravilhas» dos arredores de Florença, durante três semanas de «completo embevecimento, incansável, na embriaguez dos panoramas infinitos, entre auroras e poentes nunca imaginados». Regressara momentaneamente «à fase heróica» da sua juventude, «possuído de delírio dionísico» (Gomes 1957: 43). Não fosse a presença obsessiva e quase física de Miguel Ângelo e teria fixado residência em Florença.

Após quatro meses e meio em Florença, «a mais linda, aristocrática e artística cidade do mundo onde o mar não chega», refugiou-se em Pisa onde permaneceu dois meses. Não pelo interesse da cidade, aliás «melancólica, de âmbito artístico muito limitado» (Gomes 1930: 151), mas pela possibilidade de variadíssimas e interessantes excursões: Lucca, Pistoia, Viareggio («a praia da moda»), Livorno, Carrara, Spezia, Calci. A proximidade do mar, mesmo «um pouco fingido, artificial», acalmava a sua nostalgia outonal.

No século XIX, oito anos consecutivos de viagens a Itália cansaram-no, fenómeno próprio dos visitantes assíduos deste país «que não podem reprimir a sua “bulimia do belo”». De tal modo que ouvir falar italiano «ouriçava-lhe os nervos». Passado algum tempo, foi tomado de umas saudades tão intensas que decidiu passar o inverno em Siracusa, apenas acompanhado de Tucídedes e da sua *Guerra do Peloponeso*, cuja acção aí tivera lugar. Agora, nestas suas *flâneries*, cansou-se de novo, devido às «incompatibilidades políticas» com o regime fascista de Mussolini (Gomes 1937: 224). Abandonou definitivamente a Itália em novembro de 1926. Tomou o comboio para Livorno a fim de

embarcar no Porto di Savona com destino a Tunes. Fez escala em Cagliari, «a terra mais suja do mundo», e passou pela Sardenha, «a ilha mais feia do Mediterrâneo». Os episódios burlescos desta viagem foram narrados com muito humor ao seu amigo Viana de Carvalho (Gomes 1937: 33-40).

Doravante, viajaria pela Tunísia e pela Argélia, com algumas interrupções para visitar a França.

### **“Foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama”**

Nascido e criado no Algarve, onde ainda então as amas contavam aos meninos lendas de moiras encantadas, e onde ainda hoje se respira algo de muçulmano na atmosfera, na linguagem, e nos usos e costumes, talvez atavicamente preparado, também por antecedentes de geração, para apreciar os embevecimentos da sensualidade e da poesia árabe, foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama. Isso o consegui, relativamente novo, nos muitos anos a fio, durante os quais, por cinco ou seis meses em cada ano, percorri as costas do Mediterrâneo. (Gomes 1957: 101)

Na infância, as *Mil e Uma noites* que lera aos nove anos de idade e a atmosfera muçulmana que ainda se respirava no ar prepararam-no para as viagens futuras no Magrebe. O êxito dos seus negócios no Norte permitiu-lhe uma boémia mais doirada a sul. A forma, a cor, a música revelavam-se aos seus sentidos quer na Natureza quer nas obras de arte, deixando impressões que o maravilhavam e alimentavam a sua fantasia, por vezes, alucinada. Em carta que mais tarde resgatou, dirigida ao seu amigo Sampaio Bruno em 1892, evidenciava a importância que a viagem que realizara ao Norte de África tivera para o alargamento da sua «estesia» libertando-o do embevecimento que a Renascença lhe impusera (Gomes 1960: 181).

No *Inventário de Junho* evocou a sua estada em Tânger e o espectáculo admirável «de desenho e de cor» proporcionado, todas as manhãs, pelos escravos do governador montados nus sobre os cavalos à desfilada entre as ondas de espuma (Gomes 1958c: 11). Frequentara os banhos mouros da Tunísia e da Argélia, provavelmente quando regressou de Nápoles pelo caminho mais longo. Ao contrário dos viajantes que o precederam, imbuídos de uma visão etnocêntrica, como André Gide, Teixeira Gomes



segiu Flaubert no seu fascínio pela cultura popular, pelos beduínos, pelo deserto tal como detesta as convenções e o artificialismo. Não defendeu ele que o albornoz era muito mais digno para um homem da sua idade que o fato direito que lhe acentuava a velhice?



TEIXEIRA GOMES NO EXÍLIO  
Caricatura de Francisco Valença publicada no «Sempre Fixo»  
de 4 de Abril de 1935.

Em 17 de Dezembro de 1925, «após 15 anos de servidão abominável», partiu de Lisboa, a bordo do cargueiro holandês Zeus, «pobre vapor de carga... onde faltavam as mais comozinhas comodidades» (Gomes 1930: 138-139), com destino ao Norte de África. A renúncia ao poder e a partida para o Mediterrâneo foi um momento único na vida deste homem. O ato de auto-expatriamento era uma opção singular para alguém que, optando por viajar em *dérive*, concebia a sua existência como um deslumbramento permanente pela beleza sob a forma de um mar particularmente azul como o da sua terra, do amor de uma mulher, de uma Natureza viva ou de uma escultura grega. Mas esta opção singular, que o levou para um mundo cujos contornos já lhe eram familiares, foi uma recolocação de si num universo ficcional onde ele era simultaneamente autor e personagem. Como ele já dissera em 1903, a propósito das deambulações no Funchal, recuperou a sua liberdade de monologar, no seu «teatrinho íntimo, onde o actor e o público – imaginação e consciência – se entendem a primor» (Gomes 1958a: 173).

Tratava-se de um exílio como ato hedonista e literário uma vez que a escrita era o único elo que o ligava ao mundo que o aprisionara. Ao sair de Portugal, embora decidido a não interromper o seu silêncio por motivo algum, a «irresistível e corrosiva saudade da língua natal, que, na solidão da existência que escolhera, só achava lenitivo ou apaziguamento escrevendo» (Gomes 1937: 276). E escrevia tão assiduamente que, na sua narrativa, adivinhamos até a narrativa do seu interlocutor. Embora não assumisse as suas cartas como relatos de viagem, alegando que não tomava notas e escrevia de memória, estas são tão expressivas do seu estado de alma e da sua leitura do mundo como são ricas em informação minuciosa, assemelhando-se a ensaios monográficos de alguns lugares que visitou ou a catálogos de museu, pela exaustividade de inventários temáticos. Acresce que, recusando a filiação em qualquer corrente literária, a sua obra resulta numa confluência original de géneros (ficção, ensaio, diário de viagens) e tendências (romantismo, realismo, naturalismo, simbolismo). Com horror manifesto a qualquer classificação, Teixeira Gomes integrou um vasto património espiritual que reorganizou num género que Enrique Villa Matas poderia qualificar como auto-ficção.

Sobre o itinerário que seguiu e o seu estado de felicidade pela reconquista da liberdade, escreveu várias cartas aos seus amigos muito elucidativas a este respeito, em particular as dirigidas a João de Barros, a António Patrício, a José de Figueiredo e a Columbano Bordalo Pinheiro. O sentimento de liberdade, a busca do anonimato num mundo revisitado e a pura fruição da Natureza e da arte foram expressas nas cartas aos amigos. Percebe-se que o seu regresso ao Norte de África, trinta anos depois, o confrontou com um novo olhar e uma nova disponibilidade para um reencontro consigo mesmo.

### **Argélia**

O Zeus fez uma pequena escala em Tânger, mas foi em Orão (terra de *A Peste* de Camus) que Teixeira Gomes desembarcou e passou o dia de Natal de 1925, seguindo depois para Tlémecen – «um trecho do nosso Algarve» – onde descansou alguns dias antes de partir, de «auto-ómnibus» (Gomes 1930: 138), para uma larga excursão em Marrocos: Tazza («onde persistia o alvoroço e o clamor da guerra do Riff»), Fez (sem museus, mas com um lindíssimo palácio, cujo imenso jardim interior, cheio de roseiras, limoeiros,

laranjeiras, e jasmineiros, foi riscado pelo molde clássico dos jardins mouriscos da Andaluzia»), Mequinez, Volubilis (Gomes 1937: 69-70). Em Marrocos sentiu a falta dos museus e das ruínas romanas abundantes na Argélia e na Tunísia e de que Volubilis era uma pálida amostra, embora daqui se desfrutasse de «um dos mais assombrosos panoramas do mundo».

Ficou seis semanas em Argel. Visitou os museus arqueológicos, como o de Cherchel («onde assentava a antiga capital da Mauritânia»), e o anfiteatro romano de Djemila onde assistiu à representação do rei Édipo por uma companhia francesa. Visitou Cartago, «a maravilha dos ciclорamas naturais», onde rompem ruínas de teatros, anfiteatros, basílicas. A caminho de Tunes passou por Constantina, cuja feição de cidade lendária se acentuara desde a sua primeira visita no século anterior (Gomes 1930: 141). Saiu da Argélia sem passar por Timbad – «a Pompeia africana» – que outrora visitara quando de uma excursão a Birská e aos oásis do Saará (Gomes 1937: 72).



Figura 4 – Argel, Casbah, 1906. Coleção da autora

Em Argel, cada dia era uma festa pelo desprendimento e pela feliz consonância de sentimentos e de paisagem. A fruição da cor era particularmente intensa na paisagem tunisina e argelina. Atribuía cor aos sons da Natureza: «Não sei porquê, mas se há ruído que tenha cor é o das fontes: de fluido e irado diamante quando rompe a aurora, e azul-celeste ao pôr do Sol» (Gomes 1960: 207). A beleza que buscava *à la dérive*, nos seus passeios a pé pelos arredores de Argel e de Tunes, surpreendia-o nos poentes rubros estivais, na florescência serôdia das amendoeiras, na festa de luz dos céus de Inverno, no bulício dos *souks*, nos mármore e bronzes gregos, na transparência da atmosfera.

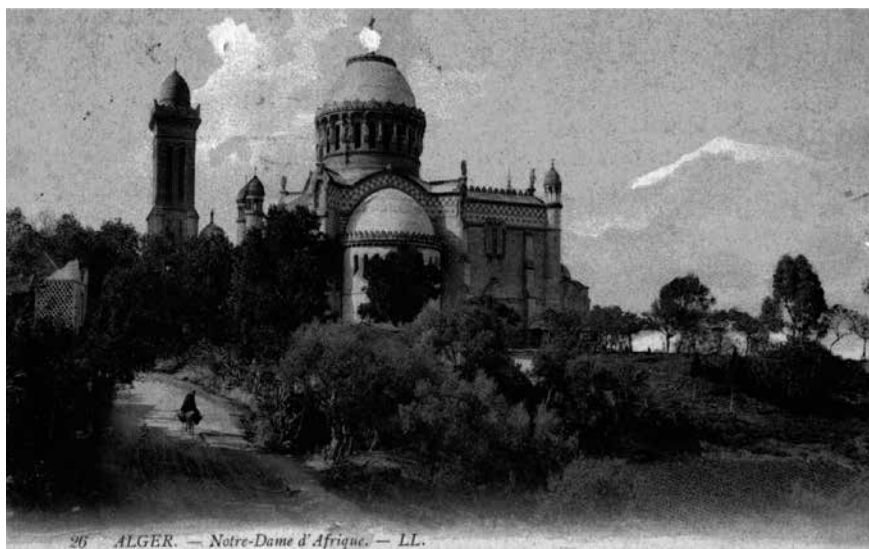


Figura 5— Argel, Igreja de Nossa Senhora de África, 1913. Coleção da autora

Do fascínio que as cidades magrebina exerciam sobre ele resultaram descrições intensamente vivas e coloridas. Argel dispunha-se em montes escarpados, desembocando numa extensa rua plana à beira-mar, espécie de *bulevard* parisense onde se encontravam os restaurantes de luxo. As casas «encavaladas umas nas outras», em equilíbrio frágil, corriam o risco de desabar e mergulhar nas profundezas do mar em caso de terramoto. Podemos acompanhá-lo fugindo da «paródia do *bulevard*», seguindo a rua

plana, para norte, até aos restaurantes de Ponta Pescada, ou para sul até ao Jardim de Ensaio junto do qual existiam umas barracas, dando para a praia, onde se dançava, comia e tomava chá. Num dos montes do extremo norte de Argel, quase a pique sobre o mar, sem casario, ergue-se uma igreja dedicada à Virgem negra, Nossa Senhora de África, cuja mística conjugada com o desconforto do inverno o perturbou num dia de raro desespero <sup>17</sup>.

Em Outubro de 1928 foi a Bône onde resumava uma «intensa febre de libertinagem e de lascívia» (Gomes 1937: 223). Movido pela sua familiaridade com as *Confissões* de Santo Agostinho, foi a Hiponeia, a pouco mais de meia légua, onde, afinal, nada concorria para realçar ou evocar «o primeiro entre os doutores da Igreja». O ateísmo de Teixeira Gomes não o impedia de se deixar contaminar pela espiritualidade e a estesia das igrejas, atribuindo até um carácter místico à Natureza envolvente. Aliás, os temas da fé/ razão, religião/ ciência são recorrentes nas suas cartas (Gomes 1960: 36-43).

Na carta que escreveu a João de Barros, a 1 de Agosto de 1926 e que intitulou “A liberdade reconquistada”, comentou as mudanças operadas com a colonização francesa no Norte de África (Gomes 1930: 140-141). O desenvolvimento evidenciava-se na limpeza das cidades, na arborização dos parques, na investigação arqueológica e musealização, respeitando as medinas e os *Casbah*, as mesquitas e os palácios. Embora não tenha feito qualquer crítica política aos ocupantes, ao contrário, admirou o progresso que aí promoveram e o contraste entre os europeus da «civilização colonial do Norte de África» e os árabes: «Assim, dão maior relevo à calma dignidade com que estes se movem, envoltos nas pregas dos seus mantos de lã branca, e aumentam a graça e o atractivo de tudo quanto é indígena» (Gomes 1957: 152). Na verdade, a Argélia e a Tunísia ofereciam ao viajante europeu um relativo conforto e a possibilidade de encantamento com o exotismo local que importava preservar como marca identitária.

17 Carta a Câmara Reis, Versalhes, 15.9.1930. In *Miscelânea* (1937: 309-327).

## Tunísia

Na Tunísia demorou-se cinco semanas – um «alfobre de ruínas» que as picaretas devassavam quase sempre anarquicamente, à excepção de Dougga, Sbeitla e El Djem (Gomes 1937: 73-74 As obras de arte sofreram um destino trágico, tendo sido literalmente «britadas»). Desta apreciação negativa, sob o ponto de vista do património arqueológico, exceptuava o museu de Tunes, pelo valor da colecção de esculturas gregas e de arte indígena, e, sobretudo, pela esplêndida localização no palácio beilical – o mais belo palácio de toda a África Francesa e o museu instalado na grande mesquita de Kairuan: «E a mesquita é um assombro de graça e majestade, excedendo no concerto, a meu ver, e muito, a algo agitada inspiração que presidiu ao risco da mesquita de Córdoba» (Gomes 1937: 77). A sua excursão terminou em Sfax muito mais limpa que há trinta anos e onde encontrou um hotel paradisíaco – o Hotel das Oliveiras (Gomes 1930: 142).

Ao seu amigo Columbano escreveu que Tunes era indubitavelmente uma das mais ricas, se não a mais rica e pitoresca cidade muçulmana do Norte de África. Embora a Tunísia, que ele visitara trinta anos atrás, fosse agora, em 1927, já «vulgarizada» pelos roteiros turísticos era aqui que as evocações do Algarve e da sua infância se intensificavam. Esta «afinidade congénita» era tão poderosa que, velho como se sentia, Teixeira Gomes não



Figura 6 – Tunes, Avenue de France. Coleção da autora

duvidava de que «se tivesse de mudar de nacionalidade era entre sarracenos que de preferência a buscaria» (Gomes 1957: 101-102). Na verdade, foi entre os «sarracenos» que encontrou o anonimato que buscou ao abandonar em definitivo o seu país.

A sua paixão pela «maravilhosa universalidade da linguagem musical» (Gomes 1960: 155) revela-se nas inúmeras referências aos concertos que assistiu em todas as capitais que visitou, até em Argel onde assistiu a um concerto por um pianista andaluz que «desfez toda a *Passionata* em boleros e malagenhas» (Gomes 1937: 313).

A música árabe foi o pretexto para uma carta a Câmara Reis que constituiu um interessante ensaio sobre a história da música e as diferentes sonoridades como marca cultural. Para Teixeira Gomes, a música árabe, de intensa melancolia, era inconfundível tendo resistido a todas as tentativas de europeização, mesmo às investidas ditatoriais de Mustafá Kemal. Por desconhecer o contraponto, a modulação e a polifonia, constituía uma for-



Figura 7— Músicos árabes, 1907. Coleção particular da autora

ma notável de resistência à opressão e uma afirmação de uma fortíssima identidade cultural (Gomes 1937: 310-322):

A música, então, seria o derradeiro refúgio a que o árabe se acolhe, para escapar à fúria civilizadora dos conquistadores... e às violências dos seus cor-religionários. É ver o mocinho esfarrapado, esfaimado, fugindo à horda dos seus perseguidores, e logo que se julga são e salvo, sem mesmo enxugar as lágrimas, tira dos andrajos o rústico pífano de cana, ensaia as poucas notas que conhece e, repetindo-as num tom de melancolia sem par, ali fica horas infinitas, esquecendo a miséria, a fome, e os mais tormentos físicos e morais.

O cenário em que se movia nos últimos três meses em Tunes relatou-o a Columbano, não como se fizesse um poema ou um guia, mas como se se tratasse de uma conversa entre ambos. Nos arredores, no meio de jardins frondosos de traça italiana, encontrava-se o Bardo, o mais importante palácio beilical e um do melhores exemplos da arquitectura e decoração indígenas. O Bardo albergava um museu que reunia uma grande colecção de arte romana e de artesanato tunisino. A pé, do Bardo, seguindo a estrada acedia-se à cidade velha pelo seu ponto mais elevado, a Casbah donde se avistava toda a topografia urbana e os arredores. Perto, a mesquita principal com grandiosos terraços e cúpulas, «cosidos na alvura do gesso» cuja centralidade evidente determinou a expansão da cidade, «derramada pelo suave declive onde assenta, branca, toda caiada em cubos desiguais, mas que parecem ligados, mal aparecendo, aqui ou ali, o sulco de uma rua sinuosa» (Gomes 1957: 96-97). Minaretes multicores, cúpulas de telhas verdes de marabus e de túmulos dos beis, sobressaiam dessa alvura. A cidade antiga estava rodeada de arruinadas fortificações e de novos *bulevares* onde circulavam eléctricos.

A cidade nova, rasgada por avenidas e ruas largas e rectilíneas, estendia-se até às margens de um grande lago onde se aglomeravam veleiros e transatlânticos. Tunes ligava-se à Goleta, pequena povoação assente na língua de areia que separa o lago do mar, por um pequeno comboio que corre «como um bicho de conta» Para leste forma-se um cerro onde se encontra Cartago e, subindo um pouco mais, Sidi-Bou-Said. Ao fundo, a Península de Cabo Bom, serras de recorte negro e «um extensíssimo outeiro, que terá cem metros na sua maior altura, cerrado em vegetação, dá a miragem de um éden, que realmente é, de verdura luxuriante e imarcescível: o Parque



de Belvedere». Sidi Bou Said, vila tipicamente árabe, acolhia, no estio, a população rica e remediada da cidade e aqui as pessoas eram elegantes, cortesãs, gentilíssimas (Gomes 1957: 97 - 100).

Em Tunes a memória do Algarve era tão intensa que, na carta ao seu amigo João de Barros, Teixeira Gomes não resistiu a evocar doces e sensuais recordações como a sua iniciação no amor aos 12 anos de idade na terra da sua avó (Gomes 1930: 161). Sidi Bou Said lembrava-lhe Ferragudo... E neste processo rememorativo lançou-se numa fantástica identificação do trecho compreendido entre Ponta do Altar e a Ponta da Piedade com a paisagem marítima grega.

O povo, esse, vivia na medina (Gomes 1937: 236):

Em Tunes, o grande centro da concorrência indígena, a praça de Halfaína constitui uma das principais atrações do turismo, em tempos ordinários. Com o Ramadão, ele torna-se talvez único em todo o mundo muçulmano, graças à variedade de diversões que lá se encontram, e a enormíssima e alegre multidão que se acotovela na rua, e peja os inúmeros e vastos cafés.

Percorreu a cidade, ao acaso, «embasbacado por tudo, como criança que uma fada levasse pela mão, sem nunca lhe dizer a que destino ia». Ele, que partira de Lisboa sem um único livro, gostava de dormir a sesta na biblioteca de Tunes, instalada num antigo e vasto palácio árabe, no coração do bairro dos bazares, junto à mesquita principal e cercado de lojas pitorescas: «Eu ando bastante livresco desde que me pus a dormir as sestas na biblioteca de Tunes. (...). Procurei sítio adequado, de costas para a luz; comprei uns grandes óculos, e sobre um formidável e ilegível calhamaço, durmo sestas regaladas» (Gomes 1937: 267-268).

Os seus passeios e a sua paixão pela «moirama» não o limitavam às cidades e arredores. Sempre em busca do genuíno e do pitoresco, resolveu passar quinze dias com uma tribo de beduínos no deserto. Regressou a Tunes montado num camelo integrado numa caravana (Lopes 1942: 220). Falava árabe e gostava de conversar com os velhos sábios, de deambular, sem rumo, pelo labirinto das suas ruas, em noites de luar, entre sombras que deslisavam rente às paredes, sentindo que os sonhos ali se tornavam realidade...



22 TUNIS. — Arabes au Café. — LL.

Figura 8 – Tunes, árabes no café. Coleção da autora.

No Magrebe o calor era excessivo no Verão e, por vezes, no Inverno as montanhas cobriam-se de neve. Percebemos que a escolha dos lugares onde se detinha mais tempo obedecia a um ideal de beleza cujos contornos eram definidos pelo imaginário configurado no espaço emocional da sua infância, na paisagem grega da costa da sua terra natal e no seu universo sensorial. A carta que escreveu de Tunes, em Março de 1929, ao pintor Sousa Lopes são reveladoras de uma recriação de um espaço rememorativo (Gomes 1957: 118-120):

Mas que festas de luz, em toda esta Tunísia da beira-mar, quando o sol perde o fogo africano, e resplende em gamas de atmosfera lacustre! Durante tardes a fio, do alto do “Belvedere”, as povoações que enchem a linha da costa fronteira, doiradas pelo sol poente, tomavam o brilho, igual e cristalino, que teriam se fossem vistas pela transparência de um límpido topázio. (...) Este rigoroso Inverno tudo tornou serôdio: só agora as amendoeiras principiam a florescer. Elas pouco abundam em redor de Tunes, e por isso mesmo a sua aparência de milagre mais as encarece. Não é como no Algarve, onde as veredas, pelos campos, se atapetam de pétalas, que chovem constantemente das árvores enramalhadas, à semelhança dos quadros mágicos nas cenas de teatro. Ontem vi uma dessas benditas, e tão bela que, não sendo eu muito atreito a saudades, mas despertou, de propriedades minhas onde abundam.

O seu espírito cosmopolita não enfraqueceu com a idade. Já com setenta e um anos, em Junho de 1931, num postal ilustrado enviado de Ruão a Câmara Reis, Teixeira Gomes manifestou o seu desejo de dar a volta o mundo, arrependendo-se de não o ter feito antes. Não sabia que estava no norte da França pela última vez e que a viagem de regresso a Argel seria a última travessia. Nem sequer iria a Bagdad porque o médico o desaconselhou de viajar de avião: “Quero apenas praticar o último «acto de presença» (que para mim tenha alguma significação) antes de largar este pequeno planeta, onde vivi uma vida tão longa e bem falada”<sup>18</sup> (Rodrigues 1982: 401-402).

### **Regresso definitivo à Argélia**

Não era sua intenção «enfeitar a memória com novos sítios», a sua já era tão rica que bastava fechar os olhos para reviver tudo de novo, mas o seu coração doente exigia-lhe uma vida mais repousada. Não se concretizou, pois, esse desejo. Em setembro regressou a Argel, vindo de Ruão no vapor Ange Schiaffino e, amanhecendo no cabo de S. Vicente, junto ao promontório, reviu toda a baía de Lagos e o casario caiado da cidade (Gomes 1935: 205-206). O dia estava deslumbrante o que lhe permitiu ver pela última vez a costa do Algarve. Que sobressalto para o seu frágil coração pressentindo a presença das suas filhas, ali tão perto!

Fechou o circuito que começara no Norte de África (1925), dera a volta a Itália e regressara o ponto de partida (1926). Ausentara-se apenas quatro vezes, para passar o Verão na Europa: fora a Itália logo no começo da Primavera de 1926, a Paris no Verão de 1927, a Versalhes em 1930 e a Ruão em 1931. Na Tunísia passou o inverno e a Primavera do ano seguinte. Passou a maior parte do tempo em Argel e em Tunes excursionando pelas cidades vizinhas.

De Argel foi para Bougie (atual Béjaia) em 5 de Setembro de 1931. Um ataque cardíaco, em maio do ano seguinte, reteve-o nesta cidade argelina e nunca mais deixou a Cabília. Sedentário à força, imposição do seu corpo já debilitado, apegou-se ainda mais à escrita. Intensificou a sua actividade

18 Rodrigues, Urbano Tavares (1982). *Manuel Teixeira Gomes: o discurso do desejo*. Lisboa: Edições 70, 401-402.

literária. Sempre em diálogo com os seus amigos de Portugal, sobretudo os seareiros, reeditou várias das suas obras e publicou seis livros: *Cartas a Columbano* (1932), *Novelas eróticas* (1935), *Regressos* (1935), *Miscelânea* (1937), *Maria Adelaide* (1938) e *Carnaval Literário* (1939). Não desistiu de viver e, de longe, ia gerindo o seu património distribuindo o seu espólio por entidades públicas que o pudessem preservar. Renunciou, pela segunda vez, às viagens que lhe davam uma «espécie de finalidade». Doravante, consumiria, «à semelhança de certos animais que hibernam, a própria enxúndia» (Gomes 1937: 148) feita de múltiplas leituras e memórias.

No quarto nº 13 (tal como Proust, tinha predilecção por este número) no 2º andar do Hotel de l'Étoile, virado para o mar, na praça Gueydon, com os montes da Cabília ao fundo, viveu dez anos acarinhado por Mme e M. Berg, donos do hotel. Nos primeiros anos tomava as refeições na sala de jantar, mas a familiaridade com o casal Berg valeu-lhe um lugar à mesa de família. Sentava-se, então, numa *fauteuil* junto ao rádio. Já doente, optou por tomar as refeições no quarto. A sua casa era o seu quarto. Móvel simples, lareira sempre acesa



Figura 9 – Hotel de l'Étoile, antiga Place Gueydon, Béjaia. Fotos da autora (2010).

no Inverno, livros, revistas, jornais e envelopes com cartas, artigos, índices de correspondência, *aide-mémoires*, dois armários cheios de recordações, na arrecadação, duas malas agora repletas de papéis, evocavam deambulações antigas.

Quando Norberto Lopes visitou Teixeira Gomes, em Bougie em 1939, ficou surpreendido por este não ter casa própria. Escolhera o Hotel de l'Étoile, na praça principal, em frente ao Banco da Argélia, com vista para o Mediterrâneo e os montes da Cabília, e foi lá que morreu dez anos depois.

Quando aí se instalou já com setenta e um anos de idade, a memória do mar azul atlântico refrescava-lhe a alma (Lopes 1942: 281):

... o encanto do mar, só por si, é para mim cada vez mais intenso e já não concebo possibilidade de viver longe dele. Isso contribui imenso para que eu me vá deixando ficar em Bougie, espécie de Sintra à beira de água, porém muito mais acidentada e rica em passeios aprazíveis e perspectivas raras. Então o panorama que se disfruta da janela do meu quarto é estupendo e não recorro qualquer outro que o supere. A minha janela também deita sobre o único largo que existe na cidade, o qual forma terraço todo aberto do lado do mar e é muito concorrido da gente fina da terra e da forasteira, especialmente do sexo feminino. (...) Mas Bougie é uma terra de eleição e nada se me dava de poder passar aqui o tempo que me resta... para festejar o meu centenário.

Um ano depois, escreveu ao seu amigo francês Phileas Lebesgue lamentando o rigor do Inverno que atingiu a Argélia. Não perdera, contudo, a capacidade de se deslumbrar. Estávamos em Abril e nevava ainda. As montanhas da Cabília que se viam da janela do seu quarto estavam tão brancas quanto os Alpes: «Mas que espetáculo prodigioso, fêérico que é, todos os dias, o nascer do sol sobre estas montanhas! Deleito-me, com claridade ou neblina, desta janela cujo encanto contribui muito para me prender aqui... e à vida»<sup>19</sup>.

A sua sociabilidade era restrita, confessou a Norberto Lopes, no terraço

19 Tradução da autora. Cf. citação original em francês: «Mais quel spectacle prodigieux, fêérique, et de tous les jours, qui est le lever du soleil sur ces montagnes! J'en jouis, qu'il fasse clair ou brouillé, de cette fenêtre dont le charme fait beaucoup pour me retenir ici... et à la vie». In Massa, Jean Michel (1976). «Teixeira Gomes, correspondant de Phileas Lebesgue». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. X. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 589-599.

do seu quarto. A farmácia, a pastelaria *À la corbeille fleurie*, o *Hotel des postes* foram, no fim da vida, os locais que frequentava (Lopes 1942: 242):

Devo dizer-lhe que faço uma vida social muito apagada. Nunca me relacionei aqui com pessoa alguma, fora daquele reduzido número com quem sou obrigado a tratar. Dou-me apenas com o médico, a farmacêutica, os empregados do correio, o pasteleiro e a mulher do quiosque que me vende os jornais.

Era, contudo, figura respeitada em Bougie. Todos lhe tiravam o chapéu, respeitosamente, tanto «o cocheiro da praça como o burguês endomingado». No hotel era visitado, de vez em quando, pelo secretário do Banco da Argélia para tratar de assuntos relacionados com a sua conta corrente. Recebia, às vezes, o Sr. Oussedick, marido da farmacêutica, que ficava demoradamente a conversar com ele sobre a Guerra que mantinha os argelinos em sobressalto.

Nos correios era cliente assíduo, e era a passo estugado que, todos os dias, subia a rua de Trézel para abrir, com impaciência, o cacifo da Posta restante em busca de notícias de Portugal, sob a forma de carta ou de recortes de jornais.

Recusou regressar a Portimão como também dissuadiu os amigos de o visitarem no exílio, como se a solidão fosse uma conquista sua, privilégio de poucos, dizia. A escrita continuava a ser o traço de união que o ligava ao mundo (Lopes 1942: 240):

Faço uma vida muito especial e muito simples. E tenho uma alimentação muito sóbria. Se não fosse isso, já não vivia. Levanto-me às 4 horas da manhã. Preparo eu mesmo, no quarto, o meu almoço. São as melhores horas do dia, aquelas em que ainda posso fazer alguma coisa: ler, escrever. Ao meio dia janto. Às duas e meia saio para ir ao correio. Às 4 tomo um chá de tília – e em seguida recolho-me. Creio que é, em parte, devido a este regime alimentar que me vou aguentando.

E acrescenta: \_ Além disso, tenho as cartas, os artigos, os livros... é isto que me prende à vida.

A esta descrição do seu modesto quotidiano, Norberto Lopes acrescentou que «até à última não quis separar-se da companhia amável do seu charuto, que fumava sempre depois das refeições. E dum copito de licor de tangerina



Figura 10 – Manuel Teixeira Gomes na varanda do seu quarto no hotel de L'Étoile, 1933

a que dava grande apreço» (Lopes 1942: 295). Nos últimos dias de vida, já muito doente e quase cego, apenas assistido com muito carinho pelo casal Berg e por Amokrane (o guarda da noite do hotel a quem chamava Marabú), tomava os remédios que o dr. Battesti lhe prescrevia.

Aos oitenta e um anos de idade, pouco passava das 5 da manhã de Sábado de 18 de Outubro de 1941 quando Manuel Teixeira Gomes finalizou a sua aventura como viajante anónimo, escritor de paisagens, auto-ficcionista, homem em constante deslumbramento com a vida cujos contornos se foram diluindo na sua cegueira e acentuando na suas memórias. Não receava a morte, olhava-a sempre de frente. Dizia que pertencia à categoria daqueles que adorando a vida, se acostumam, desde novos, a encarar e a aceitar a inevitabilidade da morte, sobretudo se vem na idade própria, sem relutância nem revolta (Lopes 1942: 280). Apenas receava o sofrimento e a cegueira: «Mas não evito, nem isso era possível, os flagelos da idade que cada vez mais me atormentam, excedendo a todos, pelos seus efeitos morais, a falta de vista. Agora a minha “fagueira esperança” consiste em morrer antes de cegar completamente» (Massa 1976: 604).

Um pequeno cortejo fúnebre acompanhou-o ao cemitério florido de Bougie, «alcandorado a meio da encosta, entre árvores frondosas e tufos alegres de verdura» (Lopes 1942: 267). O seu regresso a Portimão, a bordo do contratorpedeiro Dão fez-se tardiamente, a 18 de Dezembro de 1950. Um grupo de democratas honrou a memória deste homem que, de longe, desafiava a ditadura com a sua escrita liberta do obscurantismo inquisitorial que dominava o seu país.

A cultura portuguesa deve ao mais singular dos viajantes portugueses do final do século XIX e primeira metade do XX, o reconhecimento da coerência ética, enquanto político, e do legado literário, enquanto escritor. «Excepcionalmente precoce na visão do amor e da política», segundo o próprio, Manuel Teixeira Gomes preservou sempre a independência das suas convicções e da sua acção cívica. Optou por viver no mundo árabe os últimos dez anos da sua vida, numa atmosfera que lhe era familiar desde a infância no Algarve, através dos livros e do imaginário popular. Ateu impenitente, deslumbrava-se pela arte religiosa, quer fosse islâmica quer fosse cristã. Era a arte acima de todas as crenças, divergências e conflitos que lhe importava. O seu culto pagão à Natureza e à beleza não



era compatível com o ruído causado pela discórdia. A sua sensualidade não distinguia raças nem culturas. A beleza do corpo era imune à pobreza, à riqueza, à raça. Conheceram povos muito diferentes, aprenderam a reconhecer-lhes a idiosincrasia. A diversidade cultural encantava-o e pela vertigem cosmopolita da sua vida e da sua obra perpassa uma mensagem de diálogo inter-cultural que nos cabe adoptar como tributo à sua memória.

## Bibliografia

### OBRAS DE MANUEL TEIXEIRA GOMES CITADAS NO TEXTO:

- GOMES, Manuel Teixeira (1930). *Agosto azul*. 2ª ed. Lisboa: Seara Nova [1ª ed. 1904].  
\_\_\_\_\_ (1935). *Regressos*. 1ª ed. Lisboa: Seara Nova.  
\_\_\_\_\_ (1937). *Miscelânea*. 1ª ed. Lisboa: Portugália Editora.  
\_\_\_\_\_ (1957). *Cartas a Columbano*. 2ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1932]  
\_\_\_\_\_ (1958a). *Cartas sem moral nenhuma*. 4ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1903].  
\_\_\_\_\_ (1958b). *Gente singular*. 3ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1909].  
\_\_\_\_\_ (1958c). *Inventário de Junho*. 4ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1899].  
\_\_\_\_\_ (1960). *Carnaval literário*. 2ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1939]  
\_\_\_\_\_ (1961). *Novelas eróticas*. 2ª ed. Lisboa: Portugália Editora [1ª ed. 1935].

### OUTRAS OBRAS CITADAS:

- CHAVES, Castelo Branco (1934). *Estudos literários: Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: Seara Nova, Cadernos da Seara Nova.  
LOPES, Norberto (1942). *O exilado de Bougie: perfil de Teixeira Gomes*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.  
MASSA, Jean Michel (1976). «Teixeira Gomes, correspondant de Phileas Lebesgue». In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. X. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 591-606.  
RODRIGUES, Urbano Tavares (1982). *M. Teixeira-Gomes: o discurso do desejo*. Lisboa: Edições 70.  
RODRIGUES, Urbano Tavares, Vitor Wladimiro Ferreira (apresentação) (1999). *O Cristal da palavra: cartas inéditas de M. Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira*. Lisboa: Edições Colibri.  
VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (2010). «O deslumbramento do Sul e prazer da viagem». In *Manuel Teixeira Gomes: Ofício de viver*. Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.). Lisboa: Tinta da China Edições.

### OBRAS NÃO CITADAS:

- AMARAL, Fernando Pinto do (1991). «O amor e a beleza». In *Revista Ler*. Lisboa: Circulo de Leitores, 28-29.  
AZEVEDO, Manuela de (Org.). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.  
BUESCU, Helena Carvalhão (1991). «A experiência do mundo». In *Revista Ler*. Lisboa: Círculo de Leitores, 26-27.  
CHAVES, Castelo Branco (1977). «Carta inédita de M. Teixeira-Gomes para Afonso Lopes Vieira». In *Revista Colóquio/Letras*. Documentos, n.º 37. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 50-56.  
CHAVES, Castelo Branco, Luís Amaro (1973). «Cartas inéditas de M. Teixeira-Gomes a José Osório de Oliveira». In *Revista Colóquio/Letras*. N.º 14. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 40-41.  
FLAUBERT, Gustave (1925). *Voyage en Orient (1849-1851)*. Paris: Libraririe de France.  
GAUTIER, Théophile (1998). *Viaje a Espanha*. Jesús Cantera Ortiz de Urbina (Ed.). Madrid: Ediciones Cátedra. [1ª ed. 1845].  
GUIBERT, Armand (1980). «Tropismes mediterraneens dans l'ouvre de Manuel Teixeira-Gomes». In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. XV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 717-729.  
MOURÃO-FERREIRA, David (1985). «Teixeira-Gomes revisto e revalorizado por Urbano Tavares Rodrigues». *Colóquio/Letras*. N.º 86. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.  
MOURÃO-FERREIRA, David (1961). *Aspectos da obra de M. Teixeira Gomes*. Lisboa: Portugália Editora.  
POITOU, Eugène (2004). *Viaje por Andalucía*. Marie Christine del Castillo (Trad.). Editorial Renacimiento. [1ª ed. 1882].

- RODRIGUES, Urbano Tavares (1983). «Teixeira-Gomes e a cultura francesa». *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du colloque Paris, 11-16 octobre 1982*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel portugais, 479-487.
- SABINO, Amadeu Lopes (1991). «O exílio como obra de arte». In *Revista Ler*. Lisboa: Círculo de Leitores, 24-25.
- SORIANO NETO, Nieves (2009). *Viajeros románticos a Oriente: Delacroix, Flaubert y Nerval*. Murcia: Universidad de Murcia.

# Manuel Teixeira Gomes em Bejaia: o Magrebe e a Europa no dealbar do século XX

António Jorge Afonso

## Introdução

Entre os anos de 1931 e 1941 Manuel Teixeira Gomes elegeu como morada o Hotel de L' Étoile, quarto nº 13, em Bejaïa no extremo leste da colónia francesa do Magrebe Central, em plena Cabília. Afastada desde há muito dos faustos do corso e dos réditos da construção naval, vivendo a quietude de glórias passadas, a cidade em que o antigo presidente da república portuguesa já tinha estado por duas vezes, e onde no final do verão de 1931 de novo aportou com a intenção de ali permanecer apenas por curto espaço de tempo, vai servir-lhe de refúgio até ao final da vida. Conhece na pacatez do seu dia-a-dia o farmacêutico, o dono da pastelaria, a senhora do quiosque dos jornais, os proprietários do hotel e o pessoal que nele trabalha.<sup>1</sup> Sente-se em casa, acomoda-se. Diremos que desfruta em pleno da hospitalidade magrebina e da capacidade inclusiva do Islão.

Em 1942, Norberto Lopes, publicou em Lisboa uma obra resultante da viagem a Argel ao encontro de Manuel Teixeira Gomes, *O exilado de Bougie*<sup>2</sup>. A pedido do escritor e ex-presidente da república, o jornalista de Lisboa, que tinha tecido elogiosas críticas nas colunas do *Diário de Lisboa* às *Novelas Eróticas*, visita-o no ano de 1939. Tinha sido convidado pelo governo francês a integrar a comitiva do seu primeiro-ministro, Édouard Daladier, em visita de Estado à Argélia.<sup>3</sup> Foi um convite a que certamente não foram estranhos os encómios vertidos pela imprensa do Estado Novo à “missão civilizadora” da colonização francesa em terras do Magrebe.

Um outro autor, Urbano Rodrigues, também jornalista, além de dramaturgo e romancista, publicará igualmente no ano de 1942 *A França em Marrocos*<sup>4</sup> onde será evidente a admiração pela obra de “resgate” do poder

1 Ventura, Maria da Graça A. Mateus (2010). “O deslumbramento do Sul e o prazer da viagem”. In *Manuel Teixeira Gomes: ofício de viver*. Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.). Lisboa: Edições Tinta da China, 175-178.

2 Lopes, Norberto (1942). *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

3 Quaresma, José Alberto (2019). *Biografia, Manuel Teixeira Gomes: Boémio, Negociante, Melómano, Viajante, Escritor, Diplomata, Presidente da República*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 409.

4 Rodrigues, Urbano (1942). *A França em Marrocos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

francês no Magrebe, trazendo para o seio da “civilização” as ovelhas perdidas do Islão e do Judaísmo. Em *A França em Marrocos*, Rodrigues afirmava terem sido D. Sebastião e Lyautey, marechal de França, os maiores cavaleiros que pisaram terras marroquinas. O oficial francês era apontado como o homem necessário à construção do novo Marrocos e ao estabelecimento da paz, da ordem e do progresso neste país. O livro foi prefaciado pelo general Nogués<sup>5</sup>. O militar francês reconhecia no seu autor, que tinha seguido a obra de Salazar, as condições privilegiadas para compreender o sentido da ressurreição de que o marechal Pétain era em simultâneo animador e símbolo, o que legitimava todo um discurso desenvolvido ao longo de mais de cem páginas.

Já no ano de 1935, Urbano Rodrigues publicara *Passeio a Marrocos* onde prodigalizava rasgados elogios à colonização francesa, afirmando que uma ida ao Norte de África não era para um português um passeio qualquer, pois «visitar Marrocos é ir a um dos nossos lugares santos, ir afervorar o amor pátrio e retemperar a alma»<sup>6</sup>. E apontava como exemplo a acção dos franceses no Magrebe: protectores de Marrocos, que nos encorajam, mostrando conhecer o nosso presente melhor do que conheciam o nosso passado, mostrando-se a par do nosso esforço para nos bastarmos e nos erguermos, dizendo-se admiradores do nosso renascimento (Rodrigues 1935: 10-11).

O livro de Norberto Lopes excede em muito a ideia inicial do autor de «reunir numa “plaquete” as entrevistas que fez com Teixeira Gomes em Bougie» (Lopes 1942: 24). No capítulo IV «No exílio» respira-se a imagem de respeito e admiração pelo Islão que Teixeira Gomes, penetrado pelo espírito do seu tempo, tentou transmitir aos amigos mais íntimos e através destes aos seus contemporâneos. Ideia que transparece na carta publicada pelo jornalista no seu livro e na qual o ex-presidente da república expressa a vontade que sempre o assaltou de visitar as terras da moirama e que

se tivesse de mudar de nacionalidade, era entre os sarracenos que de preferência a buscaria. (...) Na minha idade, com o rosto engelhado, a barba

5 O general Charles Nogués pode ser considerado como o perfeito paradigma da continuidade da administração colonial francesa e da adaptabilidade de muitos dos seus mais altos cargos ao regime de Vichy: nomeado Residente Geral pela Frente Popular foi mantido no seu posto por Pétain que lhe perdoou as hesitações na véspera do armistício.

6 Rodrigues, Urbano (1935). *Passeio a Marrocos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 9.

encanecida, os movimentos entorpecidos, o traje europeu, que desenha rigorosamente o corpo por um figurino apolíneo, é soberanamente ridículo (Ibidem: 216-219).

A ocupação francesa de Bejaia teve lugar no ano de 1833 e enfrentou corajosa resistência em toda a região que se tornou num foco de permanente instabilidade para as forças coloniais. A estadia de Manuel Teixeira Gomes em Bejaia coincidiu com um período de tentativa de afirmação do êxito da “missão civilizadora” da república francesa no Magrebe. Nele se pode situar a comemoração do centenário do desembarque em Sidi Ferrouche que marca o início da colonização e também a renovação do pensamento autóctone, o crescimento do movimento associativo, a radicalização política e a reestruturação do movimento nacionalista<sup>7</sup>.

Mais que fazer uma incursão sobre a vida de Manuel Teixeira Gomes, muito especificamente nos derradeiros anos da sua vida passados em Bejaia, já abordados com detalhe por vários especialistas da sua obra, é objectivo deste breve estudo contextualizar do ponto de vista magrebino e europeu o tempo curto mas de extraordinária riqueza que este boémio, negociante, melómano, escritor, diplomata, presidente da república, com a vida pelo Mediterrâneo em pedaços repartida, viveu em terras da moirama.

Privilegiando as duas realidades políticas mais importantes do Magrebe pela sua inevitável interdependência – Argel e Marrocos – pretende este trabalho fazer uma breve incursão no período que na Argélia decorreu entre o início da ocupação francesa e o despertar do nacionalismo e também uma curta digressão pela História de Marrocos, abrangendo o fim do reinado do alauita Mawlay Sulayman (1792-1822) e a consumação da plena ingerência europeia no Império Xarifino. Foi este arco temporal, em Argel e Marrocos, marcado por acontecimentos relevantes: conferência de Madrid em 1880; conferência de Algeciras em 1906; comemoração do centenário da ocupação francesa; disputa das potências europeias pela hegemonia magrebina, pelo controlo da sua preponderante posição estratégica, e, sobretudo, pelos seus despojos, conduzindo à afirmação dos nacionalismos magrebinos.

7 Aïssani, Djamil (2010). “Encontrei na África francesa mais desenvolvimento do que supunha: aspectos da vida cultural na Argélia nos anos 30”. In Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.). *Manuel Teixeira Gomes. Ofício de Viver*. Lisboa: Tinta da China, 231.

### **Argel: da ocupação francesa ao despertar do nacionalismo.**

A segunda metade do séc. XVIII assistiu na Regência de Argel à diminuição dos rendimentos provenientes da prática do corso cujo breve renascimento sob a égide do *raïs* Hamidou Ibn Ali não conseguiu contrariar. As catástrofes naturais – epidemias, secas, fomes – acentuaram este declínio. No entanto a tentativa de ressurgimento do corso argelino, a que a morte do seu *raïs* mais famoso no ano de 1815 em combate com uma força naval americana comandada por Stephen Decatur colocou fim, acabou por propiciar o reforço da imagem de Argel como ninho de piratas espalhando o caos no Mediterrâneo ocidental e em vastas zonas do Atlântico. Atacar a regência argelina, já submersa, tanto a nível interno como externo, num mundo de contradições políticas, significaria assim desalojar o ocupante otomano de uma zona de interesse geoestratégico relevante para as potências europeias hegemónicas e abalar um império ainda poderoso. Os franceses estavam prontos para levar a cabo o empreendimento; as outras potências que contavam no contexto europeu dispostas a dar a sua concórdia à ação da França<sup>8</sup>.

Já em Julho de 1830, o almirante Duperré, a bordo da fragata *Provence* ancorada na baía de Argel, informara o seu ministro da marinha e colónias sobre o número de navios encontrados pelas forças francesas de ocupação: uma velha fragata desarmada, uma velha corveta, quatro brigues de dez canhões e outras embarcações de menor importância<sup>9</sup>. Era uma descrição não muito abonatória da realidade da marinha de corso argelina que condicionara opções geopolíticas das principais potências europeias e que também punha em causa muitos dos pressupostos justificativos da estratégia francesa em relação a Argel.

Como explicar então o acontecido após 1830? Não certamente pelo confronto de dois mundos que se ignoravam ou desconheciam ou como o aprofundamento progressivo de um primeiro encontro. Qualquer destas possíveis leituras derivam de uma incorrecta interpretação histórica visando explicar as adversidades da colonização à luz de um primeiro contacto

8 Blais, Hélène (2014). “Pourquoi la France a-t-elle conquis l’Algérie”. In *Histoire de L’Algérie à la Période Coloniale*. Abderrahmane Bouchène et al (Dir.) Paris: Éditions La Découverte, 52-3.

9 Belhamissi, Moulay (1983). *Histoire de La Marine Algerienne (1516-1830)*. Alger: ENAL, 169.



entre duas realidades. É interpretação difícil de aceitar se encararmos o espaço mediterrânico como local de constante interacção entre as sociedades europeia e magrebina, nem sempre pacífica, por vezes atingindo dimensões de grande violência, mas impossível de ser ignorada.

O desembarque francês em Sidi Ferrouche foi um acontecimento marcante pelas violentas reacções que gerou, no curto e médio prazo, em todo o Magrebe e nas consequências que teve para todo o espaço geopolítico do Mediterrâneo ocidental. Todavia, também se inscreveu numa longa tradição de agressões territoriais levadas a cabo pelas potências europeias sobre territórios onde o Islão predominava. Estas últimas desencadeavam relações simétricas e equivalentes nas quais se podem incluir as acções do curso magrebino sobre as marinhas mercantes e de guerra das potências europeias<sup>10</sup>.

Entre os anos de 1830 e 1870 ao poder militar invasor foram colocados diversos problemas referentes à administração colonial que este tentou enfrentar de forma simples. Para ele existiam apenas “indígenas” e colonos, naturais e invasores, primitivos e “civilizados”<sup>11</sup>. Depois da queda da regência até ao ano de 1870, o exército colonial francês levou a cabo uma política de destruição dos quadros económicos e políticos tradicionais. A história da Argélia neste período é fundamentalmente a da insurreição das tribos e das sociedades urbanas na tentativa de conservar os seus activos fundiários e de resistência à expropriação das terras colectivas pelos agentes do poder colonial.

A questão da posse da terra revelou-se, assim, crucial para o processo de rejeição do colonizador. Antes da ocupação era ignorada a propriedade privada tal como a Europa a entendia e apenas reconhecida uma complicada hierarquia de direitos sobre a terra: os direitos do *Dey* e os direitos das tribos. Que as melhores e mais produtivas parcelas de terras tenham mudado de mãos, que o *fellah* apenas tenha ficado na posse, em média, de três hectares para a prática da agricultura de subsistência, pouco importou

10 Dakhlija, Jocelyne (2014). “1830, une rencontre?”. In *Histoire de L'Algérie à la Période Coloniale*, Bouchène, Abderrahmane et al (Dir.). Paris: Éditions La Découverte, 144. Sobre a interação entre as duas margens do ocidente mediterrânico, ver Dakhlija, Jocelyne (2008). *Lingua Franca. Histoire D'Une Langue Métisse en Méditerranée*. Arles: Actes du Sud; Dakhlija, Jocelyne et Bernard Vincent (2011) (Dir.). *Les musulmans dans l'histoire de l'Europe*. I. *Une intégration invisible*. Paris: Albin Michel.

11 Stora, Benjamin (1991). *Histoire de l'Algérie coloniale (1830-1954)*. Paris: La Découverte, 36.

ao colonizador francês. Tudo foi apresentado como obra do progresso importado da margem norte do Mediterrâneo.

Desde muito cedo que os generais franceses, embora detendo o poder efectivo, não coincidiram quanto à estratégia a adoptar e com frequência mudaram de opinião no decurso do processo argelino. As posições oscilaram entre a ocupação restrita e a apropriação plena.

Em França as críticas não tardaram a surgir quanto à forma como se estava a desenrolar a actuação das forças ocupantes. Alexis de Tocqueville na *Seconde Lettre sur l'Algérie* (1837) também analisou a condução do processo de colonização conduzido pelos militares e o poder político em Paris: «Mais, après le combat, nous ne tardâmes pas à voir qu'il ne suffit pas pour pouvoir gouverner une nation de l'avoir vaincue»<sup>12</sup>. Posição tomada na sequência dos créditos solicitados pela administração da colónia francesa do Magrebe Central para o prosseguimento da sua missão “civilizadora”.

No interior do país o exército ocupante confrontou-se com as confrarias religiosas que apelaram à guerra santa. Foi neste contexto que emergiu Abd El Kader cujo primeiro contacto significativo com as forças francesas teve lugar perto de Orão<sup>13</sup>. Na sequência de um conjunto de operações de grande violência, estas acabaram por submeter o emir argelino. A resistência generalizada que se prolongou até à sua rendição em 23 de Dezembro de 1847, marcou o futuro: a partir de 1845, o que se destruiu já não foi um Estado, mas sim uma sociedade<sup>14</sup>.

Com o exército do Segundo Império (1852-1870) a França optou por uma política de assimilação para a qual, na realidade, não possuía os meios. Os colonos sabiam bem o que queriam, mas não como o alcançar. A Argélia, que se pretendia assimilar, deveria transformar-se, de acordo com a ideologia do ocupante, no prolongamento da França na margem sul do Mediterrâneo e contaminar com o esperado êxito do seu processo civiliza-

12 Tocqueville, Alexis de (2003). *Seconde Lettre sur L'Algérie*. Paris: Éditions Mille et une nuits, 9.

13 Sobre o emir Abd El Kader, ver Bouyerdene, Ahmed (2008). *Abd El-Kader. L'harmonie des contraires*. Paris: Éditions du Seuil.

14 Laroui, Abdallah (1994). *Historia del Magrebe. Desde los Orígenes Hasta el Despertar Magrebí*. Madrid: MAPFRE, 289.

cional todo o Magrebe. Neste quadro, todos os direitos seriam concedidos aos colonos em prejuízo dos colonizados reduzidos por medidas opressivas a alvos da exploração da minoria ocupante. Todavia, a derrota francesa de 1870 perante a Prússia motivou uma interrupção na sua política de colonização só reiniciada com Jules Ferry.

Em 1830, os franceses queriam um novo Estado. Em 1847 não era seu objectivo arrasar a sociedade argelina. Em 1870 não sonhavam sequer destruir os laços que sustentavam e uniam a sociedade tradicional. Todavia, apesar da permanente manifestação destas intenções, tudo foi alcançado recorrendo às armas e às leis. Talvez se tivessem sido confrontados com uma economia dinâmica e fortalecida o recurso a estes meios fosse prescindível. É impressão que fica dos exemplos de Tunes e Marrocos (Laroui 1994: 293).

Entre 1880 e 1908 mais de meio milhão de hectares passaram da posse dos seus legítimos proprietários argelinos para a dos colonos. A população autóctone tinha perdido, em 1919, sete milhões e meio de hectares, que o Estado, os particulares e as grandes sociedades capitalistas disputaram e partilharam a seu belo prazer. As consequências para a maioria da população foram a ruína das suas defesas económicas mais primárias, deixando sobretudo o mundo rural nas mãos de usurários e dependente da viabilidade de créditos e empréstimos.

O choque da Primeira Grande Guerra foi particularmente sentido na Argélia. Ao recrutamento indígena juntou-se um número superior a cem mil argelinos na tentativa de colmatar a carência de mão-de-obra que tinha perecido nos campos de batalha europeus. Às diferenças constatadas nas trincheiras, os argelinos juntarão a descoberta da fábrica e nela a revelação das lutas reivindicativas da classe operária francesa bem como outra realidade bem diferente da vivenciada no seu país natal. A primeira grande vaga de emigração teve lugar entre 1920 e 1924 e não foi bem aceite pelos colonos que viram reduzir-se a sua base de recrutamento assente em baixos salários.

A segunda década do século XX assistiu à introdução de novos métodos de exploração agrícola. Mudou a estrutura da propriedade e também a sua principal cultura, agora a vinha em detrimento da exploração cerealífera. A opção vinícola empobreceu o pequeno colono e sobretudo o campesinato indígena. A Grande Depressão atingiu com violência o espaço argelino e esten-

deu o modo de produção capitalista da agricultura ao conjunto da sociedade. Protegido pelos poderes públicos, o grande colono latifundiário reforçou a sua posição e desenvolveu-se até 1940 com prejuízo de todo o tecido social muçulmano de que necessitava para alcançar os seus objetivos empresariais<sup>15</sup>.

Entre o início do século e 1954 a população argelina duplicou não conseguindo ser absorvida por uma indústria exígua o que resultou em elevados níveis de desemprego. As opções eram escassas: permanecer nas comunidades rurais e enfrentar a miséria; rumar aos centros urbanos tentando a integração; tomar o caminho da emigração em direção ao território francês.

Nunca os interesses da França no Mediterrâneo de influência muçulmana tinham sido tão importantes. Do Magrebe ao Machrek, as empresas francesas asseguravam a construção e exploração de infra-estruturas portuárias, estradas e caminhos-de-ferro; os bancos franceses controlavam as operações financeiras. A Argélia passou a ocupar o quarto lugar como parceiro comercial da França, com quem efectuava mais de 90% das suas trocas comerciais, atingindo os capitais franceses também mais de 90% da totalidade do capital ali investido.

A emigração, também uma forma de resistência, teve importância assinalável para o futuro da Argélia. O camponês proletarizou-se e a sua aprendizagem como assalariado processou-se nas fábricas francesas. Também nelas teve origem a descoberta e sistematização de formas de luta que o estimularam a aderir a organizações de trabalhadores como a CGTU<sup>16</sup> e mais tarde à «Étoile Nord-Africaine». A emigração argelina foi a mais antiga e organizada de todo o Magrebe.

No ano de 1930 comemorou-se o Centenário da ocupação francesa da Argélia celebrando-se a obra de colonização e civilização do qual um dos acontecimentos relevantes foi a manifestação em Sidi Ferrouche no dia 14 de Junho para celebrar a data do desembarque das forças francesas. Os numerosos eventos organizados pela administração colonial no âmbito da

15 Stora, Benjamin (1991). *Histoire de l'Algérie coloniale (1830-1954)*. Paris: La Découverte, 49.

16 CGTU – *Confédération générale du travail unitaire*, fundada na década de vinte do séc. XX, inicialmente de inspiração anarco-sindicalista, alinhando depois com a tendência comunista. Foi dissolvida em 1936 e integrou a CGT – *Confédération Générale du Travail* de pendor comunista.



Figura 1 –Bougie, 1906. Coleção de MGMV.

comemoração do Centenário não devem ser analisados ou interpretados no mesmo plano. Se alguns, segundo Jacques Berque, pela sua ingenuidade nos fazem sorrir, outros irão funcionar pela agressividade ideológica como alimento do nacionalismo argelino. Encontra-se entre estes últimos o monumento de Boufarik que o seu «mair» inaugurou à glória colono francês<sup>17</sup>. O colono, modelador da paisagem, agente de proletarização, contribuiu concretamente, ainda que de forma inconsciente, para as revoltas do futuro<sup>18</sup>. E foi de Boufarik que Gaston Doumergue partiu para inaugurar a coluna de Sidi Ferrouche à glória da França<sup>19</sup>.

Confrontados com a imagem idealizada de um poder europeu que lhes concedia paternalmente a sua civilização, os muçulmanos foram sobretudo atingidos pela vertente hagiográfica da comemoração. A reconstituição

17 Boufarik, comuna localizada na província de Blida, aproximadamente a cerca de 30 quilómetros de Argel.

18 Berque, Jacques (1962). *Le Maghreb entre deux guerres*. Paris: Éditions du Seuil, 245.

19 Gaston Doumergue, Presidente francês entre 1924 e 1931.

histórica do corpo expedicionário de 1830 revelou-se particularmente inoportuna e humilhante para a comunidade muçulmana. Muitos argelinos criticaram a frequente associação da vitória francesa com o espírito de um catolicismo de cruzada, deplorando também que à celebração do Centenário estivesse associado o Congresso Eucarístico de Cartago realizado no mesmo ano. Na realidade, o Vaticano, mais sensível aos contextos em que se movia do que muitos dos homens políticos do seu tempo, começou a demarcar-se da estratégia dos impérios coloniais. Lembrava agora aos missionários que eles deviam trabalhar não para alargar e consolidar um qualquer reino terrestre, mas sim o reino de Cristo<sup>20</sup>.

Nas antigas colónias do primeiro império francês do século XVI (Antilhas, Ilha da Reunião, etc.) a abolição da escravatura em 1848 reconheceu aos antigos escravos o estatuto de cidadãos com todos os direitos que lhe estavam associados. Foi todavia a partir das duas últimas décadas de Oitocentos, embora muita da imprensa republicana da época defendesse a política francesa para a Argélia, que alguns jornais de Paris publicaram artigos denunciando as discriminações coloniais e apelando à urgência de reformas. Em 23 de Julho de 1881 criou-se com este propósito a *Société française pour la protection des indigènes des colonies*. No entanto, foi a participação das tropas coloniais nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial que colocou a discussão da atribuição da cidadania francesa aos “indígenas” argelinos<sup>21</sup>. Na véspera deste primeiro conflito global a questão da cidadania foi levantada em Argel pelos *Jeunes Algériens* que agruparam, segundo o modelo do partido dos Jovens Turcos, um conjunto de organizações muito activas, entre elas o *Cercle Jeune Algérien* de Tlemcen e a *Toufikya* de Argel. Este partido reunia no seu seio opiniões heterogéneas que iam desde os assimilacionistas, reivindicando a cidadania francesa, até outros que se contentavam apenas em denunciar as injustiças coloniais, defendendo o alargamento dos direitos políticos sem exigir a naturalização.

Se o eclodir da Primeira Guerra Mundial adiou algumas reformas já anunciadas pelo poder em Paris, teve, por outro lado, dado o envolvimento pleno dos argelinos nos campos de batalha e no esforço de guerra, um efeito acelerador na mudança política e no despertar da corrente reformadora.

20 Frémaux, Jacques (1991). *La France et l'Islam depuis 1789*. Paris: PUF, 168-9.

21 Blévis, Laure (2014). “Quelle citoyenneté pour les Algériens?”. In Bouchène, Abderrahmane et al (Dir.). *Histoire de l'Algérie à la Période Coloniale*. Paris: Éditions La Découverte, 354.

Foi no contexto criado por esta corrente que a Lei *Jonnart* de 4 de Fevereiro de 1919, concedendo direitos eleitorais aos naturais da Argélia sem cidadania francesa, irá desencadear o investimento no novo cenário eleitoral dos *Jeunes Algériens* que criarão no ano de 1927 a *Fédération des Élus Musulmans Algériens*, suscitando imediata e violenta oposição dos colonos europeus. Mas as reivindicações políticas dos argelinos saltarão para a praça pública através das acções da *Association des oulémas d'Algérie*, fundada em Argel no ano de 1931, reagrupando um conjunto de teólogos reformistas agrupados à volta do *‘alim* Abdelhamid Ben Badis e pelo primeiro partido nacionalista, criado no seio da imigração argelina, a *Étoile Nord-Africaine*.

Todavia desde 1930, nascidos da expansão das ideias comunistas na Europa, já se faziam sentir os ventos da contestação ao processo de colonização. Os partidos políticos instalaram-se em Argel onde em Fevereiro de 1934 cerca de dez mil pessoas, metade composta por muçulmanos, se manifestaram contra o fascismo. A instauração em França do regime de Vichy não modificou a relação de forças na colónia francesa do Magrebe central, nem o equilíbrio cada vez mais precário resultante do compromisso colonial e da sua política, com excepção da nova componente anti-semita largamente aceite pelos colonos. A lei de 7 de Outubro de 1940, velha aspiração do anti-judaísmo francês, revogou o decreto Crémieux do ano de 1870 (Blévis 2014: 358)<sup>22</sup>.

Durante a luta contra o ocupante nazi travada em Junho de 1940 no território francês, a Argélia chegou a ser encarada como local de refúgio da administração central. Todavia um hipotético apoio da colónia não chegou sequer a ser considerado pelas autoridades locais. A jornada de luto celebrada em Argel a 25 de Junho de 1940 marcou em definitivo o apoio dos colonos ao governo do marechal Pétain. O dever de resistência ao inimigo estava, segundo a imprensa argelina, ligado ao poder colonial, subordinado ao de obediência ao “homem providencial”, tendo em conta que só ele estava na posse dos elementos que permitiam analisar a situação. O armistício possibilitava assim, de acordo com o poder colonial argelino, o enterro definitivo da Terceira República e a alteração do estatuto da Argélia: prou-

22 O Decreto Crémieux (1870) possibilitou aos cerca de trinta e cinco mil judeus argelinos o abandono do estatuto de *dihmimi* e a integração na cidadania francesa. Sobre esta matéria, ver Abitbol, Michel (2003). *Le passé d'une discorde. Juifs et Arabes depuis le VIIe siècle*. Paris: Éditions Perrin, 159-166.

gamento da metrópole, a Argélia declarava-se agora vocacionada a participar na “ordem nova” anunciada por Pétain<sup>23</sup>. A ligação da Argélia francesa ao regime de Vichy tornou ainda mais tensas as relações entre os colonos e a comunidade muçulmana interrompidas pelo desembarque aliado em 8 de Novembro de 1943. O retorno da colónia ao esforço de guerra alterou significativamente o seu contexto interno. A mobilização geral foi proclamada: 120.000 europeus e 130.000 muçulmanos foram chamados para a luta contra a Alemanha nazi. A Revolução Nacional conseguiu sobreviver na Argélia ainda durante alguns meses, sob a chefia do almirante Darlan e depois do general Giraud, até que este último em Março de 1943 rompeu oficialmente com Vichy.

O nacionalismo argelino ressurgiu agora abertamente radicalizado pela situação interna da colónia. Em Fevereiro de 1943 Ferhat Abbas publicou o *Manifeste du peuple algérien* renunciando de vez a uma assimilação que ainda reivindicava em 1941. A entrada na guerra de tropas recrutadas nas colónias tinha criado infundadas esperanças nos argelinos. A resposta de Paris foi violenta e brutal. As correntes favoráveis à luta armada passaram a ser preponderantes e desencadearam-na em 1 de Novembro de 1954. Após oito anos de guerra pela independência e um referendo levado a cabo em 1 de Julho de 1962, esta foi obtida e proclamada a 5 do mesmo mês, 132 anos depois do desembarque em Sidi Ferrouche.

### **Marrocos: da ingerência Europeia à independência.**

O conceito estratégico de Magrebe lançou raízes no pensamento político português e orientou a acção da sua diplomacia junto dos sultões alauitas no último quartel do século XVIII e durante todo século XIX. Quando em 5 de Setembro de 1769 o xarife de Marrocos escreveu ao rei D. José no sentido de transformar a trégua existente em definitivo Tratado de Paz, Navegação e Comércio, iniciou-se o processo de complementaridade estratégica que terminaria no acordo com a regência de Argel em 1813. Pelo meio ficaram outros com as regências de Tripoli (1799) e Tunes (1799) dados à estampa na Gazeta de Lisboa<sup>24</sup>.

23 Cantier, Jacques (2014). “Vichy et l’Algérie, 1940-1942”. In Abderrahmane Bouchène *et al* (Dir.). *Histoire de L’Algérie à la Période Coloniale*. Paris: Éditions La Découverte, 381.

24 O Tratado de Tréguas com a Regência de Tunes foi sucessivamente renovado até 1822.



Em 1774 o sultão alauita Muhammad Ben 'Abd Allah (1757-1790) assinou um Tratado com Portugal na linha da sua abertura ao exterior e da afirmação da dignidade califal face ao sultão otomano e ao conjunto da *Umma*. O descendente de Mawlay Ismail (1672-1727) estabeleceu também acordos com outras potências europeias e o novo poder que se perfilava no Atlântico Norte e que mudaria de forma definitiva a relação de forças no Mediterrâneo Ocidental, os Estados Unidos.

As rebeliões que tiveram lugar em Marrocos, logo após morte de Mawlay Yazid (1790-1792), nas quais o reino espanhol interveio através de agentes no terreno e do seu embaixador Juan Manuel González Salmon que de Cádiz tentava gerir os acontecimentos, fez dos principais portos ligados à exportação de trigo, locais estratégicos à volta dos quais se teceram intrincadas redes de interesses e onde a oposição a Mawlay Sulayman (1792-1822) tentou autonomizar-se.

Em 1830, após a intervenção francesa em Argel, a complementaridade da política externa portuguesa em relação ao Magrebe ruiu face à nova ordem internacional saída dos campos de batalha europeus e à política arquitectada nas chancelarias europeias para o espaço norte-africano. Portugal viu acentuar-se a sua condição periférica e a dependência dos complicados acertos estratégicos que tiveram lugar no Velho Continente. No entanto, para compreender a natureza e a dimensão das ações e reações entre o Império Xarifino e as potências ocidentais, convém analisar de entre estas últimas aquela em torno de qual girava a diplomacia marroquina<sup>25</sup>. A França era, sem qualquer dúvida, essa potência. À volta dela articularam-se todas as relações com as potências ocidentais, excepção apenas para um curto período em que Mawlay Sulayman tentou anular a pressão napoleónica com a aproximação à Grã-Bretanha.

O Magrebe assistiu entre 1844 e 1912 à consolidação da ocupação da Argélia, à instalação do protectorado francês na Tunísia e à derrocada da independência no Império Xarifino. Sob o ponto de vista histórico os anos entre 1844-1860, no Império Xarifino, são de rutura na continuidade política e uma ameaça para a sua soberania e integridade territorial. A partir

25 Berramdane, Abdelkhaleq (1987). *Le Maroc et L'Occident (1800-1974)*. Paris: Éditions Karthala, 12.

desta data, o processo de colonização dinamiza-se e define a sua estratégia de ingerência e consequente apropriação do espaço político marroquino.

O ano de 1844 colocou o reino de Marrocos perante uma nova realidade. França e Espanha fortaleceram a acção diplomática através de intervenções militares a Este e Sudoeste do Império Xarifino. Marrocos que apoiou a rebelião do nacionalista argelino Abd El Kader foi derrotado no ano de 1844 em Isly e compelido a assinar, em Maio de 1845, o tratado de Lalla Marnia. Pela imprecisão da fronteira com Argel, pelo reconhecimento do “direito de perseguição”, as disposições consignadas neste tratado alargaram a ingerência da França no território marroquino. A Espanha seguiu o procedimento francês e invocando o tratado de 28 de Maio de 1767 com Marrocos e os direitos de pesca que nele lhe foram atribuídos, bem como o acordo de 26 de Abril de 1860, instalou-se progressivamente em Ifni, Saquiete al Hamra e Oued Ed Dahab, informando duas décadas depois, em 1885, as potências do estabelecimento do seu protectorado num território compreendido entre o Cabo Bojador a Norte e o Cabo Branco a Sul. Marrocos, bloqueado a Sudeste pela França e Sudoeste pela Espanha, viu-lhe ser cortado o acesso aos seus territórios saharianos (Berramdane 1987: 12).

O acontecimento mais relevante de final de Oitocentos em relação ao Magrebe foi a Conferência de Madrid (1880) que marcou a internacionalização da questão marroquina. A conferência tinha como objectivo tranquilizar os poderes hegemónicos europeus e os Estados-Unidos sobre o destino de Marrocos e funcionou como ponto de partida do processo colonial que teria o seu auge na Conferência de Berlim (15 de Novembro de 1884 - 26 de Fevereiro de 1885). Durante esta Yalta colonial, as potências europeias partilharam a África em zonas de domínio e influência (Ibidem: 25).

O sucesso da diplomacia portuguesa em Madrid, largamente enaltecido pela imprensa de Lisboa, não se repetiu no ano de 1906 em Algeciras. Entre 1900 e 1905, Itália, França, Espanha e Grã-Bretanha entenderam-se sobre o futuro de Marrocos. O consenso materializou-se nos acordos franco-italiano de 14-16 de Dezembro de 1900, franco-britânico de 8 de Abril de 1904 e franco-espanhóis de 3 de Outubro de 1904 e 1 de Setembro de 1905. A quádrupla aliança concluiu-se nas costas do Império Xarifino, em benefício de Espanha e França, com o apoio da Rússia.

Todavia, um novo ator surgiu na questão marroquina, a Alemanha. Este país procurou que os seus interesses económicos em Marrocos não fossem postos em causa pela dominação francesa e espanhola naquele espaço geográfico de inquestionável importância geoestratégica. Perante a intransigência francesa em abrir negociações com a Alemanha, o Kaiser Guilherme II desembarcou em Tãnger no dia 31 de Março de 1905 onde proferiu um discurso pleno de ameaças e fez pairar a probabilidade de um conflito com a França. A Alemanha propôs então a realização de uma conferência internacional para resolver o diferendo entre as duas nações, sugestão de imediato acolhida pelo sultão 'Abd al-'Aziz (1894-1908) que descortinava assim um meio de escapar ao protectorado francês.

As intransigências francesa e alemã foram de alguma forma resolvidas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, inicialmente pouco inclinado a intervir no diferendo franco-alemão, que propôs às duas nações um memorando de conciliação pelo qual estas aceitavam discutir numa conferência, sem programa prévio, todas as questões relacionadas com o Império Xarifino. A Conferência de Algeciras que reuniu os treze signatários da Conferência de Madrid aos quais se juntaram a Rússia e os Estados Unidos da América, iniciou-se em 16 de Janeiro de 1906 e prolongou-se até 7 de Abril do mesmo ano. A delegação marroquina, composta por 61 elementos sob a condução do *na'ib* Mohammed Torres e o novo *Amin al-Umana* 'Abd al-Salam al-Moqri foi totalmente ignorada nesta convenção e coube aos EUA desbloquear os problemas levantados pelas potências europeias.

A ata final reconhecia formalmente a independência, soberania e integridade territorial marroquinas. Mas o conjunto de medidas adotadas invalidava a tese oficial. As potências presentes tinham chegado a resultados diferentes daqueles pretendidos por Marrocos e Alemanha. Não só a independência do Império dos Xarifes não tinha sido preservada como Espanha e França viram os seus interesses amplamente reconhecidos.

Uma segunda crise eclodirá em 1911 de novo com a intervenção da Alemanha. Perante a determinação desta última, a França acabará por assinar com ela, em 4 de Novembro de 1911, um acordo concedendo-lhe compensações coloniais no Congo e facilidades comerciais em Marrocos; em troca a Alemanha renunciava a qualquer intervenção no Império Alauita.

O poder francês via assim o caminho aberto para o protetorado (Berrandane 1987: 30).

Os sultões alauitas recorreram com êxito à diplomacia, se por êxito se entender a capacidade de protelar o inevitável. A luta que, apesar de todos os condicionalismos, Marrocos levou a cabo contra a ocupação estrangeira, com algum sucesso no caso de Espanha e Portugal, acabou por revelar-se simples construção ideológica cimentando uma autoridade débil. Em finais de Oitocentos, Argélia e Marrocos partilhavam as mesmas deficiências estruturais, pois não dispunham de um exército próprio e forte e economicamente dependiam do exterior. Estavam criadas as condições para a ocupação estrangeira que viriam a sofrer. A formação de um consenso europeu sobre a questão de Marrocos derrotou em definitivo a diplomacia marroquina e a sua estratégia de neutralidade baseada fundamentalmente na gestão das rivalidades entre as potências europeias<sup>26</sup>.

A imprensa de Lisboa destacou a importância da reunião de Algeciras, transmitindo uma forma de ler o Islão magrebino que irá marcar os primeiros anos do século XX. Dias antes do início da conferência tinha surgido nas páginas de *O Século*, com o título “Portugal e Marrocos”, um artigo sobre a actualidade política do Reino. Recorrendo-se à ambivalente imagem do Islão magrebino, fazia-se uso do neologismo “marroquinizar” para adjetivar o ambiente político. Criticava-se a tendência para nos “marroquinizar-mos”, para sermos “marroquinos” do ponto de vista administrativo, financeiro e no comportamento social. Ainda segundo *O Século*, a nossa situação era pior do que a dos “marroquinos”, pois aquilo que eles por atraso de civilização nunca tinham possuído, nós estávamos, por inércia e desleixo, deixando estragar<sup>27</sup>. Era uma ideia que espelhava a visão do Islão magrebino sob o domínio francês e que se transmitiu à delegação portuguesa em Algeciras<sup>28</sup>.

Em 19 de Janeiro de 1906, o *Jornal do Comércio*, juntamente com outros jornais de referência, iniciou a cobertura da conferência. Em 20 de Janeiro

26 Benjelloun, Thérèse (1991). *Visages de la Diplomatie Marocaine Depuis 1844*. Casablanca: Editions EDDIF, 137.

27 *O Século*, N° 8631, 8 de Janeiro de 1906.

28 Portugal esteve representado pelo Ministro Plenipotenciário da Legação de Madrid, Conde de Tovar e pelo Ministro Plenipotenciário da Legação Portuguesa em Tãnger, Conde de Martens Ferrão.

de 1906, o mesmo periódico publicava parte do discurso de abertura de pronunciado pelo duque de Almodôvar: «As potencias concordam igualmente em reconhecer que tão precioso fim só poderia alcançar-se mediante a introdução de reformas no Império, baseadas no tríplice principio da soberania do Sultão, da integridade dos seus estados e da igualdade isto é, a porta aberta»<sup>29</sup>. Este discurso não foi, todavia, bem aceite em Lisboa que vivia, no rescaldo do Ultimato, de glórias passadas. O *Jornal do Comércio* criticava, ainda no mesmo artigo, o não aproveitamento do prestígio de que ainda desfrutava em Marrocos o barão de Colaço, acompanhando as críticas que de forma mais ou menos explícita se faziam em Portugal à atuação da representação portuguesa. André Tardieu no Apêndice X “Liste des missions diplomatiques à la conférence d’Algéciras” à obra publicada sobre esta reunião referia a composição da missão portuguesa: «MM. Le comte de Tovar (presque toujours absent); le comte de Martens Ferrão; Navarro, attaché commercial»<sup>30</sup>.

A edição de 4 de Abril de 1906 do *Jornal do Comércio* voltava à Conferência de Algeciras num artigo intitulado “Figura de Portugal na conferência” e censurava o facto de o país não participar do “banquete” de Marrocos<sup>31</sup>. O colonialismo preparava-se para consumir o império dos xarifes. A imagem da aparente debilidade civilizacional do Islão magrebino vigente em Portugal da qual, segundo os pretensos entendidos em Lisboa, não se conseguira tirar proveito, alimentava, agudizando-o, o ressentimento nacional. Jorge Colaço, colaborador artístico de *O Século*, em Janeiro de 1904, já analisara a importância dos mares de Marrocos para a subsistência das pescas portuguesas e dos pescadores algarvios, salientando dever ser a questão marroquina acompanhada pela política externa do reino.

Numa das suas edições de Março de 1906, o *Diário de Notícias* publicou uma carta de José Daniel Colaço, 1º barão de Colaço e Macnamara, com grande repercussão em Lisboa. Nela Daniel Colaço congratulava-se com os resultados alcançados em Algeciras que abriam à exploração europeia os recursos marroquinos. Colaço tinha, contudo, uma preocupação: o diamante

29 *Jornal do Comércio*, N° 15606, 20 de Janeiro de 1906.

30 Tardieu, André (1908). *La Conférence D’Algéciras. Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine (15 Janvier-7 Avril 1906)*. Deuxième Édition. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 503.

31 *Jornal do Comércio*, N° 15665, 4 de Abril de 1906.

em bruto, Marrocos, deveria ser lapidado em benefício de todos os interessados. Defendendo a manutenção dos direitos portugueses em matéria de pescas, avisava também para as naturais resistências que não se deveriam estranhar num «paiz de tradicional e arreigado fanatismo alkorânico»<sup>32</sup>.

Duas décadas depois será o êxodo dos portugueses, muitos fugindo ao serviço militar, em navios de Olhão, rumo a Gibraltar, Casablanca, Tânger, engrossando a comunidade portuguesa em Marrocos<sup>33</sup>. Emigrantes forçados, arredados das grandes discussões teóricas do seu tempo num país que não lhes garantia a subsistência, procurarão o carácter inclusivo do Islão e a sua universalidade.

Mas o que restava da invocação das glórias passadas e do anacrónico apelo a uma maior participação portuguesa nas grandes decisões respeitantes ao Norte de África? Apenas as sobras do Regime, milhares de operários portugueses trabalhando nas obras de Casablanca, Rabat, Mequinez e entre os quais se encontravam muitos daqueles que na década de vinte teriam embarcado clandestinamente ao largo de Olhão. Restavam os «feiticeiros do martelo e da colher» (Outeiro 1926: 85-86) e Joaquim Costa, o homem de Mequinez, saído de Tomar, também com uma colher e um fio-de-prumo, então já multimilionário, tudo alcançado num processo de colonização que Urbano Rodrigues haveria mais tarde, na sua obra de 1942, de considerar exemplar; restavam sobretudo os esquecidos de Mazagão que o general Hunot encontrou a sul do Oued Noun perfeitamente integrados nas tribos que submeteu. Mais uma vez somos confrontados, agora já em pleno séc. XX, com as capacidades de atração e acolhimento do Islão magrebino às quais se juntavam as naturais características dos portugueses no relacionamento com outras culturas.

O período pós-Algeiras não vai ser menos problemático para o conjunto do território marroquino. A Conferência confirmou a importância dos Estados-Unidos no espaço do Império Alauita, sobretudo a relevância dos seus interesses económicos que se opunham aos da potência dominante em Marrocos, a França. Foi um conflito que se desenrolou durante mais de três décadas (1917-1947), condicionado pela situação vivida no campo inter-

32 *Diário de Notícias*, N° 14466, 6 de Março de 1906.

33 Outeiro, José Maria Claro (1926). *Apointamentos Sobre o Estado das Pescas na Área de Olhão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 12-3.

nacional, ao qual a Segunda Guerra Mundial pôs temporariamente termo.

A influência dos Estados Unidos teve início em 1911, sob presidência de Taft<sup>34</sup>. A nova administração americana enveredou por uma estratégia que visava desenvolver os seus interesses económicos no mundo, substituindo assim a pressão militar pelo apelo do dólar, resumida no novo conceito da política externa americana: “Dollars Diplomacy”<sup>35</sup>. Foi esta recente estratégia diplomática da nação americana que levou os Estados Unidos a recusar a adesão ao acordo franco-alemão de 4 de Novembro de 1911, precedendo o estabelecimento do protectorado francês em Marrocos. O tratado de protectorado de 30 de Março de 1912 não foi reconhecido, aliás como era previsível, pelo Departamento de Estado americano.

Será necessário esperar pelo eclodir da Primeira Guerra Mundial para que a atitude negativa dos Estados Unidos face ao protectorado francês seja abandonada. Foram apenas as necessidades de pendor geopolítico e geoestratégico que propiciaram a atitude mais complacente do poder americano com o seu aliado, reconhecendo a realidade do seu protectorado em Marrocos. Todavia, na óptica da política externa norte-americana, Marrocos continuava a ser um Estado soberano, chegando mesmo a ser posta a hipótese de convidar o reino magrebino a aderir ao Tratado de Paz de Versailles, proposta liminarmente recusada pela república francesa, pois a sua admissão equivaleria ao reconhecimento da independência do Império Xarifino.

A aprovação da Acta da Conferência de Algeiras por Mawlay ‘Abd al-‘Aziz suscitou grande indignação entre a população marroquina. Considerado indigno de usar o título de Príncipe dos Crentes, sobretudo após a sua condecoração pela república francesa com as insígnias da Legião de Honra, o sultão alauita acolheu-se à protecção do governo francês para manter o seu trono. Todavia, a eclosão de uma violenta revolta popular levaria os altos dignitários religiosos do império a pronunciar, em 3 Janeiro de 1908, a destituição de Mawlay ‘Abd al-‘Aziz e a sua substituição por Mawlay ‘Abd al-Hafidh (1908-1912)<sup>36</sup>.

34 William Howard Taft, 27º Presidente dos Estados Unidos entre 1909 e 1913.

35 Berramdane, Abdelkhaleq. *Le Maroc*, 34.

36 Abitbol, Michel (2009). *Histoire du Maroc*. Paris: Perrin, 399.

Pela primeira vez na história de Marrocos o acto de investidura do novo sultão (*bayà*) continha exigências difíceis de manter: a recuperação de Oudja e Casablanca; o respeito pela integridade territorial do reino; o fim da protecção consular; a rejeição da ingerência estrangeira; a abolição de alguns impostos e o respeito pelas instituições religiosas.

Reconhecido em 9 de Janeiro de 1909 pela França e outras potências europeias, depois da aceitação das condições de Algeciras, o novo sultão manterá os impostos que tinha acordado suspender e, contra o conselho dos *ulemas*, continuará a exploração do monopólio real do tabaco e do *kif*. A agitação interna, resultado da ingerência europeia, continuará e, em 24 de Março, Eugène Regnault chegará a Fez com um tratado de protetorado para apresentar ao sultão de Marrocos. Mawlay ‘Abd al-Hafidh tentou resistir, mas a 30 de Março cedeu e colocou a sua assinatura no documento que lhe foi apresentado pelo representante francês. Uma força militar de cinco mil soldados franceses mantinha-se a pouca distância do palácio real enquanto altas personalidades marroquinas se entregavam à pilhagem das riquezas do *makhzen*, tanto por sua conta como actuando em nome dos seus amigos muçulmanos, judeus ou europeus (Abitbol 2009: 407). Antes de deixar Fez e partir para Tânger, o último sultão de Marrocos independente destruiu os símbolos do poder alauita, marcando assim o repúdio do *diktat* com que foi confrontado: destruiu com as próprias mãos o pára-sol escarlate, símbolo da realza marroquina, que protegia a sua cabeça durante as cerimónias oficiais<sup>37</sup>.

A personalidade de Lyautey, dominará, assegurando a penetração francesa, a política marroquina entre 1912 e 1925 e a exploração por parte do colonizador, agora sob formas mais subtis, prosseguiu<sup>38</sup>.

Em 3 de Setembro de 1939 a França entrou em guerra contra a Alemanha. Mensagens de apoio chegaram às autoridades francesas em Marrocos

37 Sobre o significado do para-sol usado como símbolo do poder pelos sultões marroquinos, ver o importante artigo de Jocelyne Dakhlia. “Pouvoir du Parasol et Pouvoir Nu. Une Dépouillement Islamique.” In *Bulletin du Centre de Recherche du Château de Versailles*, <https://doi.org/10400/crvc.233>.

38 Balta, Paul (1990). *Le grand Maghreb: Des indépendances à l'an 2000*. Paris: La Découverte, 109.



provenientes de todo o Império. Sultão, altas personalidades, dirigentes nacionalistas, chefes religiosos, comerciantes muçulmanos e judeus, declararam o seu total apoio à luta da França contra a ameaça alemã, enquanto, como em 1914, milhares de soldados marroquinos rumavam aos campos de batalha na velha Europa que lhes cerceava a independência. Como em Argel a desilusão chegará com o não reconhecimento do seu esforço pelo poder colonial.

A resistência foi feroz; o surgimento de uma pequena burguesia citadina oriunda dos negócios deu origem a um novo estilo de oposição semelhante ao praticado na Europa. Marrocos entrou assim num ciclo de resistência-repressão que só terminou com a independência em Março de 1956.

Na segunda metade do século XX, o Magrebe tinha acedido no seu conjunto à independência. A sua afirmação na cena internacional iria ser um outro processo que se desenrolaria a diferentes velocidades, ao sabor das várias conjunturas internas e externas das realidades políticas magrebinas e dos poderes que as envolviam.

## Conclusão

A estadia de Manuel Teixeira Gomes em Bejaia entre os anos de 1931 e 1941 foi marcada por importantes mudanças geopolíticas e geoestratégicas em todo o Mediterrâneo Ocidental. Os contemporâneos que com ele partilharam a agitada vivência de uma Europa que mal refeita da carnificina da Primeira Guerra Mundial se preparava para mergulhar num segundo grande conflito, defendem, com maior ou menor veemência, a missão civilizadora da França em terras do Magrebe e sua aberta ingerência na política interna de duas das suas mais importantes realidades políticas, a Argélia e o Império Alauita. Encontram-se entre estes Norberto Lopes e Urbano Rodrigues.

A imagem que marcou toda a sociedade portuguesa no século XIX e primeira metade do XX, caracterizou-se por dois aspectos: a não inclusão na sua definição das marcas identificadoras da influência islâmica e a permanente ambiguidade que oscilou entre a condescendência civilizacional e o pragmatismo da política externa. A redução de Portugal à sua dimensão periférica não o impediu de tentar fundamentar procedimentos e opções de política externa, todavia persistindo em relação ao Magrebe a sua inata capacidade de relacionamento com outras realidades culturais.

Norberto Lopes convidado pelo primeiro-ministro de França, Édouard Daladier a acompanhá-lo numa deslocação à Argélia, convite a que não foi com toda a certeza estranho o apoio que em Portugal se fazia sentir à ingerência francesa em todo o Magrebe e o sonho de vir a participar nos despojos da ocupação, visitou no ano de 1939 Manuel Teixeira Gomes, a pedido deste, no seu isolamento de Bejaia. Dele traçou o jornalista e escritor português uma imagem plena de admiração, já antes expressa na crítica elogiosa que fizera nas páginas do *Diário de Lisboa* às *Novelas Eróticas* e que não se coibirá de repetir no livro que publicou em 1942 onde reuniu sob o título *O Exilado de Bougie* as entrevistas que ali fez ao ex-presidente da república.

No Capítulo IV «O Exílio», Norberto Lopes dá-nos a imagem de um ancião pleno de admiração pela cultura islâmica e muito particularmente pelas características civilizacionais do Islão magrebino. Tudo isto é bem evidente numa carta, transcrita pelo jornalista de Lisboa, que Teixeira Gomes escreve a Columbano.

A missiva transmite os conhecimentos e sensualidade da poesia árabe que o seu autor já encontrara nas lendas de mouras encantadas narradas aos meninos no seu Algarve natal, a que se juntariam mais tarde os périplos mediterrânicos e a capacidade inclusiva do Islão magrebino que descortina até na indumentária capaz de imprimir à figura de um ancião um aspecto de nobre gravidade, respeito e veneração.

Todavia, Manuel Teixeira Gomes foi um homem do seu tempo e a confissão que faz de ter encontrado em África mais desenvolvimento do que supunha, transforma-o num admirador, ainda que talvez discreto e não esquecendo o sofrimento indígena, da missão “civilizadora” francesa em terras magrebinas. Era aliás uma ideia consentânea com o escrito e publicado em Portugal e que pode também ser encontrada nas obras de Urbano Rodrigues sobre Marrocos.

O período que decorreu entre 1860 e 1941, anos do nascimento e morte de Manuel Teixeira Gomes, foi marcado, em relação ao espaço magrebino, pela intensificação da pressão europeia, triunfo do colonialismo e conseqüente início da ascensão das realidades políticas norte-africanas à independência. A “anarquia” palavra usada com muita frequência para caracterizar a situação no Magrebe pelas chancelarias das potências europeias e depois por muita da sua historiografia; o superior interesse civilizacional, escorado ideologicamente por séculos de produção nas mais variadas áreas do conhecimento, levou a Europa a dirimir os seus interesses na margem sul do Mediterrâneo.

A França sairá, com a conivência estratégica da Grã-Bretanha, vencedora do confronto que levará as sociedades magrebinas a acordarem do sonho igualitário no pesadelo das trincheiras da Primeira Guerra Mundial e nos campos de batalha europeus devastados pelos exércitos alemães no segundo conflito de dimensão planetária que assolou o Velho Continente.

As independências acabarão por ter lugar na segunda metade do século XX respeitando as características muito próprias das sociedades norte-africanas e também as relações substancialmente diferenciadas que as realidades políticas magrebinas, Tunes, Argel e Marrocos, mantiveram com o colonizador.

## Fontes

### Imprensa Periódica

*Diário de Notícias*, Nº14466, 6 de Março de 1906.

*Jornal do Comércio*, Nº 15606, 20 de Janeiro de 1906.

*Jornal do Comércio*, Nº 15665, 4 de Abril de 1906.

*O Século*, Nº 8631, 8 de Janeiro de 1906.

### Bibliografia

- ABITBOL, Michel (2009). *Histoire du Maroc*. Paris: Perrin.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Le passé d'une discorde. Juifs et Arabes depuis le VIIe siècle*. Paris: Éditions Perrin.
- AÏSSANI, Djamil (2010). "Encontrei na África francesa mais desenvolvimento do que supunha: aspectos da vida cultural na Argélia nos anos 30". In *Manuel Teixeira Gomes. Ofício de Viver*. Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.). 231-247. Lisboa: Tinta da China, 231-247.
- BALTA, Paul (1990). *Le grand Maghreb: Des Indépendances à l'An 2000*. Paris: La Découverte.
- BELHAMISSI, Moulay (1983). *Histoire de La Marine Algérienne (1516-1830)*. Alger: ENAL.
- BENJELLOUN, Thérèse (1991). *Visages de la Diplomatie Marocaine Depuis 1844*. Casablanca: Editions EDDIF.
- BERQUE, Jacques (1962). *Le Maghreb Entre Deux Guerres*. Paris: Éditions du Seuil.
- BERRAMDANE, Abdelkhaleq (1987). *Le Maroc et L'Occident (1800-1974)*. Paris: Éditions Karthala.
- BLAIS, Hélène (2014). "Pourquoi la France a-t-elle conquis l'Algérie?" In *Histoire de L'Algérie à la Période Coloniale*. Abderrahmane Bouchène et al (Dir.). Paris: Éditions La Découverte.
- BLEVIS, Laure (2014). "Quelle citoyenneté pour les Algériens?" In *Histoire de L'Algérie à la Période Coloniale*. Abderrahmane Bouchène et al (Dir.). Paris: Éditions La Découverte, 352-358.
- BOUYERDENE, Ahmed (2008). *Abd El-Kader. L'harmonie des contraires*. Paris: Éditions du Seuil.
- CANTIER, Jacques (2014). "Vichy et l'Algérie, 1940-1942." In *Histoire de L'Algérie à la Période Coloniale*. Abderrahmane Bouchène et al (Dir.). Paris: Éditions La Découverte, 381-386.
- DAKHLIA, Jocelyne (2014). "1830, une rencontre?" In *Histoire de L'Algérie à la Période Coloniale*. Abderrahmane Bouchène et al (Dir.). Paris: Éditions La Découverte, 142-149.
- \_\_\_\_\_ (2008). *Lingua Franca. Histoire D'Une Langue Métisse en Méditerranée*. Arles: Actes du Sud.
- \_\_\_\_\_ (2005). "Pouvoir du Parasol et Pouvoir Nu. Une Dépouillement Islamique." In *Bulletin du Centre de Recherche du Château de Versailles* [mis en ligne le 27 août 2010]. Consulté le 06 octobre 2021. <http://journals.openedition.org/crcv/233>
- DAKHLIA, Jocelyne et Bernard Vincent (Dir) (2011). *Les musulmans dans l'histoire de l'Europe*. I. *Une intégration invisible*. Paris: Albin Michel.
- FREMAUX, Jacques (1991). *La France et l'Islam depuis 1789*. Paris: PUF
- LAROUI, Abdallah (1994). *Historia del Magreb. Desde los Orígenes Hasta el Despertar Magrebí*. Madrid: MAPFRE.
- LOPES, Norberto (1942). *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- OUTEIRO, José Maria Claro (1926). *Apontamentos Sobre o Estado das Pescas na Área de Olhão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- QUARESMA, José Alberto (2019). *Biografia, Manuel Teixeira Gomes: Boémio, Negociante, Melómano*,

*Viajante, Escritor, Diplomata, Presidente da República*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.  
RODRIGUES, Urbano (1942). *A França em Marrocos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.  
\_\_\_\_\_(1935). *Passeio a Marrocos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.  
STORA, Benjamin (1991). *Histoire de l'Algérie coloniale (1830-1954)*. Paris: La Découverte.  
TARDIEU, André (1908). *La Conférence D'Algésiras. Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine (15  
Janvier-7 Avril 1906)*. Deuxième Édition. Paris: Félix Alcan, Éditeur.  
TOCQUEVILLE, Alexis de (2003). *Seconde Lettre sur L'Algérie*. Paris: Éditions Mille et une nuits.  
VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (Coord.) (2010). *Manuel Teixeira Gomes: Ofício de viver*  
Lisboa: Tinta da China.

# DOSSIÊ FOTOGRAFICO

João Mariano



# Com ela sempre a meu lado

João Mariano



Este é o título do texto que escrevi para o meu livro *Costa do Mar* (2016) e este conjunto de imagens, feitas recentemente, continuam imbuídas do mesmo espírito que me vem acompanhando há mais de 30 anos. Uma força impulsiva que me atrai para o interior deste território tão exíguo, mas ao mesmo tempo infinito nas suas eternas e efémeras metamorfoses. Ficam aqui algumas linhas, desse mesmo texto, que sintetizam a minha cumplicidade com esta terra, com esta gente e com estas águas<sup>1</sup>:

(...) A Costa Vicentina é um lugar para gente paciente. É um local de contemplação onde o tempo é companheiro da observação. Quantas vezes olho para o mesmo, para o ver sempre diferente? Quantas vezes sinto que estou a percorrer o mesmo trilho de forma abstracta, redescobrimo-o vagarosamente, com outros tantos encantos? Quantas vezes reparo num pormenor que nunca me tinha despertado a atenção? Digo-o com intenso conhecimento de causa, pois a Costa Vicentina é minha íntima colaboradora, tantos são os projectos que aqui desenvolvi e continuo a desenvolver. Já a percorri inúmeras vezes, com ela sempre a meu lado. Já caminhei desde a foz do rio Seixe até ao cabo de São Vicente (a mais memorável caminhada foi a da *repérage* para o meu livro *Lugares Pouco Comuns*, cinco dias inesquecíveis). Já naveguei com ela à minha esquerda e o horizonte à direita. Já o fiz no sentido inverso. Já nadei para pedras distantes, acompanhando grupos de percebeiros. Já mergulhei a mais de 18 metros com os apanhadores de algas. Já a sobrevoei ao entardecer e senti, de outra perspectiva, a sua beleza e unicidade. Já entrei em furnas e grutas que poucos conhecem e senti o coração a bater a compasso com o desta terra. Continuo a caminhar, sem que o cansaço me assole. Sem que os olhos se fiquem e sem que o espírito perca a eterna vontade de renovação. E continuo a gostar. (...)

1 João Mariano (2016). “Com ela sempre a meu lado”. In *Costa do Mar*. Lagos: Mar de Estórias.











# RECENSÕES



**Lídia Jorge (2020).**  
***Em Todos os Sentidos*. Lisboa:**  
**Publicações Dom Quixote, 261 pp.**

---

---

Em 2021, *Em Todos os Sentidos* recebeu, por unanimidade do júri, o «Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários», da Associação Portuguesa de Escritores (APE) e da Câmara Municipal de Loulé.

Lídia Jorge é uma escritora com uma obra reconhecida nacional e internacionalmente, como se pode avaliar pelos prémios e outras distinções com que tem sido

agraciada. Ainda recentemente, no passado mês de setembro, a Universidade de Genebra organizou um colóquio internacional em sua homenagem, como forma de marcar a abertura oficial da «Cátedra Lídia Jorge», criada em 2020, por um protocolo assinado entre Instituto Camões e a Faculdade de Letras daquela universidade suíça.

Pela grandeza da sua obra, a possibilidade de apreciar sua escrita em outros géneros literários desperta sempre muito interesse nos leitores, como aconteceu, em 2019, quando publicou *Poesia (O Livro das Tréguas)*, e agora, com a *Crónica*, com este *Em Todos os Sentidos*.

Como a própria explica, o título foi escolhido pelo jornalista João Almeida (então e atual diretor da Antena 2, da RTP), que a convidou, em 2019, a fazer um programa onde leria os seus textos, que vieram a resultar nas 41 crónicas que constituem este volume. Escrever crónicas, diz, foi uma forma de desafiar o Tempo, esse «deus que faz escorregar os grãos de areia» (p. 11).

Com uma média de 5 páginas, estas crónicas são pequenas (porque curtas) peças de literatura que não nos deixam indiferentes (como, aliás, toda a obra de Lídia Jorge): sorrimos



com a aventura no comboio para Hamburgo e o homem-mistério, em «Agustina como Ninguém» (pp.57-63); emocionamo-nos com a simplicidade, ternura e força de Maria Inácia, em «O Órgão de Boliquireime» (pp.155-9); aperta-se-nos o coração e sentimo-nos responsabilizados para não esquecer a violência de Brundibár, em «A Ópera das Crianças» (101-6); refletimos com a narradora, quando disserta, com grande ironia, sobre os ataques ao planeta, em «Geografia Partilhada» (pp.167-73); ou o faz sobre a mentira, em «Aurora e a Mentira» (pp.131-6); sobre a escrita e os escritores, em «Da Sonsidão» (pp.231-6); ou sobre a escrita de contos, em «O Signo da Brevidade» (pp.149-53); também apetece continuar a «conversa» iniciada com as crónicas, com a autora ou com quem esteja ao nosso lado, sobre muitos mais temas ali tratados, como a inteligência artificial («Emily e o Cérebro», pp. 95-100); como um filme pode gerar leituras e fazer com que o mundo real que pareça uma metáfora («Bacurau. Nome de Pássaro», pp.207-11); sobre este espaço comum, em «Definição de Europa» (pp.125-30), ou sobre as mulheres que viu, ouviu ou leu e que a realidade as suplantou, como

em «Teoria e Prática das Mulheres» (pp.113-8) ou «O Dilema de Alma Mahler» (pp.219-24).

Não cabe aqui referir todos os capítulos, mas há muitos outros episódios que citarei de cor, porque me ficaram na memória e assim quero que permaneçam. Desafio o leitor a deixar-se agarrar por frases como esta, de que «a Natureza não sabe que nós existimos», que nos deixam a pensar muito para além do livro terminado, e as discuta; desafio-o, também, a deixar-se envolver pela generosidade das mulheres da família; a partilhar o desespero e trauma da mãe, depois dos mergulhos de mar forçados; a deixar-se abanar pelas palavras de Lídia Jorge, certas, mas sem certezas, cruas, mas com bondade, incisivas, mas tolerantes.

Um livro excelente para iniciar boas discussões, porque é um livro de alguém (e para alguém) que, parafraseando o poeta latino Terêncio, é um ser humano e, por isso, nada do que é humano lhe é indiferente.

Adriana Nogueira



**Pedro Teixeira Neves (2021).**  
***A night at the Hopper.* Lisboa:**  
**Labirinto, 118 pp**

Fascina-me um pormenor no quadro de Ambrogio Lorenzatti, *A Apresentação no Templo*: o bebé-redentor chucha no dedo. Os seus olhos, em alvo, fitarão a cúpula onde se adivinha uma representação da Jerusalém Celeste, mas o seu dedo entregou-se ao prazer da sucção, desbaratando o enlevo da sublimidade pressentida no hieratismo das figuras ao redor. O corpo do Salvador, a contrapelo, sabotava a espiritua-

lidade e a abstenção terrena, que à época, enquadravam os regimes da redenção.

Nos quadros de Hopper há imensas janelas e luz, mas já ninguém olha o céu, e as figuras apresentam-se isoladas de contacto, como se fossem mónadas. Mesmo se juntas, estão no momento de calar-se. A urbe virtualiza o trânsito, mas não a comunicação entre os corpos; Hopper subtrai as vozes à algazarra das cidades e muitas personagens dos seus quadros parecem figuras de sonho na iminência de ser congeladas numa solidão irreparável.

Este livro tem no belo trocadilho do título uma chave (- foneticamente, reenvia-nos para o *A Night at the Opera*, dos Irmãos Marx, aligeirando a “gravitas” que nele se mantém latente) e evoca o pintor americano desde o primeiro poema, “colocando-nos” - a nós leitores - sentados ao lado da personagem da pintura da capa, de modo a informar-nos que:

***O ÚLTIMO CLIENTE NO BAR*** *as-sobiava silêncios inteiros e raros/e a seu modo exóticos,/como se moldados em exílios distantes./ colecionava herbários na alma,/ cor que houvesse desaparecido à infância./ incapaz de agarrar uma ideia,/ mariposa perdida para morrer; o hábito/ de deixar inacabados os outonos.*

E depois de uma profusa deambulação, por signos e rostos do quotidiano e da cultura, pelas alternadas pulsões diarística, aforística ou conversacional que conduzem os poemas, o livro termina com uma evocação de Robinson Crusoe, como inesperado símbolo do capitalismo que nos condenou a relações ilhadas e discricionárias. Com a graça de sugerir que Robinson, além de naufrago, terá renunciado ao descanso que Deus preconizou; pobre *workaholic* a quem o afã de projecção social, paradoxalmente, amputará os sonhos e alienará de forma irreparável, empobrecendo-lhe os contactos com a liberdade susceptível de mudar a vida:

*Robinson Crusoe/ nem ao sétimo dia  
descansou,/ e foi o que lhe valeu.//  
não fosse o seu empenho/ para lá de  
sexta-feira/ e certamente hoje/ não  
seria um best-seller.// desconhecia,  
porém,/ inaugurar assim o naufrá-  
gio/ do homem trabalhador moder-  
no. (...)*

Nesse intervalo de cento e seis poemas entre a solidão retratada por Hopper (a que se configura *sob influência* das presenças auráticas convocadas em muitos poemas) e a solidão de Robinson (desligada do seu talhe “natural”: a de um colecionador de herbários, de perfil

“ontológico”) desenrola-se o decorrer/transporte do tempo, *tropos* que enovela inúmeros poemas, e a falta de reciprocidade com que amiúde, ainda que intersticialmente (de modo inaparente), a vida nos (des) trata:

**ENCOLHER DE ESCOMBROS** *en-  
colhi os ombros/ e o abismo pareceu  
feito/ à medida do meu vazio.*

Contudo, o olhar lúcido, atento, do Pedro Teixeira Neves nunca fica refém de um sentimento de impotência, é-lhe orgânica a sageza de aceitar a perda para poder recomeçar e rapidamente afloram desde os perímetros mais escuros sinais da impreterível réstia da dignidade que a tradição humanista nos ensinou, mesmo que tenha de exprimir-se num humor ulcerado:

**NÃO TINHA BRAÇOS/ não tinha  
braços,/ perdidos na guerra./ agora  
celebrava o ofício**

*benzendo o ar/com a mão de deus.*

Até porque no fim de contas (tal como em livros anteriores de PTN) sobrevém uma ética, a um tempo poética e humana:

*(...) o silêncio, sabes? o silêncio se  
puderes, / aprende a nele te inscre-  
veres,/ aprende a estar à sua altu-  
ra,/ aprende a nele estares à tua*

**altura.**» (*sublinhado meu*)

Apreende-se, nestes poemas, uma tensão nascida da percepção de que as nossas instituições culturais, sociais, religiosas, não nos propiciam os instrumentos e o poder para confrontar as categorias políticas, econômicas e psicológicas em que a nossa vida colectiva é mergulhada, desajuste que se manifesta pelas feições mais excruciantes:

«(...) *morre-se hoje e sempre mais de ódio que por amor/ aos livros, // como se a noite pelos dias/ espalhasse as suas nómadas linguagens./ o resto é eco e sepultura.*»

Sim, as condições actuais da civilização ocidental ameaçam o mundo com perigos que excedem as suas muitas realizações e benefícios. Contudo, há um pendor de subjectividade que torna os humanos complexos e singulares no ponto da sutura:

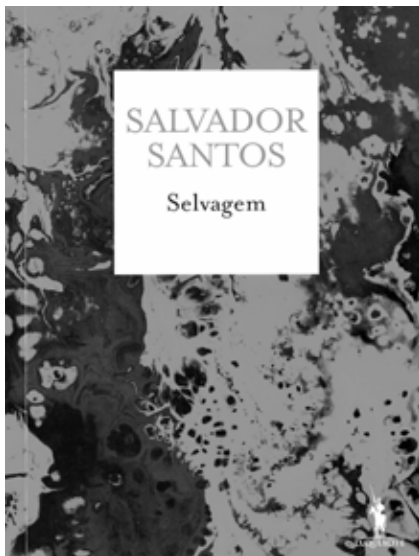
**AQUILES** *aquele/ cujo olhar é uma espada,/ e chora.*

Ambivalência própria a quem pergunta e não espera respostas além das que incandescem o poema, como se encena no delicioso encontro entre o Poema e Poeta, num dos melhores poemas do livro, alegoria a que se acrescentou a magia da dança.

**A night at the Hopper** é um excelente livro de poesia, atravessado, na sua versatilidade, por vários temas, tamanhos e formas, e podia ser uma glosa ao bebé-antídoto de Lorenzatti, que sem lhe denegar o olhar, colocava o Céu no mesmo isolamento das personagens de Hopper, para quem, apesar da luz do dia, é sempre noite. Fruto duma prosódia cuidada (subtil, arredia a maneirismos, cultivada *como quem não quer a coisa*), nele transparecem alguns poemas antológicos e sagra-se a habilidade do autor na invejável arte de fechar os poemas:

**ÀS VEZES/** *às vezes, ponho-me a ler poemas/ do fim para o princípio;/ é sempre bom começar/ com um fim/ para principiar seja o que for./ a vida também deveria ser assim,/ de um princípio-fim para um fim-princípio./ seria, sem dúvida, um bom princípio/ ter o princípio por fim.// escorre assim a manhã, mersaultiana,/ distante, difícil, indiferente, obsoleta/ como só as manhãs sem amanhã sabem ser.*

António Cabrita



**Salvador Santos (2021).**  
***Selvagem*. Lisboa:**  
**Publicações Dom Quixote, 89 pp**

---

---

### OLHEM PARA *SELVAGEM*

Senti uma grande alegria ao ver em formato de livro os poemas de Salvador Santos. Os seus textos começaram a chegar-me às mãos em formato de prosa, mas no meio das linhas completas que a prosa tradicional requer, percebia-se que o melhor das suas figuras escritas consistia na criação de imagens que ofereciam sugestões

surpreendentes para a interpretação não convencional da vida. Era muito claro que o berço dos seus textos não era a narrativa, não era a notícia nem a demonstração. A origem mais funda dos seus textos era a poesia. Volvido algum tempo, o resultado aqui está – *Selvagem*, como o seu título anuncia, é um retábulo de poemas sensíveis sobre o estado do nosso mundo e o sentimento que Salvador Santos experimenta diante dele.

Observando o mundo de um ponto de vista ex-cêntrico, a sua poesia é ex-cêntrica na medida do seu olhar sobre ele. À primeira vista, mansa, mas na realidade vigorosa e revolta, à procura de um outro concerto para as coisas profanadas sobre a terra transformada, toda ela, numa periferia, mesmo quando os lugares são próximos e amáveis. Em *Lugar Nenhum* pode ler-se – “*Ao fundo da tarde a noite hipotecada das periferias. O regresso à ficção dos écrans, às refeições embaladas, / ao sono a crédito*”. A melancolia sobre o descentramento atravessa todas as linhas que enchem as páginas. É muito claro que existe neste primeiro livro de Salvador Santos uma balada sobre o corte que desarmoniza o que deveria ser puro e estar unido, e não está.

Mas o mais importante na sua poesia

é a transfiguração que oferece ao olhar de quem lê. Porque mais do que conceito, há filme nestes poemas. Há uma câmara no olhar que entra por dentro das coisas deste mundo e as revela sobretudo a preto e branco, retirando-as da sombra. A boa poesia faz isso, mostra o que está para além da sombra. Depois de se ler *Selvagem*, somos obrigados a ver o mundo através de outras lentes porque Salvador Santos escreveu poemas onde os objectos visíveis acendem luzes que chamam a atenção para realidades invisíveis. Em *Tentáculos*, lê-se – “Ao longe, no prumo da existência, sombras rasas, cães talvez/ vadiam o olfato pelos labirintos da fome./ Os barcos de madeira que se afundam nos sapais poderiam ser/ o peito descravado dos pescadores. Vértebras, eterno, costelas./ E há homens também...” Se a poesia, numa primeira instância, é linguagem comovida, ao nível do seu objecto ela sempre terá de ser coisa revolvida. Este primeiro livro de Salvador Santos cumpre as duas espécies, a comoção da alma e a subversão da imagem. No mesmo poema pode ler-se – “É tudo tão difuso./ Barcos, homens. Cadáveres, madeira, ossos, cordas./ Ruínas que parecem esqueletos deixados na praia./ E a cidade aqui tão perto a ameaçar o que ainda resta.”

Como disse, foi uma grande alegria

ver o primeiro livro de um jovem poeta como é Salvador Santos apresentar-se aos leitores de poesia, sempre poucos mas sempre fiéis, esta preciosa grande multidão que se mantém de pé, contrariando o fumo dos dias. Uma alegria, também, por perceber que estando estes versos repletos de imagens do Sul, tão apegados ao solo que há lugares dentro destas páginas que constituem um mapa geográfico com apelos à História, eles alcançam a temperatura própria dos poemas que tornam esses lugares universais. Ou dizendo de modo mais explícito, e menos de moda, des-territorializá-los por força da palavra poética. Entre vários, destaco *Mercado*, poema sobre Lagos e a sua dupla atracção - a beleza dessa cidade feita de luz intensa e de paredes brancas, e a lembrança histórica da primeira repartição dos escravos africanos em solo europeu, na era moderna, levada a cabo pelo Príncipe das Descobertas a meio do século XV. Chegarmos a poemas como este é sentirmo-nos em casa vindos de muito longe. Vindos do outro lado da linguagem de que são feitos os poemas.

Aliás, os poemas de Salvador Santos parecem reclamar que alguém os declame diante do mar. Lembro-me de António Ramos Rosa, Casimiro de Brito, Gastão Cruz, Nuno Júdice,

também eles tão daqui e tão fora de qualquer território municipal. Oxalá Salvador Santos nunca desista de oferecer a sua poesia a quem espera pelos livros que a contêm como se espera por uma pátria inevitável. O poder da poesia provém de um traço de união entre poema e leitor que não é explicável, mas alarga o espaço do nosso entendimento e coloca-nos em comunhão com uma multidão desconhecida. O poema *Uma Fogueira nos Bolsos*, de uma forma íntima, quase doméstica, fala desse assunto de proximidade e termina assim – “*Não há mistérios nas ruas que te quero mostrar. / Ninguém entra nestas noites frias sem um casaco nos bolsos. / Ninguém sai da cidade pela mesma porta em que entrou.*” Oxalá Salvador Santos não esmoreça em face das leis da oferta e da procura tão débeis neste mercado das Letras. Oxalá se mantenha assim, íntegro, sem cedências, ainda que exista um preço a pagar por isso. A poesia não tem cotação de mercado, apenas tem cotação de paisagem.

Lídia Jorge



**João Mariano (2021).**

***Entre as águas.* Aljezur:**

**1000lhos imagem e comunicação,**

**165 pp**

---

---

A ribeira que nasce em *Entre as Águas* (topónimo que titula o livro de João Mariano) e que une «o alto da serra ao mar» (p. 25) é uma linha sinuosa que cose um território, une realidades contrastantes como o interior e o litoral, a montanha e a praia, a nascente e a foz. É também esta ribeira que, para o autor, une o presente e o passado, através de afectos: «o que me move (...) é a afeição, a relação de proximidade, é um intenso sentimento de envolvimento e atracção» (p. 26).

Quando a certa altura perguntaram a João Mariano onde fotografara uma determinada falésia, a resposta

foi a seguinte: «para chegar àquele local e criar aquela imagem, demorei umas insignificantes dezenas de anos e fiz apenas milhares de quilómetros de caminhadas» (p. 26). A história lembra um episódio, provavelmente apócrifo, interpretado por Picasso: alguém, num restaurante, pediu ao pintor que lhe desenhasse algo num guardanapo, disponibilizando-se a pagar o que ele achasse justo. Picasso fez um rabisco e pediu uma quantia exorbitante, que escandalizou o outro, pois a execução não demorara mais do que uns segundos. Picasso terá então respondido que para fazer um rabisco daqueles foram precisos mais de 40 anos. A anedota terá sido, muito provavelmente, inspirada num episódio protagonizado pelo pintor James McNeill Whistler, em 1878. Eu uso a mesma ironia quando me perguntam quanto tempo demoro a escrever um livro: o primeiro que publiquei demorou 37 anos, o mais recente, 50. Estas respostas significam que tudo o que fazemos é cumulativo, tem uma vida agarrada, traz camadas profundas e invisíveis; não são portanto uns rabiscos arbitrários que alguém por sorte ou inspiração produz e partilha. O que João Mariano reclama para cada uma das belíssimas fotografias que compõem este livro (que é ele próprio uma maravilhosa peça de design) é essa mesma



camada, a profundidade da sua própria vida, da sua experiência, da sua memória, dos seus afectos. Como disse Francis Bacon, a pintura é «o padrão do nosso próprio sistema nervoso projectado numa tela». Aqui há também a coincidência formal, pois a sinuosidade das águas é análoga ao do sistema nervoso, tal como se assemelha também ao sistema circulatório e, sem surpresa, à silhueta de uma árvore. Ao abrir este livro estamos também a fazer uma descoberta interior, aqui interpretada pelo olhar de João Mariano. Quando apareceu a fotografia, alguém a chamou de espelho com memória. Não encontro definição mais apropriada.

Tive o privilégio de escrever um pequeno texto para prefaciar este livro, que reproduzo abaixo, e que intitulei de *Sobre a água*.

Tales de Mileto acreditava que tudo surgiu da água, que esse era o elemento primordial. Os rios e ribeiros sempre foram e continuam a ser comparados com veias e artérias. A água é a imagem de vida, assim como de pureza, de nascimento, do útero, da tristeza e da alegria (nas lágrimas de cada uma delas), de reflexão, de clareza e verdade (pela transparência), de paciência (arredonda as pedras, destrói as arestas e asperezas exibindo a força imparável da delicadeza), de simpatia e tolerân-

cia (molda-se a qualquer forma), de fertilidade e riqueza (quando chove), bem como da humildade (a água desce sempre, procura o lugar mais baixo possível: era assim que Lao Tsé falava dela).

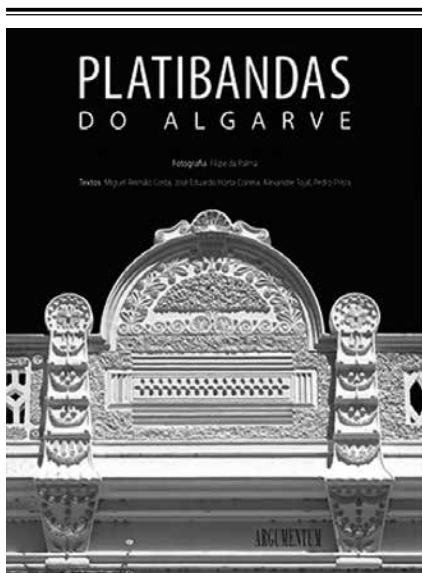
É também na água que nós, seres humanos, descobrimos uma nova dimensão. Enquanto na superfície nos movemos em apenas duas (muito limitados em relação à terceira), na profundidade do mergulho encontramos um equilíbrio maior entre as dimensões que nos são acessíveis. Nadamos para baixo e para cima, não exactamente do mesmo modo que o fazemos nas outras duas dimensões espaciais, mas com uma liberdade inusitada, em que a verticalidade é possível. Esses mergulhos inaugurais, normalmente descobertos na infância, são o nosso gesto mais parecido com o voo.

De todas as características da água, objectivas ou simbólicas, uma das que mais me fascina é ter sido o primeiro espelho, a primeira forma física da consciência de si. Imagino a primeira vez que um ser humano se viu a si mesmo reflectido, tendo, tal como observamos em alguns animais, desconfiado daquela imagem, não se reconhecendo, tentando tocar o rosto até perceber que era o seu e descobrindo-se no outro que é ele próprio.

A água não é apenas o que bebemos, é o que somos. Seja pela nossa própria composição, seja pela nossa origem, pela possibilidade de encontrarmos o nosso rosto ou pela capacidade de imaginar em profundidade, de aceder ao fundo em vez de nos limitarmos à superfície. É isso que descobrimos nas fotografias do João Mariano: substância, origem, rosto e profundidade.

“Entre as águas” é a expressão que melhor nos define — dizem que o tempo é um rio —, e os extremos da vida, claro, são evidentemente comparados com os limites desse rio: a fonte e o mar. Entre as águas, entre o nascimento e a morte, está tudo o que vale a pena, ou seja, a água em todas as suas formas: o suor, o sangue, as lágrimas, a saliva dos beijos e das palavras, o vinho e o medronho.

Afonso Cruz



**Filipe da Palma (2020).**  
***Platibandas do Algarve*. Lisboa:**  
**Argumentum, 144 pp.**

---

---

Foi nos últimos dias do ano de 2020 que foi colocado à venda o livro *Platibandas do Algarve*, obra com fotografias de Filipe da Palma, prefácio de Guilherme de Oliveira Martins e textos de Miguel Reimão Costa, José Eduardo Horta Correia, Alexandre Tojal e Pedro Prista. Trabalho pioneiro pelas características do objeto de estudo, mas sobretudo pela abordagem de complementaridade interdisciplinar adotada, o livro é dedicado àquele que pode ser

considerado como um dos mais genuínos elementos da arquitetura civil do território algarvio e “um traço identitário da região”: a platibanda.

À qualidade dos conteúdos, vertidos numa escrita escorreita e acessível, soma-se o prazer de desfrutar de uma edição cuidada e esteticamente apelativa, com capa dura, papel de qualidade e muitas imagens a cores. Juntos, todos estes fatores contribuem para materializar uma obra que tem tudo para se tornar uma referência e até um objeto de culto para todos quantos amam o património e se empenham em salvaguardar e valorizar o que resta da identidade cultural do Algarve.

Ao percorrer este repositório de património arquitetónico, no qual a platibanda se assume como protagonista, torna-se evidente a singularidade e a complexidade estética, artística, etnológica e mesmo sociológica do objeto de estudo. Durante décadas relegada para um discreto segundo plano, nomeadamente em benefício da chaminé rendilhada, que o discurso oficial entendeu promover a ícone da região, as platibandas, como elementos arquitetónicos com valências funcionais, destinados a impedir a queda das águas pluviais na via pública (imposição que chega a ser prescrita através das posturas municipais), mas princi-

palmente com funções ornamentais e de valorização estética e social da habitação, conhecem o seu apogeu algures entre o 3º quartel do século XIX e o 3º quartel do século XX. Durante esse período relativamente curto, de pouco mais de cem anos, as platibandas garantem a valorização estética e a afirmação individualizada da fachada de edifícios de habitação por todo o território algarvio, inicialmente em meio urbano, depois no interior, tanto no sotavento como a barlavento, num processo que se afigura indissociável da prosperidade económica proporcionada à sociedade algarvia pelo desenvolvimento das indústrias da pesca e conservas, no litoral, e da indústria corticeira, no barrocal. Isso vai ter repercussões mais evidentes nas principais vilas e cidades do litoral, onde se assiste à ocupação de novas áreas e à criação de bairros e arruamentos em que da uniformidade dos lotes nasce o desejo de diferenciação individual, que se manifesta, também, no arranjo da fachada e, não poucas vezes, na platibanda. Ainda que em moldes distintos, mas com resultados semelhantes, o processo repete-se na periferia dos núcleos urbanos, onde as estradas adquirem “uma dimensão de urbanidade e representação propícia à casa de fachada e platibanda en-

quanto expressão do sucesso do seu proprietário”, mas também em meio rural, onde a inclusão da platibanda igualmente pretende testemunhar “o sucesso da pequena exploração familiar e individual”, neste caso sem as limitações impostas pelas dimensões padronizadas dos lotes e pelos condicionalismos inerentes ao espaço urbano, refletindo ainda uma evidente “preocupação com a imagem da habitação, combinada com o desígnio de bem receber”.

Elemento de indiscutível valor patrimonial e cultural, por vezes com estrutura e decoração de inspiração erudita, outras vezes popular, mais geométrica ou figurativa, mas sempre singular, a platibanda é, em última análise, e como dão conta as fotos e textos que ilustram a obra, um eloquente testemunho da capacidade inventiva e perícia dos algarvios de outrora que souberam aliar a tradição regional dos trabalhos em argamassa, de que ainda hoje temos extraordinários exemplares na arquitetura civil do período Moderno, em encomendas relacionáveis com as elites algarvias de Setecentos (do que são exemplo os elementos ornamentais presentes na fachada de edifícios tais como a Torre da Horta dos Cães e a Casa das Figuras, em Faro, ou as casas da quinta das Hortas de Baixo, na Luz de Tavi-

ra), com formas, modelos e motivos vindos do exterior e que, uma vez na região, são adaptados e reinterpretados, resultando numa arquitetura à vez revivalista e eclética, que paulatinamente adquire “uma feição mais popular e característica da região”. Fruto da sua versatilidade intrínseca, a platibanda evolui, num processo documentado neste acervo fotográfico, adotando novos e renovados motivos ornamentais, mas também novas formas e volumetrias, combinando-se com pilastras, cornijas, plintos e pedestais com estatuetas, constituindo soluções irrepetíveis nas quais se conjuga “a inspiração popular com os traços da erudição”. A estes aspetos acresce a abordagem etnológica que, partindo da incontestável premissa de que “o tempo das platibandas passou”, não deixa de alinhar respostas para questões fundamentais tais como: “Que sentido fizeram elas no seu tempo e para quem? Quem as fez e como? Como foram transmitidas e mudadas? Porque acabaram?”

Percorrer as páginas deste livro dedicado às platibandas do Algarve é, por tudo o que fica dito, vislumbrar os contornos de um universo de cor, luz, criatividade e beleza, e descobrir a história e a evolução de um elemento arquitetónico cuja originalidade vai, no seu próprio

tempo e espaço, permitir a fixação de uma “identidade visual, afetiva e cultural que importa conhecer para valorizar”.

Marco Sousa Santos





*meridional*

REVISTA DE ESTUDOS DO MEDITERRÂNEO | NÚMERO 1 | 2017



**Portimão**  
Câmara Municipal



REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA

**cult  
alg**

Direção Regional de  
Cultura do Algarve